



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4,
Volume 9

CONHECIMENTO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Coordenadores:

Alba Simon

(Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense)

Annelise Fernandez

(Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), teve como tema

“FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMÉRICA LATINA”

Local: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), **Município de Foz do Iguaçu (PR)**, entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015.

Comissão Executiva

Alba Simon (UFF)
Fernando José Martins (UNIOESTE)
Fabio André Hahn (UNESPAR)
Renan Araújo (UNESPAR)
Samuel Klauck (UNIOESTE)
Wilson Madeira Filho (ANINTER)

Comissão Científica

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas); Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília); Leonardo Barci Castriota (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Eduardo Manuel Val (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Enzo Bello (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Elisa Maria Andrade Brisola (Pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação da Universidade de Taubaté); Gilvan Luiz Hansen (Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense); Napoleão Miranda (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Vera Teixeira Kauss (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Ana Maria Motta Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo); Alba Simon (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Annelise Fernandez (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luzinete Simões Minella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina); Felipe Bruno Martins Fernandes (Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo); Tânia Mara Pedroso Müller (Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca); Luiz Fernandes de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Educação, "Contextos Contemporâneos e Demandas Populares" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Adriana Ribeiro Rice Geisler (Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz); Eder Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Carlos Henrique Medeiros de Souza (Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Cleonice Puggian (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da universidade do Grande Rio); Edicléa Mascarenhas

Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Diversidade e da Universidade Federal Fluminense); Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Leandro Garcia Pinho (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Maria Thereza Azevedo (Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso); Gláucia Maria Costa Trinchão (Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana); Marcus Fabiano Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champagnatte Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); José Carlos de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Wilson Madeira Filho (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Ana Keila Mosca Pinezi (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC); Dario Paulo Barrera Rivera (Universidade Metodista de São Paulo); Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Jacqueline Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Livia Alessandra Fialho da Costa (Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador); Fernando Gama de Miranda Netto (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Geraldo M. Timóteo (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Luciene Rodrigues (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade de Montes Claros); Pedro Heitor Barros Geraldo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Lenin Pires (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Delton Meirelles (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Fernanda Duarte (Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Paulo Renato Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Gerson Ledezma Meneses (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Giane Lessa (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Johnny Octavio Obando Morán (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Senilde Alcantara Guanaes (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA).

Comissão de Apoio

Marcelino Conti da Silva (UFF)
Sherazade Tammela Madeira (UFF)
Simone Brilhante de Mattos (UFF)
Patrícia Valente Canela (UFF)

Diagramação

Erick Brum (UNESA) e Marcelo Tammela Madeira (Anhanguera)

Revisão e Sistematização

Tauã Lima Verdán Rangel (UFF) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

Apresentação e Sumário

Wilson Madeira Filho (ANINTER)

APRESENTAÇÃO

As políticas públicas que envolvem a gestão da biodiversidade, sociobiodiversidade e agrobiodiversidade são marcadas pela complexidade sociotécnica, à medida que implicam na interação entre conhecimentos técnico-científicos, jurídicos e conhecimentos tradicionais e locais para sua efetiva implantação. Caminha-se de um lado, para a conquista e reconhecimento de modos de vida e saberes tradicionais, vinculados a territórios específicos, e para a garantia de espaços formais de participação popular em conselhos e conferências. Por outro lado, observa-se os desafios da participação em ambientes multissetoriais e nos quais a expertise e a contra-expertise tornam-se parte fundamental nas disputas de interesses. As populações muitas vezes precisam se apropriar de termos jurídicos e técnico-científicos para defender suas demandas. Além disso, observa-se a dificuldade de diálogo entre áreas de conhecimento científico, pendendo para o domínio das ciências naturais nos ambientes de gestão, políticas e fóruns que envolvem temas da biodiversidade.

Este GT tem como proposta debater estudos teóricos e estudos de caso que tratam de temas relacionados à luta por direitos, a construção de políticas públicas, conflitos e pactualizações nas quais estão presentes o embate entre conhecimentos locais, tradicionais e científicos e as posições discursivas dos atores, a produção de sentidos sociais que incidem sobre legislações, políticas, territórios, mercados. Há especial interesse no acompanhamento das Políticas de gestão de unidades de conservação, de desenvolvimento territorial, de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e de Movimentos de Agroecologia

Wilson Madeira Filho
Presidente da ANINTER

SUMÁRIO

- VALORES CULTURAIS E ESPIRITUAIS DO PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA/RR: UM HORIZONTE INEXPLORADO** - FERNANDES-PINTO, Erika; IRVING, Marta de Azevedo p. 01-22
- OS GATOS DO TJ: UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS NO ESPAÇO URBANO** - BAPTISTELLA, Eveline; ABONIZIO, Juliana p. 23-38
- GIORGIO AGAMBEN E A TEMÁTICA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES** - OLIVEIRA, Evandro; ASSMANN, J, Selvino p. 39-49
- A BAÍA DE GUANABARA E A ESPÉCIE BANDEIRA HIPPOCAMPUS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO** - FERREIRA, Cesar Bernardo, MANOEL, Bianca Corrêa Lessa p. 50-63
- ÁGUA FONTE DE VIDA: BLITZ EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA** - RODRIGUES, Alda dos Santos; SILVA, Marilene Dilem; MEDEIROS, Patricia Jabour de p. 64-78
- OS EFEITOS DAS “VERDADES” JURÍDICAS CRIADAS PELO ESTADO SOBRE OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS** - ROCHA, Letícia Aparecida; DE PAULA, Andréa Maria Narciso; THÉ, Ana Paula Glinfskoi ... p. 79-93



VALORES CULTURAIS E ESPIRITUAIS DO PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA/RR: UM HORIZONTE INEXPLORADO¹

FERNANDES-PINTO, Erika

Mestre em Ecologia; Doutoranda no Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia e Ecologia Social (IP/UFRJ); Pesquisadora GAPIS/CNPq/UFRJ; Analista Ambiental do ICMBio. erika.icmbio@gmail.com; snsbrasil@gmail.com

IRVING, Marta de Azevedo

Professora Titular da UFRJ e pesquisadora sênior vinculada aos programas de Pós-Graduação EICOS/IP e PPED/IE; Doutora em Ciências (USP) e Pós Doutora pela EHESS e MNHN de Paris/França; Coordenadora do GAPIS/CNPq/UFRJ. marta.irving@mls.com.br

1

**A morada do meu pai
É no coração do mundo
Aonde existe todo amor
E tem um segredo profundo
(Flor das Águas - Mestre Irineu)**

RESUMO

Na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, ergue-se na paisagem o Monte Roraima, uma das formações geológicas mais antigas do mundo, associado a valores culturais ancestrais para os povos indígenas. No Brasil, essa região é habitada pelos *Ingarikó*, em um contexto legal de dupla afetação do PARNA do Monte Roraima com a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, um dos casos mais polêmicos de demarcação de território do país e uma das primeiras e mais relevantes decisões judiciais sobre direitos culturais no Brasil. Esse artigo busca interpretar desafios e potencialidades para a integração das perspectivas indígenas às estratégias de proteção da natureza. Os resultados indicam que a área do parque tem grande importância cultural e espiritual para os *Ingarikó* e que vários lugares sagrados - associados a regras especiais de acesso e uso - são por eles reconhecidos e protegidos. Essa temática, entretanto, ainda é pouco abordada nas pesquisas acadêmicas e se traduz em uma lacuna de conhecimento sobre a região.

Palavras-chave: Sítios naturais sagrados; áreas protegidas; Monte Roraima.

ABSTRACT

On the border of Brazil with Guyana and Venezuela, stands in the landscape Mount Roraima, one of the oldest geological formations in the world, associated with ancestral cultural values for indigenous peoples. In Brazil, the region is inhabited by *Ingarikó* in a legal context of double allocation with the Mount Roraima National Park and the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, one of the most controversial cases of the country's territory demarcation and one of the first and most important judicial decisions on cultural rights in Brazil. This article seeks to interpret challenges and opportunities for the integration of indigenous perspectives on nature protection strategies. The results indicate that the park area has great cultural and spiritual importance to the *Ingarikó* and that several holy sites are recognized and protected, linked to special rules of access and use. This theme, however, is still rarely addressed in academic research and translates into a lack of knowledge about the area.

Key-words: Sacred natural sites; protected areas; Roraima Mount.

¹ Esse artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, de tese de doutorado, em andamento, sobre a relação entre sítios naturais sagrados e áreas protegidas no Brasil.



INTRODUÇÃO

Na isolada região da fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana e a Venezuela, em meio a uma imensa planície de campos e savanas, ergue-se na paisagem uma gigantesca muralha de pedra que se eleva acima das nuvens, aparentemente inacessível - o Monte Roraima. Uma das formações geológicas mais antigas da Terra, o topo dessa montanha conforma um imenso platô onde, em meio a pedras e cristais, são encontradas espécies de plantas e animais únicas no planeta, em grande parte ainda desconhecidas pela ciência (IBAMA, 2000; REIS, 2006) (Figura1).

2

Figura 1 - Monte Roraima.



A beleza cênica dessa região e o exotismo da paisagem têm atraído exploradores, aventureiros e pesquisadores desde a época colonial e vem despertando, na contemporaneidade, um crescente interesse turístico e midiático, de grupos que buscam desvendar os mistérios de um "mundo perdido" no tempo e no espaço². Além disso, os ambientes diversificados e com características geológicas e ecológicas únicas encontrados nessa região justificaram a criação no Brasil, em 1989, do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR), com o objetivo de proteger o cenário da Serra do Pacaraima e seus recursos naturais (BRASIL, 1989).

Mas desde muito antes das primeiras expedições de colonizadores europeus que desbravaram o local, da instituição de áreas protegidas e da chegada dos turistas e aventureiros contemporâneos, essa região já era habitada por populações indígenas, de diversas etnias³. A área

² Uma referência à obra literária de Arthur Conan Doyle, *The Lost World*, de 1912, inspirada nas narrativas dos primeiros exploradores europeus que adentraram essa região.

³ Os primeiros registros históricos a esse respeito são relatos de viajantes e missionários, datados do século XVII, que indicavam uma ocupação ancestral na região (CÔRTEZ, 2010). Na atualidade, ela é habitada por índios das



abrangida pelo PNMR, em particular, faz parte do território tradicional do Povo *Ingarikóe*, por sua vez, se insere na porção norte da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS).

Uma das maiores terras indígenas do Brasil, a homologação da TI RSS, foi resultado de um longo e conflituoso processo histórico de luta dos povos da região pelo direito às suas áreas tradicionais de uso e ocupação, no que é considerado um dos casos mais tensos e polêmicos de demarcação de terras indígenas já ocorridos no Brasil⁴. O litígio culminou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), impetrada pelo Governo do Estado de Roraima, que gerou uma grave crise política e uma batalha judicial sem precedentes no país quanto à demarcação contínua ou fracionada da área⁵. O movimento contrário à demarcação contínua demandava que fossem excluídos dos limites da TI diversas áreas como a faixa de fronteira, as rodovias de acesso e sedes municipais, as terras produtivas e com títulos de propriedade, as áreas previstas para implantação de empreendimentos hidrelétricos e minerários e o Parque Nacional do Monte Roraima (CÔRTEZ, 2010; FONTES, 2011; SILVEIRA, 2009).

O julgamento do STF em 2009, favorável à causa indígena, foi considerado por Souza (2012), na obra *Direitos Culturais no Brasil*, como uma das primeiras e mais relevantes decisões judiciais sobre o assunto no país, inovadora ao contemplar o território a partir da perspectiva da identidade cultural dos seus habitantes. E, no bojo dessa discussão, argumentos fortemente embasados em aspectos simbólicos sobre a relação dos indígenas com a natureza⁶ resultaram na manutenção da sobreposição do PNMR com a TI RSS, em uma condição jurídica *sui generis*, denominada de dupla afetação⁷.

A decisão final do STF sobre a questão, entretanto, condicionou o usufruto indígena da área do PNMR ao cumprimento de normas e restrições estipuladas pelo órgão gestor do parque, no caso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - uma

etnias Macuxi (ao sul), Ingarikó (na área central), Patamona (a leste), os Akawaio da Guiana (ao norte) e os Taurepang da Venezuela (a oeste).

⁴ Com uma área contínua de 1.747 mil hectares, a TI RSS abrange terras dos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima, destinadas ao usufruto exclusivo das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingarikó (BRASIL, 2005). A população que vive na região é de mais de 15 mil índios, distribuídos em 164 aldeias. Uma cronologia detalhada sobre o processo de homologação da TI RSS é apresentada no site do Instituto Socioambiental - ISA (<www.socioambiental.org.br>).

⁵ Ação popular Nº. 3.388 de 13/05/2008, de autoria do senador Augusto Botelho (PT-RR), contra a Portaria do Ministério da Justiça Nº. 534 de 2005.

⁶ A lenda de Makunaíma, por exemplo, associada ao Monte Roraima e descrita pelo etnólogo alemão Theodor Krock-Grünberg no início do século XX (KOCH-GRÜNBERG, 2006), foi mencionada nos pronunciamentos de seis ministros do STF durante o julgamento do caso (CÔRREA, 2010).

⁷ O termo dupla afetação foi utilizado no decreto de homologação da TI RSS para explicitar uma condição jurídica de coexistência, em um mesmo espaço, de um parque nacional e uma terra indígena.



interpretação polêmica dentro dos entendimentos jurídicos construídos à época, que preconizavam a gestão compartilhada do território⁸.

Esse emblemático caso da dupla afetação do PNMR com a TI RSS continua se desdobrando na atualidade em uma série de ações jurídicas e administrativas, que conferem a esse território uma série de particularidades para a sua gestão, principalmente com relação à inclusão dos indígenas na construção dos instrumentos de manejo do parque, nas estratégias de conservação da biodiversidade e nos processos de tomada de decisão que afetam o uso da área.

Diante desse contexto e para colaborar com essa reflexão, esse artigo busca interpretar alguns dos desafios e potencialidades para a integração das perspectivas indígenas às estratégias de proteção da natureza. Para tanto, a análise proposta se desenvolve com base em revisão bibliográfica e documental⁹, para a contextualização da relação histórica dos *Ingarikó* com a gestão do PNMR e a identificação de valores culturais atribuídos por essa etnia à área do parque. As informações de fontes secundárias foram complementadas por registros em caderno de campo obtidos na participação direta em reuniões e eventos relacionados com a gestão do PNMR¹⁰. A argumentação parte de uma abordagem teórica sobre a indissociabilidade entre natureza e sociedade e a noção de sacralidade nas cosmovisões indígenas.

REVELANDO AS DIMENSÕES SAGRADAS DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Ao longo da história da humanidade, diversas visões de mundo e concepções de natureza vêm sendo construídas e ressignificadas, consolidando a base cultural a partir da qual os grupos humanos estabelecem as suas relações sociais e determinando, também, diferentes formas de percepção e interação com o ambiente. Entretanto, em um cenário global de contínuo processo de degradação da natureza e de agravamento dos problemas socioambientais que, na atualidade, assumem proporções em escala planetária, há um crescente entendimento de vários teóricos de que uma visão de cisão e dicotomia entre sociedade e natureza está no cerne da crise global (MORIN, 2003 e 2011; GUATTARI, 1990; LEFF, 2011, entre outros).

⁸ A decisão do STF validou a demarcação contínua da TI RSS estabelecendo 19 cláusulas condicionantes, ressalvas que estabelecem restrições aos direitos indígenas para fins da demarcação da TI. Destas, três foram consideradas por Côrtes (2010) como as de conteúdo mais polêmico, ao abordar a questão da soberania nacional nas zonas de fronteira; a impossibilidade de ampliação da TI após a sua homologação e a dupla afetação entre parques e TI.

⁹ A pesquisa bibliográfica foi realizada em diversas bases de dados disponíveis na rede mundial de computadores, como o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes; o Portal de Periódicos da CAPES; o *Scientific Electronic Library Online*; o Google Acadêmico, entre outros.

¹⁰ A primeira autora desse trabalho, no exercício de atribuições no ICMBio, acompanhou a implementação do PNMR nos anos de 2010 e 2011, participando de reuniões com as instituições envolvidas com a gestão da área e da Assembleia Geral do Conselho do Povo Ingarikó de 2011, na Aldeia Serra do Sol.



Em contraponto, a visão de mundo de muitos povos indígenas vêm perpetuando na história da humanidade sistemas de crenças e modos de vida vinculados a uma profunda sabedoria sobre a natureza. Na cosmovisão desses grupos, todos os aspectos da vida estão profundamente interligados e os elementos da natureza traduzem valores culturais e espirituais intrínsecos, representados sob seus domínios visíveis e invisíveis (BERKES, 1999; POSEY, 1999). E os valores sagrados desses povos em relação à natureza estão, frequentemente, associados a locais específicos, imbuídos de significados e características singulares, denominados na literatura especializada como sítios naturais sagrados¹¹(VERSCHUUREN *et al.*, 2010).

Ao expressarem valores espirituais ancestrais e a visão de sacralidade da natureza de vários grupos sociais, esses sítios, além de fundamentais para a vitalidade e a sobrevivência das identidades culturais dos povos a eles associados, têm se revelado também como importantes refúgios de biodiversidade e estão entre as áreas mais bem conservadas do planeta. Por essa razão, eles são considerados importantes elos entre a diversidade natural e cultural, além de essenciais para a preservação dos valores espirituais de toda a humanidade (DUDLEY *et al.*, 2010; VERSCHUUREN *et al.*, 2010).

Mas, apesar da temática dos sítios naturais sagrados vir adquirindo uma visibilidade crescente, nas últimas décadas, em diversos eventos internacionais e fóruns sobre políticas públicas de proteção da natureza promovidos por instituições globais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e com a publicação de diversas obras de referência, em grande parte dos países do mundo o conhecimento sobre o tema ainda é limitado e as iniciativas de proteção dessas áreas em políticas públicas nacionais são escassas (THORLEY; GUNN, 2007; VERSCHUUREN *et al.*, 2010; WILD; MCLEOD, 2008).

No âmbito das políticas públicas de proteção da natureza, a perspectiva de se resguardar parcelas representativas da diversidade natural, a partir da instituição das denominadas áreas protegidas, vem se consolidando como a estratégia mais importante e mais utilizada, em escala global, para a conservação da biodiversidade. A expansão do reconhecimento formal dessas áreas no mundo, no entanto, tem implicado em algumas contradições, inerentes a um processo que

¹¹O termo sítios naturais sagrados (SNS) tem sido frequentemente utilizado na literatura internacional para se referir a esses locais, que podem ser entendidos como "áreas de terra ou de água com um significado espiritual especial para povos e comunidades"(WILD; MCLEOD, 2008, p. 20).



ainda está em construção, especialmente considerando as suas interfaces com os territórios de povos indígenas e outras populações tradicionais (BÉLTRAN, 2000).

Nesse debate, a existência de sítios naturais sagrados tem sido considerada uma condição favorável para promover a participação de grupos sociais locais nas estratégias de proteção da natureza. E, por essa razão, verifica-se, no cenário internacional, uma tendência à incorporação dos SNS aos sistemas formais de áreas legalmente instituídas pelos governos para proteção ambiental, em diversos países do mundo (DUDLEY; HIGGINS-ZOGIB; MANSOURIAN, 2005; VERSCHUUREN *et al.*, 2010).

No Brasil, não obstante a sua grandeza quanto à riqueza biológica e pluralidade social¹², as iniciativas de salvaguarda de sítios naturais sagrados no território nacional, conforme o levantamento realizado por Fernandes-Pinto e Irving (2015), são ainda pontuais e têm sido delinadas quase exclusivamente a partir de instrumentos de direitos culturais. Conforme salientam as autoras,

Limitada atenção tem sido atribuída ao reconhecimento dos sítios naturais sagrados no âmbito das políticas de proteção da natureza e as informações sobre esse tema no país ainda são escassas, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Dessa forma, também parece necessário se refletir sobre as implicações e os desafios que o reconhecimento e a salvaguarda de sítios naturais sagrados podem agregar à gestão das áreas protegidas no território nacional (Fernandes-Pinto; Irving, 2015, p.13).

Historicamente, no país, o arcabouço legal nacional associado às estratégias de proteção da natureza foi se constituindo de forma setORIZADA, reafirmando a dicotomia entre sociedade e natureza nas normas jurídicas e resultando em uma limitada convergência de ações entre os órgãos responsáveis pela implementação das diferentes políticas públicas. Como consequência, a presença de povos indígenas e populações tradicionais nas unidades de conservação brasileiras tem sido predominantemente reportada como fonte de conflito jurídico e administrativo, fomentando um cenário de disputa entre essas estratégias de gestão territorial, gerando consequências negativas para a conservação da biodiversidade e pressões sobre os grupos sociais tradicionais (BARRETO-FILHO, 2001; MEDEIROS *et al.*, 2004).

Somente nas últimas duas décadas esse quadro começou a ser alterado, com a proposição de novos instrumentos jurídicos que passaram a incorporar a dimensão sociocultural nas estratégias de proteção da natureza. E, em decorrência desse movimento, um importante desafio

¹² Com uma dimensão continental e a ocorrência de uma ampla variedade de ambientes, o território brasileiro possui uma das maiores riquezas biológicas do mundo, a qual se soma uma diversidade étnica e cultural tão expressiva quanto a biológica, com mais de 300 etnias indígenas. O país também se destaca no cenário internacional pela quantidade e extensão de áreas protegidas legalmente instituídas no seu território.

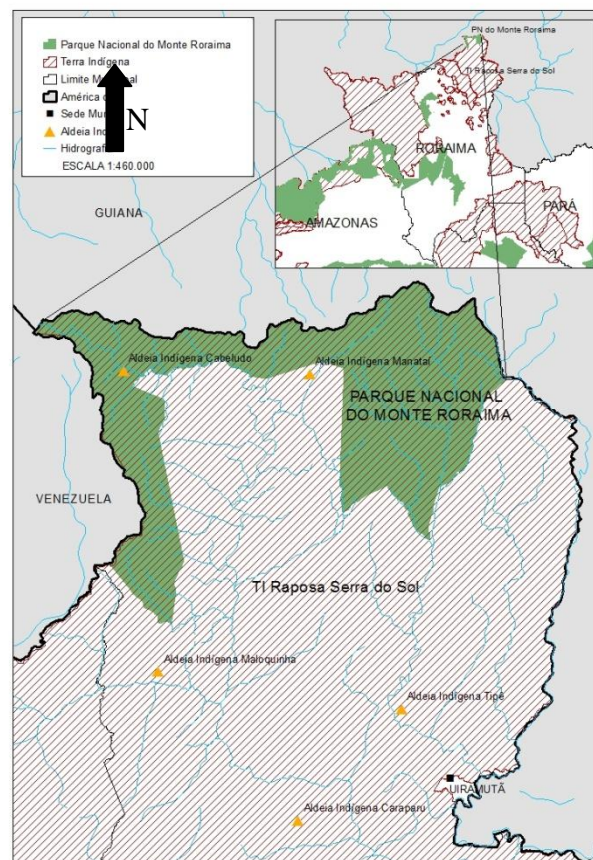
tem sido responder aos compromissos de participação social e construção de governança democrática estabelecidos no âmbito das políticas públicas nacionais e dos acordos internacionais firmados pelo Brasil (IRVING, 2010; IRVING *et al.*, 2013; PRATES; IRVING, 2014).

Assim, é com base nessa perspectiva teórica que será discutida, neste artigo, a relação entre o Povo *Ingarikó* e as estratégias de gestão do PNMR, tema que será abordado a seguir.

De "Mundo Perdido" a Patrimônio da Humanidade: a valorização do "natural"

O Parque Nacional do Monte Roraima, localizado na parte mais setentrional do Estado de Roraima, no Município de Uiramutã, compreende uma área de 116 mil hectares e integra a porção leste do Planalto das Guianas, uma formação geológica do período pré-cambriano, com cerca de dois bilhões de anos (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de localização do Parque Nacional do Monte Roraima e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR.



O parque abrange parte da Serra de Pacaraima e o seu relevo apresenta um conjunto característico de planaltos areníticos tabulares, moldados na forma de grandes elevações com o topo aplainado e contornados por bordas escarpadas. Na região, essas formações são comumente



denominadas *tepuy*, palavra do idioma *Pemon* que significa montanha e também "casa dos deuses". As serras são divisores de águas de três grandes bacias hidrográficas - do Amazonas, do Orinoco e do Essequibo (IBAMA, 2000).

A área integra o Bioma Amazônia e as características da estrutura da vegetação e da composição de espécies variam de acordo com o nível altitudinal. A flora e a fauna do parque são ainda pouco conhecidas e as pesquisas realizadas na região, escassas. Nas partes mais elevadas das montanhas ocorrem refúgios arbustivos e gramíneos, que revelam uma flora bem especializada e com alto índice de endemismo, ou seja, com a presença de espécies que ocorrem apenas nesses locais. Por essas características, o PNMR é considerado uma área de grande importância ecológica (IBAMA, 2000; REIS, 2006).

Dentre principais montanhas do parque, encontram-se a Serra do Cipó (com 1.420 metros de altitude); o Monte Caburaí (com 1.465 metros), registrado como o ponto mais setentrional do Brasil; a Serra do Sol (com 2.400 metros) e o Monte Roraima (com 2.875 metros), essa última uma das montanhas mais elevadas do país e onde se situa o marco da tríplice fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana. Ele se eleva do solo configurando uma muralha de pedra de 600 a 800 metros de altura e o seu cume forma uma mesa de arenito de cerca de 40 km² (REIS, 2006)

De acordo com os registros históricos, a primeira expedição europeia a atingir a base do Monte Roraima foi empreendida em 1595, comandada pelo inglês Walter Raleigh¹³. Mas foi somente em 1884 - após diversas tentativas fracassadas de ascensão, ao ponto de se chegar a considerar o cume dessa montanha inacessível - que uma equipe britânica, chefiada pelo botânico Everard Ferdinand Im Thurn, alcançou o seu topo. Esse feito foi possível pela identificação de uma passagem natural, em meio a abruptas encostas verticais, que permite o acesso ao topo da montanha por caminhada. Localizada na face sul da escarpa, no território venezuelano, essa via - denominada de Passo das Lágrimas - é a única utilizada como rota turística para a subida do monte até a época atual (REIS, 2006).

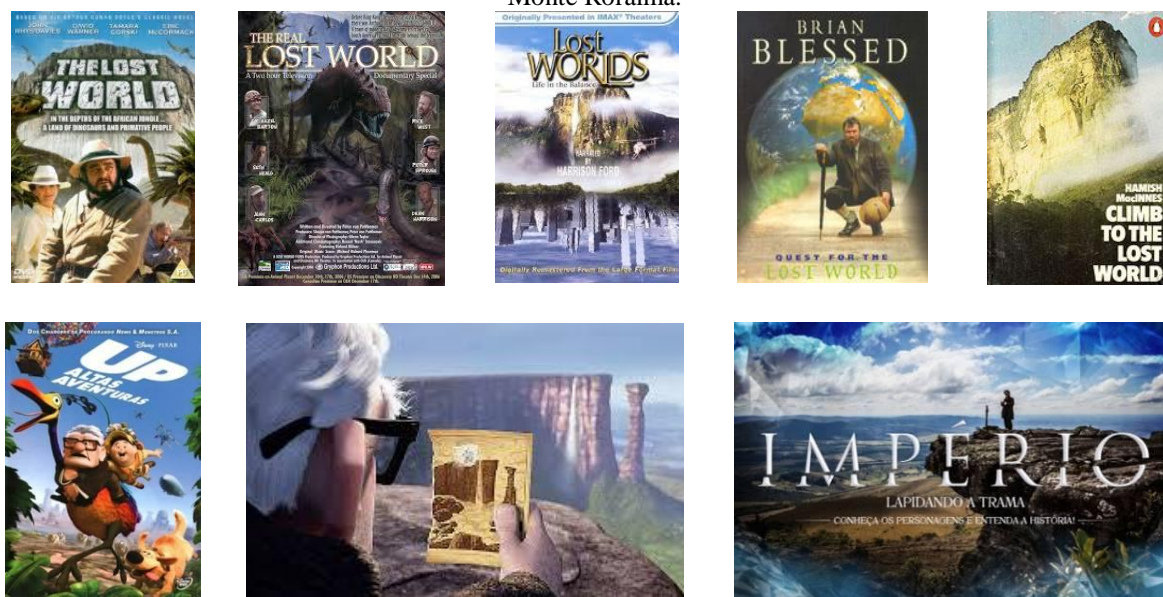
As narrativas dos primeiros exploradores europeus sobre o local são consideradas como a principal fonte de inspiração para o livro *O Mundo Perdido* (*The Lost World*), do escritor inglês Arthur Conan Doyle. Publicada em 1912, essa obra se consagrou na literatura universal e marcou o imaginário mundial popular sobre o Monte Roraima como um lugar remoto, selvagem e envolto em mistérios (REIS, 2006; SILVEIRA, 2009). O livro de Doyle e as paisagens da região têm inspirado, desde então, várias produções cinematográficas e televisivas, como o filme de ficção *The Lost World* (que teve a sua primeira versão filmada em 1925 e readaptada em 1960 e

¹³ A suposta "descoberta" do Monte Roraima é narrada por Raleigh no livro "Montanha de Cristal".



1992); o documentário *Climb to the Lost World* (BBC, 1974), que refaz os passos dos pioneiros britânicos na exploração dessa região; *Quest for the Lost World* (1999), uma obra autobiográfica. Em épocas mais recentes, destacam-se também o premiado documentário *The Real Lost World*, que acompanha a viagem de uma expedição científica para explorar um sistema de cavernas recém-descoberto no Monte Roraima (GRYPHON PRODUCTIONS, 2006); o filme de animação *UP-Altas Aventuras* (PIXAR ANIMATION STUDIOS, 2009) e, a telenovela nacional *Império* (GLOBO, 2012) (Figura 3).

Figura 3 - Produções cinematográficas e televisivas inspiradas nas paisagens e nos relatos sobre a região do Monte Roraima.



Além disso, no marketing turístico, essa região é comumente vinculada a uma aura de "misticismo" e "poder", como ilustra o trecho a seguir, parte de uma peça publicitária de comercialização de pacotes turísticos para o Monte Roraima:

Por mais que se caminhe no topo do Monte Roraima, duas coisas nos deixam inquietos: que lugar indescritível - suas formas, seus sons, seus silêncios, suas névoas. Quantas pedras, quanta água, que imensidão é essa que parece ter parado no tempo? Quanto mais se anda, mais se tem para descobrir. E na verdade ainda há muitos lugares no topo que sequer foram pisados pelo homem. Essa montanha parece estar viva, desperta sensações adormecidas, eleva a alma ao ser supremo que habita cada um de nós, fazendo repensar alguns valores, tornando cada pessoa mais forte e frágil ao mesmo tempo" (RORAIMA ADVENTURES, sem data).

Essa forte inspiração na ideia de natureza virgem reforça a perspectiva que Diegues (2000) denomina "o mito moderno da natureza intocada", viés ideológico que vem predominando no movimento conservacionista desde a sua origem, desconsiderando a presença



de povos nativos e os usos pré-existentes dos territórios. E a criação do PNMR, na qualidade de uma unidade de conservação de proteção integral¹⁴, reforça essa visão, ao relacionar como objetivo da área estritamente a preservação da natureza e a promoção de atividades de visitação turística, educação ambiental e pesquisa científica (BRASIL, 1989). Essa valorização dos atributos ecológicos da região é também reafirmada internacionalmente com o reconhecimento da área representada pelo Parque Nacional Canaima, na Venezuela, contíguo ao PNMR¹⁵, como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 1994 (TORRES; MARTÍN, 2007).

Mas, para os povos indígenas que a habitam, a região está longe de ser um "mundo perdido". Ao contrário, nesse território se encontram arraigados os mitos de criação do planeta e origem de todos os elementos da natureza, além dos espíritos de seus ancestrais. E esses povos guardam, nos seus conhecimentos e práticas tradicionais, as chaves para a compreensão dos "mistérios" e da "magia" que emanam da natureza, um patrimônio que também deve ser considerado. Mas quais são esses grupos? Como eles vivem e se relacionam com a área do Parque? É o tema que tratamos a seguir.

Os Habitantes das Serras Sagradas

Conforme abordado anteriormente, o PNMR incide sobre o território tradicional do Povo *Ingarikó*, também conhecidos pela autodenominação de Kapon, e que pode ser traduzido como "habitante das serras sagradas" (MLYNARZ, 2006).

Historicamente, os *Ingarikó* advêm de uma tradição nômade, relacionada com as estações do ano e a disponibilidade de recursos naturais para sua subsistência. Entretanto, em épocas mais recentes, mudanças no modo de vida do grupo vêm levando a um assentamento da população em aldeias. Assim, na atualidade, existem nove aldeias *Ingarikó* na região do PNMR, dispostas ao longo do Rio Cotingo, sendo duas no interior da unidade de conservação e sete no seu entorno

¹⁴De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as categorias de manejo de unidades de conservação no Brasil estão divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. Nas áreas de proteção integral é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, enquanto nas de uso sustentável se permite a compatibilização de estratégias de conservação da natureza com o uso de parcela de seus recursos naturais (Lei Federal Nº. 9.985 de 2000).

¹⁵Com mais e três milhões de hectares, este é o sexto maior parque nacional do mundo e o maior da América Latina. Ele é administrado pelo Instituto Nacional de Parques da Venezuela - INPARQUES.



imediatos (IBAMA, 2000; MLYNARZ, 2008)¹⁶, totalizando uma população de aproximadamente 1.200 indígenas (ISA, 2012)¹⁷. Eles falam um idioma próprio, do tronco etnolinguístico Karib.

O primeiro registro de contato do governo brasileiro com os *Ingarikó* remonta a 1934 e foi empreendido em uma missão do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), dirigida pelo general Cândido Rondon, para a demarcação das divisas do território nacional. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) só veio a ter contato com esse grupo quatro décadas depois, entre 1975 e 1978. Mas ainda na atualidade a região permanece remota e de difícil acesso.

Os *Ingarikó* são descritos como um povo hospitaleiro, gentil e discreto. Eles possuem uma religião própria, denominada Aleluia, e são caracterizados por uma intensa religiosidade, realizando cotidianamente um ritual que envolve cantos e danças (ABREU, 1995). Na cosmologia desse grupo, no princípio do mundo, a derrubada da "árvore da vida" pelo precursor dos homens, Makunaíma, resultou em um dilúvio que marcou o fim da era da imortalidade e trouxe o sofrimento, as doenças, o trabalho e a morte. Segundo a lenda, quando a árvore foi cortada, sua copa se espalhou no lado da Guiana - o que explicaria a densa floresta existente nessa parte da fronteira - em contraste com a formação de campo, do lado brasileiro (MLYNARZ *et al.* 2008). O tronco decepado se transformou em uma imensa montanha de pedra, que ainda chora pela violação ocorrida no passado. Suas lágrimas vertem pelas encostas escarpadas na forma de cachoeiras e originam grandes rios que se propagam pelo continente. As águas são consideradas o sangue do planeta e o Monte Roraima, o "Coração do Mundo" (informação pessoal da autora).

A agricultura é a principal atividade produtiva, na qual se destaca o plantio de mandioca e outros alimentos nas roças e pomares. Suas moradias, denominadas de "malocas", são construídas em barro com cobertura de palha. Não há serviço de energia elétrica nas aldeias (SILVA, 2011).

Com relação à organização social, os *Ingarikó*, em geral, escolhem um representante e líder político para cada aldeia, designado como *tuxaua* (SOUZA CRUZ, 2005). Durante as décadas de 1980 e 1990, na interlocução com organizações externas para a regularização fundiária do seu território, os *Ingarikó* foram representados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização que congrega os povos indígenas daquele estado. Foi somente a partir da

¹⁶ As aldeias *Ingarikó* são denominadas: Serra do Sol I, Serra do Sol II, Manalai, Kumaipá, Mapae, Karamambatae, Saupará, Awendei/Cananapai e Pipi. As localidades mais populosas são Manalai e Serra do Sol (IBAMA, 2000). As informações sobre o número de aldeias e a grafia de seus nomes variam conforme a fonte consultada.

¹⁷ Na Guiana e na Venezuela, essa etnia é denominada Akawaio. A maior parte da população encontra-se na Guiana, com mais de sete mil pessoas. Na Venezuela, a população é de cerca de 500 indígenas (ISA, 2012).



segunda metade da década de 1990 que o grupo iniciou um processo de organização política própria, marcado pela realização do I Encontro Geral dos Povos Indígenas *Ingarikó*, em 1997¹⁸. Desde 2005 eles são também representados coletivamente pelo Conselho do Povo Indígena *Ingarikó* - o COPING (MLYNARZ, 2006 e 2008).

Quanto à situação fundiária do território, quando o PNMR foi decretado, em 1989, já estavam sendo realizados estudos para a identificação e demarcação de áreas indígenas no território que viria a se constituir posteriormente como a TI RSS (ISA, 1996). E uma área indígena *Ingarikó* de 90 mil hectares tinha sido delimitada no território contíguo ao parque apenas alguns dias antes da sua criação (LAURIOLA, 2004 e 2005)¹⁹.

Da criação da unidade de conservação até o início da sua efetiva implementação, no entanto, transcorreram cerca de 10 anos, quando tiveram início os estudos para a elaboração do seu Plano de Manejo. De acordo com os registros da época, uma oficina participativa com instituições governamentais e não governamentais atuantes na região, no ano 2000, marca o primeiro contato formal do órgão gestor da unidade de conservação (UC)²⁰ com o povo indígena que a habita. Até este momento, os *Ingarikó* não tinham sequer conhecimento de que seu território era parte de um parque nacional e desconheciam o seu significado, o que contribuiu para instaurar a polêmica quanto à existência dessa sobreposição (LAURIOLA, 2004; 2005 e MLYNARZ, 2006).

É necessário ressaltar que o início da implementação do PNMR coincidiu com um período de grande tensão no processo de demarcação da TI RSS, quando uma liminar judicial parcial anulou a portaria que declarou a área da TI de posse permanente dos povos indígenas²¹. Nessas circunstâncias, a existência do PNMR foi considerada pelo movimento indígena como "mais uma forma de invasão do seu território" e um elemento que enfraquecia a sua demanda pela demarcação contínua da TI. Isso contribuiu para reforçar uma visão refratária à existência do parque por parte dos *Ingarikó*, que assumiram, assim, um posicionamento favorável à desconstituição da unidade (LAURIOLA, 2004).

¹⁸A partir de 1999 esse evento passou a acontecer anualmente, sendo denominado de Assembleia Geral do Povo *Ingarikó*.

¹⁹Pela Portaria Interministerial N°. 354 de 13/06/1989.

²⁰Do ano de sua criação até meados de 2007, o PNMR esteve sob responsabilidade administrativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de 2007, essa atribuição passou para o ICMBio.

²¹Em março de 1999, em resposta ao mandado de segurança impetrado pelo Governo do Estado de Roraima no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).



A homologação da TI RSS, em 2005, representou um fato jurídico de importância decisiva para a transformação do cenário político-institucional na região e pode ser considerada como um marco na mediação dos conflitos dos Ingarikó com a gestão do PNMR. Esse processo foi relatado por Mlynarz (2006) como uma transição "*da negação à negociação*". Com a instituição do regime de dupla afetação, o parque passou a ser interpretado pelos índios não mais como uma ameaça, mas como "*uma oportunidade de expressar e defender a sua territorialidade naquela região*" (MLYNARZ, 2008, p. 125). A partir de então, um novo caminho para a gestão do PNMR começou a ser trilhado, buscando a integração das perspectivas conservacionistas e indígenas.

Dentre as ações mais relevantes, a formação do conselho consultivo do PNMR se destaca por reconhecer a Assembleia do Conselho do Povo Indígena *Ingarikó* (COPING) como instância deliberativa sobre os assuntos relacionados ao cotidiano das comunidades indígenas - uma consideração inédita para os conselhos de unidades de conservação federais e um reconhecimento e valorização do protagonismo indígena na tomada de decisão²².

Diante desse contexto, um conjunto crítico de autores vem argumentando favoravelmente à convergência entre os objetivos de conservação do PNMR e os direitos e demandas dos *Ingarikó*, sendo necessário, porém, fortalecer canais de diálogo e estratégias para incorporar a perspectiva indígena na gestão da unidade (SCARDUA, 2004; LAURIOLA, 2005; RUFINO, 2004). Assim, retoma-se o questionamento de quais atributos ou elementos do contexto local podem vir a contribuir para essa integração?

Valores Culturais e Espirituais do Parque Nacional do Monte Roraima?

É interessante observar que os argumentos em favor da manutenção da sobreposição do PNMR com a TI RSS no julgamento do caso no Supremo Tribunal Federal (STF) foram fortemente embasados em valores culturais e espirituais da importância da área do parque para os povos indígenas da região²³. Nele foi ressaltada a importância do Monte Roraima nas crenças e na construção da identidade indígena, bem como a sua contribuição para o imaginário nacional, a

²²O Conselho Consultivo do PNMR foi instituído pela Portaria ICMBio N^o. 73, de 25/06/2012.

²³ Para fins desse trabalho, foram adotados os conceitos de valores culturais e espirituais da natureza definidos no âmbito da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN, pela CSVPA, um grupo de especialistas sobre o assunto. Nesse contexto, valores culturais são entendidos como aqueles que diferentes sociedades humanas atribuem aos recursos naturais que tem significado para o seu contexto de vida ou dos quais depende a sua sobrevivência como cultura. E valores espirituais referem-se ao significado transcendente ou imanente que a natureza possui de colocar as pessoas em contato com uma realidade maior que elas, que dá sentido e vitalidade a suas vidas e as motiva a reverenciar e cuidar do ambiente (Disponível em: <www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_people/gpap_tilcepa/gpap_spiritual/> Acesso em 25/01/2016).



partir da obra de Mário de Andrade²⁴, como ilustra o depoimento da ministra Carmen Lúcia, na ocasião:

O Monte Roraima guarda a alma da história das etnias dos índios daquela área. Ali, para eles, teria tido início a ideia de mundo, de vida em abundância. A lenda nunca é inveraz ao que a cria ou que nela crê e faz de seus símbolos marcas de sua existência [...]. Se o Monte Roraima surgiu de Macunaíma e de seu irmão Enxikiráng, filhos do Sol, se dele por obra e ação de Macunaíma passaram a brotar os cursos d'água e as possibilidades de cultivo, como crêem os índios, para garantia da abundância e da possibilidade do melhor para a humanidade, ou não, o fato é que aquele ponto marca tanto, indiscutivelmente, a produção cultural, necessária de ser reproduzida por eles e pelos que depois dos atuais vierem, como os seus usos, costumes e ali repousa viva a sua tradição. Excluir tal espaço da área demarcada equivaleria a botar por terra o que nela há de se manter íntegro e disponível para os que vêm o sol pelos clarões do Monte Roraima. E sem sol, não há luz. E sem luz, não há vida (CÔRTEZ, 2010, p.57).

A dimensão dos valores culturais e espirituais associados ao PNMR, entretanto, ainda representa um tema pouco abordado nas pesquisas realizadas na região. Não obstante, há uma série de informações que podem ser extraídas das referências bibliográficas, indicando a existência de sítios naturais sagrados no território e o potencial que uma investigação mais detalhada sobre esse assunto pode representar no desafio de integrar as perspectivas indígenas na gestão da unidade de conservação²⁵.

Assim, o Monte Roraima, em particular, é reportado como um lugar sagrado para vários povos indígenas da região - os *Ingarikó* e os *Macuxi*, no Brasil e os *Pemon*, da Venezuela - que o denominam "mãe de todas as águas" e "casa de Macunaíma" (IBAMA, 2000; LAURIOLA, 2004; REIS, 2006; SILVA, 2009; FUKUDA, 2009; CASTILHO, 2011; SILVA *et al.*, 2011; FALCÃO *et al.*, 2013). Também o Monte Caburaí é mencionado como um lugar sagrado na área do parque por Lauriola (2004).

Além disso, alguns autores fazem menção a um mapa do manejo do território Ingarikó, elaborado pelos indígenas durante a assembleia do COPING de 2004, no qual foram representados, entre outros elementos, as serras e terras sagradas (MLYNARZ, 2008; NOGUEIRA; FALCÃO, 2011). A partir dele, é possível identificar que além dos montes Roraima e Caburaí, já mencionados, também a Serra do Sol e outras montanhas nominadas na

²⁴ Inspirado nas narrativas indígenas, Mário de Andrade escreveu a obra literária *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, em 1928, contribuindo para transformar um mito local em parte do imaginário nacional (CÔRTEZ, 2010).

²⁵ Foram identificadas treze publicações que mencionam a existência de lugares sagrados na área do PNMR. Além dessas fontes, informações sobre a existência de lugares sagrados na região do PNMR foram também recebidas *in loco* pela autora, por ocasião de uma visita à Aldeia Serra do Sol, na função de gestora do ICMBio.



língua nativa como *Akukimitipi*, *Wayapiritipi*, *Eritiktipi*, *Siinartipi* e *Aikatipisã* lugares sagrados indígenas. A área que circunda e interliga as "serras sagradas" é designada como "terra sagrada", constituindo, para eles, em locais de preservação da flora e da fauna, sujeita a restrições como a proibição de construção de moradias, da derrubada de floresta e da atividade de caça (MLYNARZ, 2006 e 2008).

Há relatos de seres míticos e relacionados ao mundo espiritual que podem ser encontrados nesses locais, como os "pais dos animais" (MLYNARZ, 2008) e dragões e morcegos gigantes (NOGUEIRA; FALCÃO, 2011). É mencionada, ainda, a necessidade de permissão das lideranças religiosas para ter acesso a algumas dessas áreas, mesmo entre os indígenas (MLYNARZ, 2008).

Os Ingarikó se identificam como guardiões e protetores dos lugares sagrados e a preservação desses espaços faz parte da cultura tradicional desse povo desde tempos imemoriais (LAURIOLA, 2005; MLYNARZ, 2008; FUKUDA, 2009). De algumas citações extraídas da bibliografia consultada, é possível depreender que os Ingarikó estão preocupados com a possibilidade de turistas acessarem essas áreas sem o devido respeito à sua sacralidade (MLYNARZ, 2006). Nesse sentido, existem indicações de problemas causados pelo uso inadequado de alguns sítios por visitantes, como em um caso relatado por Silva (2009) sobre grupos de pessoas que transitavam pela região em jipes e motocicletas sem o acompanhamento dos indígenas e que geraram impactos ao trafegar por lugares sagrados. Por essa razão, há receio dos *Ingarikó* quanto ao desenvolvimento do uso público no PNMR.

Nas referências bibliográficas analisadas, foram identificados também trechos de entrevistas ou depoimentos de interlocutores institucionais - particularmente da FUNAI e do IBAMA, reconhecendo a importância dos lugares sagrados para o Povo *Ingarikó* e a relevância de sua proteção (CÔRTEZ, 2010; FUKUDA, 2009; MLYNARZ, 2008; SILVA, 2009). Como uma estratégia para garantir a salvaguarda dos seus lugares sagrados, os Ingarikó demandaram, em algumas de suas assembleias, que seja realizado um mapeamento e uma identificação desses locais, para que eles possam ser devidamente considerados no processo de gestão do PNMR (FUKUDA, 2009; SILVA, 2009 e informação pessoal da autora).

A partir do panorama apresentado, pode-se inferir que os sítios naturais sagrados são particularmente importantes no contexto do PNMR. É possível depreender que: 1) os *Ingarikó* e outras etnias reconhecem sítios sagrados na região do parque que são importantes na cosmologia, na memória social e para a identidade desses povos; 2) há regras especiais de conduta para acessar e utilizar esses locais e os valores sagrados são importantes para a sua preservação; 3) os



indígenas demandam a implementação de estratégias de reconhecimento e proteção dos seus lugares sagrados, especialmente frente às perspectivas de desenvolvimento da atividade turística.

Mas apesar desses registros da importância cultural ou simbólica atribuída a elementos da paisagem do PNMR, as citações são pontuais e não se aprofundam na abordagem dessa questão. Além disso, nenhum dos autores consultados analisou essa temática à luz da discussão sobre o reconhecimento e salvaguarda dos sítios naturais sagrados no plano internacional. Assim, esse ainda representa um tema pouco abordado nas pesquisas realizadas e se traduz em uma lacuna de conhecimento sobre a região.

Conforme abordado anteriormente, a importância de se promover ações para o mapeamento e a salvaguarda de sítios sagrados vem sendo um tema de destaque em fóruns mundiais sobre políticas públicas, notadamente de proteção da natureza, refletindo o reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas e da importância dos seus conhecimentos tradicionais para a conservação da biodiversidade. Como afirma Rigoberta Menchú Tum, guatemalteca indígena ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1992 e uma das principais vozes em defesa da valorização dos aspectos culturais na gestão das áreas protegidas no mundo, *"não é casualidade que muitas áreas protegidas sejam zonas que tenham sido povoadas e conservadas por indígenas"*. Entretanto, os choques e conflitos ocorrem porque se desconhece ou se desconsidera o valor de seus lugares sagrados. E para avançar nessa discussão, complementa, *"é necessário impulsionar a troca de experiências e a formação de alianças [com os indígenas] para enriquecer as estratégias de proteção da natureza"* (BURGOS, 2013).

A visão de sacralidade da natureza remete à noção de indissociabilidade desta com a sociedade e reforça a perspectiva da intrínseca relação existente entre a diversidade biológica e a cultural. Assim, na contemporaneidade, tem sido crescente o reconhecimento da importância das práticas espirituais dos denominados povos nativos que, em diferentes graus, preservaram essa conexão espiritual com a natureza. E esse processo tem sido acompanhado, também, por uma redescoberta dos seus lugares sagrados. Pois, como salientam Thorley e Gunn (2007),

[...] no resgate e na valorização destes conhecimentos, crenças e práticas encontram-se importantes aprendizados que podem apoiar a construção de outro padrão de relação da sociedade com a natureza, com equilíbrio e sustentabilidade.

Assim, a realidade vivenciada pelo Povo *Ingarikó* no contexto do Parque Nacional do Monte Roraima representa uma oportunidade acadêmica de desbravar um horizonte pouco explorado para interpretar a relação sociedade e natureza no Brasil e os desafios que devem ser



superados para a implementação de políticas públicas de forma integrada. Ela também expressa uma possibilidade de formulação de um caminho teórico-metodológico pautado no diálogo de saberes, igualmente capaz de gerar uma contribuição efetiva para a gestão da área protegida e para a valorização cultural do Povo *Ingarikó*. Há de se destacar, na reflexão e no debate crítico sobre esse tema, a necessidade de integração de distintos campos do conhecimento, em uma perspectiva acadêmica interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido nesse artigo, o cenário da implementação do PNMR, nos últimos anos, ilustra que o diálogo entre o órgão gestor da área protegida e os *Ingarikó* vem avançando em um movimento efetivo de integração dos direitos culturais e ambientais. Entretanto, é necessário avaliar a aplicação e os efeitos dessa situação no contexto mais recente da gestão do parque e considerar que ainda há muitos desafios a serem ultrapassados. A construção de uma parceria efetiva dos *Ingarikó* com o Estado para o cumprimento dos objetivos do PNMR demandam que os seus valores culturais sejam cada vez mais compreendidos e considerados nesse processo. E, nesse sentido, os lugares sagrados podem representar um elemento-chave para a gestão da área, com a potencialidade de convergir os interesses sociais e os objetivos de proteção da natureza.

Diante desse contexto, algumas questões emergem como inspiração para futuras pesquisas acadêmicas: A valorização de aspectos culturais e espirituais pode contribuir para o fortalecimento das estratégias de conservação da biodiversidade? Quais os instrumentos da legislação brasileira podem ser utilizados para o reconhecimento, a salvaguarda e o manejo dos sítios naturais sagrados? Como as políticas públicas culturais e ambientais podem convergir para fortalecer a proteção dos sítios sagrados e da biodiversidade nos casos de sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação? O caso aqui apresentado do Parque Nacional do Monte Roraima, ilustra e reforça o desafio de se buscar conhecer não só as necessidades indígenas de uso e manejo dos recursos naturais dentro das áreas protegidas, mas também de compreender os valores atribuídos pelos grupos sociais à natureza.

Sem pretender esgotar o debate sobre o assunto, esse artigo buscou despertar a atenção para a abordagem de dimensões das áreas protegidas que, apesar de muito antigas, ainda representam uma novidade no campo das políticas públicas. E que podem contribuir para valorizar as culturas indígenas nessas áreas e superar os desafios históricos para a efetiva implementação de políticas públicas. Além disso, esse diálogo de saberes deve inspirar novas



formas de entender a relação entre sociedade e natureza, contribuindo para a construção de práticas inovadoras de inclusão social na gestão das áreas protegidas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. A. Aleluia e o banco de luz: messianismo indígena no Norte Amazônico. Campinas: UNICAMP/CMU, Dissertação de Mestrado. 132 p. 1995.

BARRETO-FILHO, H. T. *Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil*. IN: Ricardo, F. (Org.) Terras Indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 53-63. 2004.

BELTRÁN, J., PHILLIPS, A. *Indigenous and Traditional Peoples and Protected Areas: Principles, guidelines and case studies*. Best Practice. 2000.

BERKES, F. *Sacred Ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. Philadelphia, USA: Taylor & Francis. 1999.

BRASIL. Decreto 97.887 de 28 de junho de 1989, que cria o Parque Nacional do Monte Roraima e dá outras providências. 1989

BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Siglo Veintiuno Editores, México. 287 p. 2013.

CASTILHO, C. T. Monte Roraima: experiência de lazer contemporâneo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.3, pp.309-322. 2011.

CÔRTEZ, L. S. Nos confins do saber jurídico: o caso da Raposa Serra do Sol no STF. Monografia. Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. São Paulo. 2010.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. Ed. Hucitec. São Paulo. 161 p. 2000.

DUDLEY, N.; HIGGINS-ZOGIB, L., MANSOURIAN, S. *Beyond Belief: linking faiths and Protected Areas to support biodiversity conservation*. WWF e Equilibrium and The Alliance of Religions and Conservation (ARC). 2005.



DUDLEY, N. *et al.*. Conservation of biodiversity in sacred natural sites in Asia and Africa: a review of the scientific literature. In: VERSCHUUREN, B., *et al.* (Eds.). *Sacred Natural Sites: conserving nature and culture*. IUCN, Gland, Switzerland, 2010.

FALCÃO, M. T.; NOGUEIRA, E. M.; OLIVEIRA, S. K. S.; PEREIRA, C. A. B. Educação e saberes ambientais: um estudo da etnia Ingarikó - região Raposa Serra do Sol - Roraima/BR. 14 Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, Peru. 9 p. 2013.

FALEIRO, R. P. Unidade de Conservação *versus* Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública. Dissertação de Mestrado. Programa de Antropologia da Universidade de Brasília, 130p. 2005.

FERNANDES-PINTO, E.; IRVING, M. A.; 2015. *Sítios Naturais Sagrados no Brasil: o gigante desconhecido*. IN: Hanazaki, N., *et al.* (Orgs.). *Culturas e Biodiversidade: o presente que temos e o futuro que queremos*. Anais do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, novembro 2015. p. 397-408.

FONTES, M. L. Indigenismo, soberania e geopolítica na região da reserva indígena raposa serra do sol. Caderno de Relações Internacionais. v.2, n.3 Faculdade Damas. p. 92-152. 2011.

FUKUDA, J. C. *Sobreposição de unidade de conservação e terra indígena: o caso da área do Parque nacional do Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol*. Monografia de Especialização. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (CDS-UNB), 31 p. 2009.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

IBAMA/ELETRONORTE/ABES. Plano de Manejo do Parque Nacional do Monte Roraima. Brasília/DF, Março, 2000.

IRVING, M. A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*, v. 4, p. 122-147, 2010.

IRVING, M. A. *et al.* Parques nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. In: IRVING, M. A., CORRÊA, F. V. e ZARATTINI, A. C.



(Orgs.) *Parques nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital, p. 19-78, 2013.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco*, v.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LAURIOLA, V. Parque Nacional? Kaané! Os índios dizem não à implementação do Parque Nacional do Monte Roraima. In: RICARDO, F. (Org.); 2004. *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA Instituto Socioambiental, p. 422-431. 2004.

LAURIOLA, V. M. Recursos comuns indígenas ou conservação global na Amazônia? O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. 2005. In: LIMA, A.C. S.; BARRETO-FILHO, H. T. (Orgs). *Antropologia e identificação: os antropólogos e as definições de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 205-248. 2005.

LEFF, E. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A. e GARAY, I., 2004. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, n. 9, jan 2004, Salvador/BA, p83-93. 2004.

MLYNARZ, R. B. Parque Nacional do Monte Roraima: constituindo a arena de negociação política dos Ingarikó frente à conservação da natureza em Terra Indígena. *III Encontro da ANPPAS*. Brasília/DF. 13 p. 2006.

MLYNARZ, R. B. *et al.* "Ingarikó". *Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental, São Paulo. 2008. Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/povo/ingariko> Acesso em 15/04/2015.

MLYNARZ, R. B. Processos participativos em comunidade indígena: um estudo sobre a ação política dos Ingarikó face à conservação ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo PROCAM/USP. São Paulo. 141 p. 2008.



MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª. Edição, ED. Sulina, 120p. 2011.

NOGUEIRA, E. M.; FALCÃO, M. T. Serra do Sol: o turismo de base local como fonte de desenvolvimento das comunidades. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre p. 1-13. 2011.

POSEY, D. (Ed.). *Cultural and spiritual values of biodiversity*. A comprehensive contribution to the UNEP Global Biodiversity Assessment. London. 1999.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. A. *Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi*. 2014.

REIS, N. J. *Monte Roraima, RR: sentinela de Macunaíma*. p. 89-98. 2006.

RUFINO, M. P. O fio da meada. In: _____, *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), p417. 2004.

SCARDUA, F. P. Manejo sustentável no Parque Nacional do Monte Roraima e na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. In: RICARDO, F. (org.); *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*, São Paulo: ISA, pp. 432-435. 2004.

SILVA, E. L. S. Plano de uso público do Parque Nacional do Monte Roraima: proposta de estruturação de uma cadeia produtiva de ecoturismo na calha do rio Cotingo, com base nos princípios da economia ecológica. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFRS. Porto Alegre e Boa Vista: UFRGS/UFRR, 2009.

SILVA, R. D. M.; CRUZ, J.; PY-DANIEL, V. Monte Roraima na América do Sul, Venezuela: destino mundial do turismo de natureza. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 9, no. 2, p 411-422. 2011.

SILVEIRA, E. D. *Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira*. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental da Pontifícia Universidade Católica, Curitiba. 2009.



SOUZA CRUZ, M. O. Fonoaudiologia e gramática Ingarikó. Kapon-Brasil. *Tese de Doutorado*. Amsterdam: Universiteit Amsterdam, 2005.

SOUZA, A. R. *Direitos Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue. 2012.

THOTH. Brasil, *Monte Roraima - Uma escalada ao mundo perdido*. 2014.

THORLEY, A., GUNN, C. M. *Sacred Sites: an overview*. The Gaia Foundation. 2007.

TORRES, I. N.; MARTÍN, D. D. 2007. *Informe Final de la Evaluación del Parque Nacional Canaima, Venezuela, como Sitio de Patrimonio Natural de la Humanidad*. Caracas/Venezuela. 132 p.

VERSCHUUREN, B., WILD, R., MCNEELY, J., OVIEDO, G. *Introduction: sacred natural sites the foundations of conservation*. 2010.

WILD, R.; MCLEOD, C. *Sitios Sagrados Naturales: Directrices para Administradores de Áreas Protegidas*. Gland, Suíça: IUCN. Série Directrices sobre Buenas Prácticas en Áreas Protegidas N°. 16. 2008.

AGRADECIMENTOS

Ao Povo *Ingarikó*, guardiões do Monte Roraima, por me permitirem adentrar no universo dos sítios sagrados. E às coordenadoras e participantes do grupo de trabalho sobre *Conhecimento, Participação e Gestão da Sociobiodiversidade* (GT 9) do IV CONINTER, pelo rico debate e contribuições para o texto final do trabalho.



OS GATOS DO TJ: UM ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS NO ESPAÇO URBANO.

BAPTISTELLA, Eveline.

*Docente do Curso de Comunicação da Universidade do Estado de Mato Grosso; Mestre em Estudos em Cultura Contemporânea
evelineteixeira@unemat.br*

ABONIZIO, Juliana.

*Docente de Programa de Pós-graduação em Estudos em Cultura Contemporânea-ECCO da Universidade Federal de Mato Grosso; Doutora em Sociologia
abonizio.juliana@gmail.com*

23

RESUMO

Na sociedade contemporânea, o fenômeno da inserção de animais, especialmente cães e gatos, na esfera de consideração humana revela uma dimensão de aproximação afetiva entre espécies. No entanto, felinos e caninos não tutelados, ou seja animais de rua, encontram-se numa situação única: tornam-se foco de conflitos que são elencados não somente na esfera ambiental mas também como problema social – uma vez que estas duas espécies de animais são consideradas cada vez mais próximas da “família humana” e, por isso, seus membros deixam de ser vistos como seres capazes ou detentores do direito a uma vida independente. A partir deste contexto, a proposta deste trabalho é discutir as fronteiras entre espécies e refletir sobre os conflitos entre animais humanos e não-humanos no espaço urbano tendo como foco o caso dos gatos de rua que viviam na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

Palavras-chave: Estudos Animais. Interdisciplinaridade. Cultura Contemporânea.

ABSTRACT

In contemporary society, the phenomenon of insertion of animals, especially dogs and cats, in the sphere of human consideration reveals a dimension of emotional closeness between species. However, stray felines and canines are in a unique situation: they become focus conflicts that are listed not only in environmental sphere but also a social problem - since these two species are considered the closest to the "human family" and therefore its members are no longer seen as capable of independent living. From this context, the aim of this paper is to discuss the boundaries between species and reflect on the conflicts between humans and non-human animals in urban areas focusing on the case of stray cats that lived at the headquarters of the State Court of Mato Grosso, in the city of Cuiabá.

Key-words: Animal Studies. Interdisciplinarity. Contemporary Culture.

INTRODUÇÃO

As relações entre seres humanos e os outros animais sempre foi marcada pela desigualdade, a partir da premissa que o homem é detentor de características que o colocam



numa posição de superioridade em relação às demais espécies. Conforme Thomas (2010), critérios como beleza, domínio da fala, alma, raciocínio e capacidade de escolha estão entre os fatores elencados para diferenciar animais humanos e não-humanos. Na sociedade contemporânea, a ascensão do conceito de senciência surge como forma de admitir a existência de capacidades cognitivas entre os bichos, mas, ao mesmo tempo, mantém a posição subalterna dos mesmos dentro da sociedade.

Um ser senciante é um ser que é subjetivamente consciente; um ser que tem interesses; isto é, um ser que prefere, deseja ou quer. Esses interesses não precisam ser iguais aos interesses humanos. Se um ser tiver algum tipo de mente que possa experienciar a frustração ou a satisfação de qualquer interesse que esse ser tiver, então esse ser é senciante. (FRANCIONE, 2012, p. 1)

Assim, a senciência pode ser considerada um tipo de consciência inferior à humana e está ligada a estudos científicos que buscam discutir o lugar dos animais não-humanos em nossa sociedade e, algumas vezes, reposicioná-los. Entretanto, a ideia de dominação humana subjaz nestas propostas, que mantém a perspectiva de fronteiras entre espécies de forma bipartida: humanos de um lado e o restante dos animais de outro.

Existe, no entanto, uma esfera em que as divisões se diluem e as fronteiras se transformam em pontes (BAPTISTELLA, 2014, p.132). É a dimensão do afeto. Quando um animal entra na esfera de preocupação e proteção humanas, as diferenças, muitas vezes, são relativizadas e o animal passa à outra categoria: a da estima. Este espaço tem sido visto como especialmente destinado a alguns bichos que se tornaram mais próximos de nós ao longo dos tempos. Hoje em dia, principalmente, os cães e gatos são considerados animais de estimação por excelência.

Mas o que acontece quando sua existência está dissociada da tutela humana? Este artigo busca discutir as fronteiras entre espécies, o conceito de estima entre animais humanos e não-humanos e os conflitos gerados pela convivência entre ambos no ambiente urbano, quando a presença dos últimos em espaços públicos, na categoria de bichos “sem dono”, passa a ser vista como um problema para a sociedade. Para tanto, o presente trabalho utilizará como recorte específico para reflexão o caso dos gatos que viviam abrigados na sede do Tribunal de Justiça, na cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso (FIGURA 1).



Figura 1 – Gato se alimenta no estacionamento da Sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso



Fonte: (Denise Soares/G1MT, 2012)

A separação entre homem e natureza é um tema amplamente discutido pela ciência e se mostra um tópico de estudo cada vez mais relevante, na medida em que diferentes problemas ambientais pressionam as comunidades humanas e não-humanas, revelando a impossibilidade de dissociar a vida na Terra da adoção de políticas e comportamentos que estimulem a preservação do meio ambiente. Os eventos climáticos extremos provocados pelo aquecimento global são um exemplo de como as ações antrópicas podem ameaçar o equilíbrio do planeta, com consequências que atingem também os humanos.

A Terra existiu sem os nossos inimagináveis antepassados, poderia muito bem existir hoje sem nós e existirá amanhã ou ainda mais tarde, sem nenhum dos nossos possíveis descendentes, mas nós não podemos existir sem ela. Por isso, é necessário colocar bem as coisas no centro e nós na sua periferia, ou melhor ainda, elas por toda parte e nós no seu seio, como parasitas. (SERRES, 1990, p. 58)

O ideal humano de dominação da natureza teve impacto em incontáveis formas de vida, provocando, inclusive, a extinção de inúmeras espécies animais. O relatório *Planeta Vivo 2014*, do *World Wide Funde for Nature – WWF*, mostra que “[...] o Índice Planeta Vivo [...], que mede mais de 10.000 populações representativas de mamíferos, aves, répteis e peixes, diminuiu 52% desde 1970” (WWF BRASIL, 2014, p. 4). Ou seja, em apenas quarenta e cinco anos mais da metade das espécies documentadas do mundo foram extintas.

A taxa atual de extinção, calculada pelas estimativas mais conservadoras, é cerca de cem vezes maior do que a que predominava antes de o ser humano aparecer na Terra, e deverá ser pelo menos mil vezes maior nas próximas



décadas. Se a extinção continuar nesse compasso, o custo para a humanidade, em termos de riqueza, segurança ambiental e qualidade de vida, será catastrófico. (WILSON, 2006, p.6)

Quando se pensa nestes números é muito comum lembrar dos animais silvestres vítimas da exploração ambiental humana. Já os bichos domesticados que convivem conosco nas cidades urbano não costumam ser levados em conta nesta matemática, apesar de também serem afetados por um modelo de sociedade que coloca o conforto humano em primeiro lugar. Por isso, é importante pensar também na situação dos animais que vivem nas urbes, na condição de animais de rua, uma vez que estão deslocados tanto do âmbito da família humana quanto do imaginário de animal silvestre, ou seja, pertencente a uma natureza externa a nós.

Este artigo é derivado de pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, da Universidade Federal de Mato Grosso e utilizou-se das metodologias de pesquisa bibliográfica, etnografia e entrevistas não-estruturadas.

Este trabalho caracteriza-se pela abordagem interdisciplinar, utilizando como fundamentação teórica textos das áreas de estudos animais, filosofia, direito, ecologia, comunicação e sociologia. A linha de pesquisa de estudos animais busca discutir e entender as relações entre animais humanos e não-humanos no panorama contemporâneo a partir de um enfoque multidisciplinar, abordando as novas visões e compreensões que vão se estabelecendo na sociedade conforme cresce o conhecimento sobre os estados de consciência dos bichos bem como a aceitação de que os laços afetivos entre seres de diferentes espécies podem ser tão – ou mais fortes – do que aqueles formados entre pessoas.

A filosofia e a ecologia contribuem para analisar a entrada dos animais não-humanos na esfera ética e moral contemporânea a partir da crise ecológica da segunda metade do século XX. Por fim, a sociologia do cotidiano, mais marcadamente o trabalho de José Machado Pais, foi empregada para refletir sobre as relações entre animais humanos e não-humanos na esfera urbana a partir das interações que se dão no âmbito do dia-a-dia: a proposta de exploração do trajetivo e da construção do saber a partir da análise de indícios valoriza as contribuições que surgem na relação entre o pesquisador e o campo.



O pensamento sociológico não se esgota na estéril repetição de fluxos no refluxo das teorias, desgastadas na sua robusta improdutividade. Há lugar para a diversidade de paradigmas que assegurem a passagem de concepções teóricas abstratas, universais e mecanicistas para formas concretas, particulares e contingentes de teorização. Ao lado de quem prega as teorias gerais do social, reivindica-se a possibilidade de estudar, do modo mais pertinente possível, a diversidade das formas da vida social. (PAIS, 2002, p. 46)

O texto foi dividido em três partes. No primeiro tópico discutimos a relação de estima entre homens e demais animais bem como a questão dos animais de rua e as diferentes posições que estes assumem no cotidiano de uma cidade. Em seguida, contextualizamos o caso dos gatos do Tribunal de Justiça. Por fim, trazemos a análise e as considerações advindas da pesquisa.

1. Entre cães e gatos

1.1 O animal de estimação

Elencados num patamar inferior aos humanos, os animais também são classificados de formas distintas. Conforme Descola (1998), existe uma escala de valor, geralmente inconsciente, que determina o grau de simpatia por este ou aquele bicho. Quanto mais próximo da espécie humana, maior a chance de conquistar a consideração e a proteção advindas da empatia.

Naturalmente, os mamíferos são os mais bem-aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem. Ninguém, assim, parece se preocupar com a sorte dos harenques ou dos bacalhaus, mas os golfinhos, que com eles são por vezes arrastados pelas redes de pesca, são estritamente protegidos pelas convenções internacionais. (DESCOLA, 1998, p. 24)

Mesmo assim, não é possível afirmar que qualquer animal seja, *a priori*, de estimação. Esta é uma condição que se estabelece a partir de uma relação de convivência e tutela marcada pelo afeto. Assim, podemos verificar que diferentes tipos de bichos se encontram nesta situação. Um caso emblemático é o da galinha Rafinha, que ficou famoso na internet (A SAGA, 2012).

A ave foi criada por uma família humana com requintes como ventilador, mosquiteiro, alimentação especial e até mesmo um berço até que um dia foi furtada. As tutoras da galinha ficaram tão desesperadas que procuraram a imprensa. Uma delas teve que ser hospitalizada



porque parou de se alimentar e não conseguia dormir. Enquanto a família buscava o paradeiro do animal amado, as reportagens se tornavam virais na *internet*, sendo motivo de piadas para muitos. O ladrão vendeu Rafinha a um sitiante. Ela morreu poucos dias depois, de inanição, pois, assim como uma de suas tutoras, se recusava a comer.

As galinhas, em geral, são animais destinados a se tornarem produtos. São alimento para os humanos. Rafinha, no entanto, estabeleceu uma ponte com uma família humana e tornou-se estimada, o que lhe garantiu um tratamento especial: entre tantas galinhas no mundo, ela não seria abatida. Seu destino só mudou porque encontrou um humano que não partilhava do concepção de que ela era uma ave estimada. Mesmo assim, vale destacar que, como tantos outros humanos, acabou tornando-se vítima da violência urbana.

Apesar da hierarquização inconsciente, a estima é, então, uma condição à qual a variada gama de animais pode ser alçada. É possível encontrar nesta situação até mesmo bichos considerados até bem pouco tempo repugnantes, como répteis, ratos e porcos. Nem sempre os determinismos biológicos ou culturais definem qual será o modo de vida de um animal. É o tipo de relacionamento estabelecido com os humanos que determinará seu *status* e suas condições de sobrevivência.

Entretanto é inegável que cães e gatos tornaram-se os exemplos mais comuns de animal de estimação. Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostra o grau de inserção dos cachorros nas casas do país.

(...) o número de cães nos lares brasileiros superou o de pequenos humanos: de cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças. (...) o resultado do cruzamento de dados (...) apontou a existência de 52 milhões de cães, contra 45 milhões de crianças até 14 anos – uma situação que se assemelha à de países como o Japão (16 milhões de crianças, 22 milhões de animais de estimação) e os Estados Unidos (em 48 milhões de lares há cães; em 38 milhões há crianças). (RITTO; ALVARENGA, 2015, p. 71)

O levantamento mostra ainda que o Brasil é o segundo país do mundo em número de cães (52,2 milhões) e gatos (22,1 milhões) – perde apenas para os Estados Unidos. Pais (2006, p. 283) afirma que estes dois espécimes tornaram-se tão íntimos do homem que estão passando por um processo de antropomorfização. Tal proximidade contribui para a ideia de que ambos são incapazes de viver de forma independente e sua existência fora da tutela humana é considerada problemática.



Outrora, o pouso comum de cães e gatos era a rua para uns, o telhado para outros; actualmente houve um notável aburguesamento das espécies caninas e felinas, a partir do momento que passaram a “animais de companhia”. Os que não usufruem de um tal estatuto social são marginalizados: não passam de vadios, rafeiros, vagabundos, vira-latas. Os “afortunados” – atribuição abusiva por não levar em linha de conta a “vontade” dos que julgamos que o sejam – compartilham com os donos de confortos e bonomias inimagináveis (...) (PAIS, 2006, p.283).

Para designar o bicho que vive sob cuidados e afeição humanos tornou-se comum utilizar o termo *pet*, uma expressão que designa muito mais um tipo de relação do que uma condição inalterável. Assim, cães e gatos não precisam, obrigatoriamente, viverem num lar humano. Mas no imaginário atual sua presença nas ruas é vista como errada, na medida em que parece haver um consenso de que ambos devem ser cuidados por pessoas.

A partir desta perspectiva, os vira-latas ou bichos de rua, surgem como uma categoria de animal duplamente excluída: não são protegidos por humanos mas também não são reconhecidos em sua autonomia, já que desenvolveram ao longo dos tempos uma relação de dependência material e também afetiva com outra espécie, a humana. Não estão na esfera da natureza nem da afeição dos homens. É como se sua existência fora da posição de *pet* não pudesse ser plenamente aceita e fosse uma questão a ser solucionada com a retirada destes bichos das ruas. Algo que podemos constatar, inclusive, a partir das campanhas públicas contra o abandono de animais nas ruas e os projetos de castração em massa de cães e gatos que não são tutelados.

Durante a etnografia realizada nos anos de 2014 e 2015 em Cuiabá, foi possível encontrar tucanos, cobras e até mesmo jacarés vivendo em áreas urbanas. Nas entrevistas e conversas registradas ao longo da pesquisa, não aparecia nenhum incomodo com o fato de que eles viviam por conta própria na cidade, sem nenhum tipo de vínculo de proteção humana. Já a presença de cães e gatos sem tutores nas ruas dificilmente era admitida como algo natural. Estes bichos surgiam como problema social. Ou seja, não eram amados por ninguém e, ao mesmo tempo, não eram vistos como capazes ou detentores do direito de buscarem sua própria subsistência fora dos lares humanos. Além disso, sua presença em determinados locais era motivo de conflitos entre humanos, pois eram considerados ameaças à saúde pública ou causadores de desconforto em algum nível.



Com base nestas reflexões, buscamos discutir a situação dos animais de rua a partir do caso dos gatos que viviam abrigados na sede do Tribunal de Justiça da cidade de Cuiabá e que se tornaram o centro de um embate que dividiu servidores e mobilizou a própria sociedade local.

2. OS GATOS DO TJ

No dia 23 de dezembro de 2013, o desembargador Orlando Perri, então presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, assinou uma portaria proibindo a alimentação de animais em todas as unidades judiciárias do estado. O alvo não declarado eram quase 100 gatos que viviam na sede do órgão. O caso ganhou repercussão na mídia ainda na primeira semana de 2014 e provocou reações contrárias, revelando o antagonismo gerado pela convivência com os animais de rua. De um lado, havia pessoas satisfeitas com a possibilidade dos gatos serem retirados do prédio. Por outro, aqueles que haviam estabelecido vínculos com os felinos ou simplesmente gostavam de animais, se mostravam revoltados.

Como os bichos eram alimentados por servidores, o documento autorizava inclusive a revista dos funcionários para evitar a entrada de comida no prédio.

Art . 1º - Fica vedado o acesso de pessoas às dependências das unidades judiciárias portando qualquer espécie de alimento (ração, suplementos, sobras alimentares, líquidos, etc.) destinado a prover a alimentação de qualquer espécie animal, errante ou não, dentro dos prédios das unidades judiciárias e no seu entorno. Parágrafo único. Para o cumprimento do caput deste artigo e para as situações necessárias, fica autorizada, excepcionalmente, desde que haja suspeitas justificadas, a revista de veículos e pertences pessoais (bolsas, valises, sacolas, recipientes fechados) pela Coordenadoria Militar. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 1)

Este procedimento causou foi destacado em reportagens e causou revolta entre servidores, pois igualava as pessoas que alimentavam os gatos a criminosos. A portaria trazia mais um item que reforçou a avalanche de reprovação pública que se seguiu a divulgação da medida:

Parágrafo único – Recebendo a comunicação, o gestor geral do Fórum e/ ou a Coordenadoria de Infraestrutura – Divisão de Manutenção e Serviços, adotarão medidas imediatas para remoção do(s) animal (is) , solicitando a ação do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde e/ ou de profissionais da vigilância sanitária, e promovendo a limpeza do local onde se encontravam. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 1)



Sem a comida oferecida regularmente por humanos era possível que boa parte dos gatos não sobrevivesse ou se arriscasse mais, deixando a segurança da sede do TJ para buscar alimento em outros lugares. Os felinos que resistissem, no entanto, seriam removidos para o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). Conforme entrevistas realizadas com protetores de animais na cidade de Cuiabá, o CCZ local abriga os bichos apenas por um curto período - menos que uma semana¹. Se neste espaço de tempo não surgir um lar adotivo, mesmo animais saudáveis são eutanasiados. Mesmo que o sacrifício de bichos doentes não tenha sido citado como plenamente aceito, ele apareceu como mais tolerável.

A mobilização para garantir a sobrevivência dos animais foi imediata. Uma desembargadora aposentada e conhecida como protetora dos animais, Shelma Lombardi Kato, e representantes da ONG Voz Animal assumiram o embate com a coordenação do Tribunal de Justiça. Em entrevistas concedidas sob a condição de anonimato, servidores afeitos aos gatos afirmaram que não podiam enfrentar diretamente seus chefes, já que havia a possibilidade de sofrerem sanções futuras ou até mesmo exoneração.

A presidente da ONG expressou a indignação provocada pela medida:

Maria das Dores avaliou como absurda a portaria baixada pelo Tribunal. “Foi um absurdo a atitude dele (Orlando Perri), pois deveria ter nos chamado para conversar antes de baixar essa portaria absurda, que vai contra os direitos animais, pois, se não forem alimentados, eles vão morrer de fome”, declarou. (SERVIDORES DO..., 2014, p. 1)

Mas a defesa dos gatos não era uma unanimidade. Alguns servidores entrevistados mostravam o desconforto provocado pela presença dos animais. As queixas iam de episódios de carros arranhados a temores em relação à transmissão de doenças². Uma notícia de 2012 trazia relatos de ataques praticados pelos felinos.

(...) para o coordenador de saúde da unidade, Homero Florisbello, os felinos já causaram transtornos aos funcionários. “Os próprios servidores colocam a ração para os gatos. Tivemos dois casos de servidores que foram mordidos e um acidente. Também existe o mau cheiro e gatos que se escondem nos motores dos carros”, detalhou. Homero contou que no ano passado um dos gatos entrou na caixa de força do estacionamento e causou um curto-circuito. Já os servidores 'atacados' tomaram vacina contra raiva. No entanto, o CCZ

¹ Depoimentos concedidos em Janeiro de 2014.

² Depoimentos concedidos em Janeiro de 2014.



informou que não foi notificado de nenhum ataque. (SUPERPOPULAÇÃO DE ..., 2012, p. 1)

Nas conversas com servidores sobre o assunto, os episódios de comportamento agressivo era colocado em dúvida, já que a própria notícia mostrava não haver registro de atendimento à pessoas atacadas e a notificação destes casos é obrigatória. Mesmo questionado o risco que os gatos representavam para a saúde humana aparecia como principal argumento para apoiar a decisão do presidente do TJ.

Como forma de embasar a portaria, uma nota oficial emitida pelo departamento de comunicação do Tribunal de Justiça buscava mostrar que os gatos são um risco para a saúde dos servidores, o texto se refere também à problemas anteriores.

FIGURA 2 – GATOS NAS DEPENDÊNCIAS DO TJ



Fonte: (Denise Soares/G1MT, 2014)

Nos documentos foram expostos motivos para manter o ambiente livre de animais, tendo em vista as possíveis doenças causadas pelos felinos. (...) No documento foi lembrado ainda o problema causado no forro do departamento judiciário auxiliar (Dejaux) e da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, infectado pela urina de gato. (TRIBUNAL DE..., 2014, p. 1)

A nota oficial trazia ainda as ponderações do médico veterinário do CCZ de Cuiabá, Fernão Franco, como justificativa para a medida adotada.



Do ponto de vista sanitário, o risco é de contaminação pelo vírus da raiva, uma doença que, se não for tratada, pode matar o ser humano”, alertou. A contaminação se dá pela mordida ou arranhões do animal infectado. Outras doenças também podem ser transmitidas pelo gato, como a toxoplasmose e a *larva migrans cutânea*, conhecida popularmente como bicho geográfico. Ambas podem ser transmitidas pela urina e fezes. (TRIBUNAL DE..., 2014, p. 1).

A médica veterinária Magda Omori explicou em entrevista que, na verdade, o bicho geográfico é transmitido pelas fezes do cachorro e a toxoplasmose não é transmitida pela urina do gato³. Mas ao apresentar essa versão, o documento deu força ao discurso dos servidores que eram contrários aos felinos. Um senhor disse que o perigo era altíssimo porque os gatos iriam fazer xixi em cima de mesas e objetos, depois a urina secaria e eles trabalhariam usando objetos contaminados, pegando, por fim, a toxoplasmose⁴.

Diversos sites, jornais e até mesmo emissoras de tv tratam a toxoplasmose com o termo “doença do gato”. Segundo protetores de animais entrevistados na pesquisa, muitos animais foram mortos e outros tantos abandonados devido a essa simples nomenclatura.

Toxoplasmose é uma doença infecciosa, congênita ou adquirida, causada por um protozoário chamado *Toxoplasma gondii*, encontrado nas fezes dos gatos e outros felinos. Homens e outros animais também podem hospedar o parasita. A toxoplasmose pode ser adquirida pela ingestão de alimentos contaminados — em especial carnes cruas ou mal passadas, principalmente de porco e de carneiro, e vegetais que abriguem os cistos do *Toxoplasma*, por terem tido contato com as fezes de animais hospedeiros ou material contaminado por elas mesmas. A toxoplasmose pode ser transmitida congenitamente, ou seja, da mãe para o feto, mas não se transmite de uma pessoa para outra. (VARELA, 2012, p. 1)

A médica veterinária Magda Omori passou também a informação de que o sistema digestivo do gato é o lugar onde o protozoário se desenvolve, mas o verdadeiro vilão da doença é a falta de higiene adequada de vegetais e hortaliças, bem como consumo de carne mal passada. “Seria preciso a pessoa colocar a pata do gato na boca, por exemplo. Mas se a pessoa lavar a mão, mexer nas fezes deles com luvas, mantiver o gato em casa, o risco é muito pequeno”, ela afirmou⁵.

³ Depoimento concedido em maio de 2015.

⁴ Depoimento concedido em janeiro de 2014.

⁵ Depoimento concedido em maio de 2015.



A higiene correta de alimentos e do corpo, me alertou a veterinária Magda Omori, seria o ponto principal na prevenção da toxoplasmose. No entanto, o gato aparece sempre como destaque quando se fala da doença porque é uma maneira fácil de justificar procedimentos radicais para extermínio – como a suspensão da alimentação e a remoção para a morte no CCZ.

Os representantes do Tribunal de Justiça retrocederam diante do impacto negativo perante à opinião pública. Apesar da mobilização das questões de risco à saúde humana, os animais não foram encaminhados ao CCZ. A desembargadora e a ONG ofereceram um lugar para abrigar os gatos bem como custearam o procedimento de castração dos animais (ANDA, 2014).

3. CONSIDERAÇÕES

Pensar os elos estabelecidos entre animais humanos e não-humanos é analisar uma miríade de relações que vai da indiferença, no caso daqueles que são transformados em produtos alimentícios, e chega até o amor representado pela estimação. Entre as duas pontas, uma variedade de sentimentos pode surgir conforme a o relacionamento estabelecido: repulsa, medo, admiração, curiosidade, entre outros.

Os gatos do TJ não estavam alheios a essa multiplicidade de visões. Para os servidores que os alimentavam, eram indivíduos com personalidades definidas e objetos de afeto, apesar de serem animais de rua. Para protetores de animais e uma parcela dos funcionários, eram um problema social, vítimas do abandono e da crueldade humana. Havia ainda aqueles que enxergavam nos felinos abandonados um problema de saúde pública. O termo praga foi utilizado mais de uma vez para se referir aos gatos.

A portaria parecia apresentar uma solução prática para o quadro: sem alimento, parte dos animais deixaria o local e os que ficassem seriam retirados pelo órgão competente, o CCZ. Tais medidas traziam questões profundas, que não foram abordadas num primeiro momento. Os animais seriam mortos. Não uma morte qualquer. Depois de anos de relacionamento com alguns servidores, deixariam de ser alimentados. Seriam levados a um local em que, depois de um período de confinamento, por si só estressante, acabariam mortos.

Os argumentos para justificar tal procedimento seguem o que Singer (2011, p.11) chama de especismo: “(...) é o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras”. A morte dos gatos parecia aceitável quando



se levava em conta o bem-estar da espécie humana. Para tanto, a questão dos riscos à saúde humana era mobilizada até com informações erradas, visando confirmar a necessidade de eliminação dos felinos – ou até mesmo mitigar possíveis questionamentos éticos que envolvessem os procedimentos adotados pelo órgão. No entanto, durante a etnografia não foi encontrada nenhuma vítima de doença transmitida pelos animais. Os problemas eram mais prosaicos, como mau cheiro da urina dos bichos, danos à pinturas de carros e a pontos estruturais como portas. Mas o medo de contrair algum tipo de enfermidade era sempre citado por aqueles favoráveis ao projeto de “mudança” dos gatos.

Tal posição, porém, não foi unânime. Para uma parcela dos envolvidos no caso, a necessidade de colocar a segurança humana em primeiro lugar não era suficiente para permitir que os gatos fossem mortos. Especialmente para aqueles que se relacionavam com os felinos que viviam na sede do TJ, deveria ser buscado um equilíbrio que garantisse sua sobrevivência. A estes funcionários, que se viram muitas vezes privadas do direito de protestar por medo de perderem os empregos, se juntaram protetores de animais, pessoas que defendem, pelo menos em Cuiabá, principalmente os cães e gatos em situação de abandono. A ONG que atuou na resolução do caso tem um abrigo na zona rural, onde mantém mais de uma centena de animais resgatados das ruas.

Num momento em que a posição dos animais na sociedade está em franco questionamento, podemos constatar que os conflitos em torno do tema também ganham força. A sociedade encontra-se mais aberta a posições que coloquem o especismo em cheque. Pinker (2011) coloca a proteção animal entre as revoluções por direitos que ganharam corpo na sociedade durante o século XX:

O reconhecimento dos interesses animais foi impulsionado por defensores humanos de tal comportamento, movidos pela empatia, pela razão e pela inspiração de outras Revoluções. O progresso foi desigual e com certeza os próprios animais, caso pudessem ser consultados, ainda não nos parabenizariam com tanto ardor. Porém, a tendência é real, e está mexendo com todos os aspectos da nossa relação com nossos companheiros do reino animal. (PINKER, 2011, p. 12150)

Esta articulação entre humanos e não-humanos na busca por mais direitos para estes é bem explicitada no caso dos gatos do TJ, pois o destino dos felinos foi alterado devido à intervenção de pessoas que se preocupavam com eles. A via do afeto mostra aí sua importância e reforça o conceito de que as condições de vida dos bichos estão ligadas ao seu grau de



envolvimento com a comunidade humana. Os animais estimados terão melhores condições que aqueles que não tem tutores. Entre os bichos de rua, como os gatos do TJ, os que estabelecem elos com humanos também podem encontrar um grau de maior de segurança – durante anos foram alimentados por servidores e no momento em que suas vidas ficaram em risco o movimento de proteção animal foi acionado.

A ideia de que estes bichos não devem viver de forma independente na cidade se mantém aberta para mais reflexões. Os gatos do TJ mostram uma dimensão de dependência bastante forte em relação aos humanos, de quem recebiam não só alimentação mas também afeto e eventuais cuidados de saúde. Na verdade, longe de serem simples animais de rua, eles apareciam como o que escolhemos chamar de *pets* comunitários, ou seja, bichos que se beneficiam de uma ligação com os humanos mas não são completamente tutelados com eles – uma relação que traz o benefício da autonomia mas também os riscos da vida no ambiente urbano, geralmente hostil aos felinos.

De todas as formas, mesmo ao se pensar numa reconfiguração social em que os animais não-humanos recebem mais direitos, a figura do ser humano como senhor absoluto do destino de outras formas de vida surge reforçada neste quadro. Os homens e mulheres que se mobilizaram em favor dos gatos o fizeram por questões de empatia com uma espécie menos favorecida e representaram uma voz e capacidade de mobilização que os animais sozinhos não poderiam ter.

REFERÊNCIAS

BAPTISTELLA, E.S.T. **ANIMAIS E FRONTEIRAS: ENTRE ESPÉCIES, CIÊNCIAS E COTIDIANO**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos em Cultura Contemporânea, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

BARROS, José d'Assunção. (2005) Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. Em: *Análise social*, vol XL (175), 345 -366. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218709941G9oFF7ya2Ux18EW0.pdf> . Acesso em 20 mar 2015.

DESCOLA, Philippe. (1998) Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. Em: *Mana* 4 (1), 23-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100002&script=sci_arttext. Acesso em 23 jun. 2015.



FRANCIONE, Gary. *Senciência*. (2012). Disponível em: <<http://francionetraduzido.blogspot.com.br/2012/07/senciencia.html>>. Acesso em: 27 set. 2015.

PAIS, José Machado. (2006) *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Lisboa: Ambar.

PAIS, José Machado. (2002) *Sociologia da vida cotidiana*. Teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PINKER, Steven. (2011) *Os anjos bons da nossa natureza – porque a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras.

RITTO, C; ALVARENGA, B. (2015) A casa agora é deles. Em: *Veja*, n. 2429. São Paulo: Editora Abril, p. 71 - 77.

SAGA Completa da Galinha Rafinha. S.i.: Newskydrive, 2012. (20 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YwT0YFc2GsU>>. Acesso em: 24 maio 2015.

SINGER, Peter. (2010) *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes.

SERRES, Michel. (1990) *O contrato natural*. Lisboa: Instituto Piaget.

SERVIDORES DO TJ-MT são proibidos de alimentar gatos que vivem no prédio. Em: *ANDA*. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/08/01/2014/servidores-tj-mt-sao-proibidos-alimentar-gatos-vivem-pre-dio>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SUPERPOPULAÇÃO DE animais faz TJ-MT proibir servidores de alimentar gatos. Em: *G1 Mato Grosso*. Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/02/superpopulacao-de-animais-faz-tjmt-proibir-servidores-de-alimentar-gatos.html>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

THOMAS, Keith. (2010) *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.

TJ PROÍBE servidor de dar comida a gato; associação protesta. Em: *Mídia News*. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=108964>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

TRINTA gatos retirados do prédio do Tribunal de Justiça são colocados para adoção. Em: *Anda*. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/02/2014/trinta-gatos-retirados-predio-tribunal-justica-sao-colocados-adocao>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VARELA, Dráuzio Toxoplasmose. Em: *Dr. Dráuzio*. Disponível em <<http://drauziovarella.com.br/letras/t/toxoplasmose/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.



WILSON, Edward O. (2006) **A criação**: como salvar a vida na Terra. São Paulo: Companhia das Letras.

WWF BRASIL. Em: *Relatório Planeta Vivo 2014*. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo/> . Acesso em: 10 jan. 2015.



GIORGIO AGAMBEN E A TEMÁTICA AMBIENTAL

OLIVEIRA, Evandro

Doutorando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
evandro11oliveira@gmail.com

ASSMANN, J, Selvino

Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
selvinoassmann@gmail.com

39

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo expor as reflexões do filósofo italiano Giorgio Agamben que podem trazer alguma contribuição para a temática ambiental. Neste trabalho, procurou-se estabelecer conexões entre o pensamento de Agamben e o tema do meio ambiente, bem como também enfatizar que as ideias do autor podem ajudar a pensar o tema meio ambiente de forma mais crítica e reflexiva.

Palavras-Chave: meio ambiente, Giorgio Agamben, ideias.

ABSTRACT:

This article aims to expose the reflections of the Italian philosopher Giorgio Agamben that can bring some contribution to environmental issues. In this paper, we tried to establish connections between the thought of Agamben and the theme of the environment, and also to emphasize that the author's ideas can help to think the theme environment more critically and reflectively.

Keywords: environment, Giorgio Agamben, ideas.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental começou a ganhar notoriedade mundial a partir da década de 1950, pois nessa época ocorreram alguns acidentes ambientais que chamaram a atenção do mundo, a destacar: na Inglaterra, em Londres, devido ao elevado uso de carvão para a produção de energia, ocorreu o fenômeno chamado *smog*; a Contaminação da Baía de Minamata, no Japão, em 1956; a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Rússia em 1986; o vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila, ocorrido na cidade de Bhopal, Índia, dentre outros acidentes (SEIFFERT, 2007).



Devido à magnitude desses acidentes, a situação de descaso com a poluição ambiental começou a mudar. Em 1962 a bióloga marinha Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), no qual retratava os perigos que o uso do Dicloro Difênil Tricloroetano (DDT) trazia para o meio ambiente. É importante ressaltar também a criação do clube de Roma em 1968, formado por 36 cientistas e economistas liderados pelo italiano Peccei e o cientista escocês Alexander King. Suas comissões multidisciplinares estudaram o impacto global das interações entre a produção industrial, a população, o meio ambiente, o consumo de alimentos e o uso de recursos naturais (SEIFFERT, 2007).

Em junho de 1972, acontece a primeira conferência sobre o meio ambiente, conhecida como conferência de Estocolmo, que ocorreu na Suécia, com a participação de 113 países e 250 organizações não governamentais. Foi a primeira vez que representantes de governos a nível mundial se reuniram para discutir medidas eficazes capazes de resolver a problemática da poluição e degradação ambiental.

Passados vinte anos da Conferência de Estocolmo (1972), as negociações envolvendo questões ambientais e desenvolvimento sustentável continuaram e com o objetivo de transformar algumas teorias em instrumentos de ação, foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), conhecida posteriormente como Rio 92 ou Eco 92. Durante dez dias o evento reuniu representantes de 170 nações e cerca de quatorze mil organizações não-governamentais.

Esses aspectos citados anteriormente, fizeram com que a questão ambiental fosse incorporada nas mais distintas esferas da sociedade: na política, na economia, etc. Com o passar dos anos, o tema meio ambiente também ganhou importância nos círculos acadêmicos. Entretanto, são as ciências exatas que mais pesquisam essas temáticas; e as ciências humanas por sua vez, vêm aos poucos estudando temas ambientais com a sociologia ambiental, a antropologia ambiental, entre outros. No entanto, a filosofia pouco se aventurou nessa área (com a exceção de alguns pensadores), o que se torna um problema, pois assim como nos ensina Enrique Leff, “o meio ambiente não é a ecologia, mas sim a complexidade do mundo”, ou seja, a complexidade ambiental. Para estudar a complexidade ambiental é necessário que não apenas as ciências exatas e algumas disciplinas das ciências humanas estudem esse objeto, mas sim, que todas as disciplinas tenham um olhar para essa questão, pois, como explicita Leis (2004), a problemática ambiental precisa de diversos conhecimentos advindos desde a filosofia até a



religião para ser compreendida e solucionada. Por isso é importante que a filosofia, com todo o seu aporte crítico e reflexivo, traga sua contribuição para melhor se pensar o meio ambiente. É nessa perspectiva que reside o objetivo deste artigo, que é discutir ideias e conceitos do filósofo italiano Giorgio Agamben¹, e ao mesmo tempo ressaltar a possível contribuição que o pensamento de Agamben pode trazer para a temática ambiental. O trabalho está estruturado em quatro partes: num primeiro momento será discutido o conceito de “dispositivo”, na segunda parte o conceito de “profanação”, na terceira seção serão explicitadas algumas ideias do filósofo italiano, e por último as considerações finais. A seguir, aborda-se o conceito de dispositivo.

1. DISPOSITIVOS

Na obra intitulada “O que é um contemporâneo? E outros ensaios”, Agamben realiza em determinado momento uma discussão em torno do conceito dispositivo. Esse conceito é um termo técnico usado antes por Foucault, do qual Agamben se apropria para inovar em sua obra. Para o autor italiano, o termo tem sua origem em escritos de Hegel no início do século XIX, ao se falar de “positividade” da religião cristã, contraposta a uma religião natural. “Religião positiva” significa, para Hegel, a institucionalização da religião, o que acarreta um aprisionamento da religião. Depois, através das leituras de um dos mais importantes intérpretes de Hegel na França – Jean Hyppolite -, o conceito chega a Foucault, discípulo de Hyppolite. De toda maneira, o conceito de dispositivo equivale a tudo o que os seres humanos criaram como artificial, contrapondo-se a tudo que seria natural. Sendo assim, Agamben diz::

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos (AGAMBEN, 2009, p. 40).

Com isso, entende-se que um dispositivo tem a função de padronizar nosso comportamento e nossos modos de pensar, mas não apenas isso; segundo o autor, na raiz dos dispositivos está a capacidade humana de se autocriar, de se construir historicamente, modificando sua natureza, o

¹ Giorgio Agamben é um filósofo italiano contemporâneo (Roma, 22 de abril de 1942), autor de obras que percorrem temas que vão desde a estética à política, economia e teologia.



que tem por base a procura pela felicidade. Neste contexto, os dispositivos têm o potencial de criar subjetividades; um dispositivo é antes de tudo “uma máquina que produz subjetivações”. Se por um lado, se cria subjetivações, por outro isso é sempre acompanhado por um processo de sujeitamento: quanto maior o número de dispositivos, maior também o aprisionamento do ser humano e maior pode ser a dificuldade de ele continuar sendo autocriador de si mesmo. É neste contexto que discutir o dispositivo equivale a discutir qual a relação, no ser humano, do que nele é natural e do que é artificial. E isso nos leva a podermos discutir, apoiados em Agamben, a problemática ambiental. Se os dispositivos têm o poder de modelar comportamentos e criar subjetivações, interessa-nos aqui duas coisas: perceber em que medida o problema ambiental se deve à criação historicamente progressiva de dispositivos, apoiado na convicção de que o ser humano é tanto mais humano quanto mais domina a natureza que lhe é exterior e que lhe é interna, e, por outro lado, tentar criar “dispositivos ambientais”, ou seja, dispositivos que tenham por finalidade criar comportamentos e subjetividades que objetivam, eventualmente, uma maior preservação do que a autora Felipe (2006) chama de “bens naturais ambientais”, ou seja, recursos que são necessários à vida, à reprodução e ao bem-estar, a destacar: água, alimentos, ar puro, entre outros. Mas não apenas isso, os “dispositivos ambientais” também devem visar à preservação de toda a vida do planeta, não apenas seres humanos e animais, mas qualquer tipo de vida que habita nosso mundo; em suma os “dispositivos ambientais” devem levar em conta a complexidade ambiental.

Segundo Agamben (2009) na sociedade capitalista somos totalmente controlados, lapidados por diversos dispositivos. Na opinião do autor, desde que surgiu o *homo sapiens* existem dispositivos, entretanto, no capitalismo sua proliferação é muito grande, e os dispositivos encontram-se por toda a parte, nos modelando e nos governando. Essa concepção reforça a ideia para que ocorra a criação de “dispositivos ambientais”, pois se os mesmos estão por toda a sociedade capitalista, será de grande utilidade usá-los em benefício do meio ambiente. Entretanto, vale enfatizar que para Agamben não existe forma correta de usar os dispositivos, em suas palavras “é totalmente impossível que o sujeito do dispositivo o use “ de modo correto” (AGAMBEN, 2009,p. 48). Apesar disso, ainda é possível defender a ideia de se criar “dispositivos ambientais”, pois apesar de Agamben explicitar que não é possível utilizar dispositivos de maneira correta, entende-se que os “ dispositivos ambientais” poderão ser de grande ajuda para combater os impactos ambientais produzidos pela sociedade. Como é enfatizado por Boff (2012) deve-se repensar o modo de pensar, precisa-se refundar um pacto



entre os seres humanos e a natureza . Se os dispositivos modelam e criam subjetividades, podem também auxiliar a mudar a relação homem/natureza.

Continuando a reflexão em torno do pensamento do filósofo italiano, o mesmo questiona o que fazer frente aos dispositivos? Não se trata de simplesmente destruí-los ou usar de forma correta. A estratégia proposta pelo autor é profanar os dispositivos, ou seja, deve-se libertar o que foi capturado pelos dispositivos e restituí-los ao uso comum. Esta proposta agambeniana é discutida a seguir.

1.1 PROFANAÇÕES

Para explicar o conceito “profanação”, Agamben (2007) se reporta aos antigos romanos. Os romanos entendiam perfeitamente o que era profanar, pois eles consideravam sagradas as coisas que pertenciam aos deuses, estas por sua vez, não podiam de modo algum ser usadas por humanos. Para as coisas se tornarem sagradas, elas tinham de ser antes consagradas, ou seja, serem tiradas do uso comum do homem. Logo se consagrar retirava coisas da esfera humana para serem utilizadas apenas para os deuses, profanar consistia em retirar o que era consagrado da dimensão do sagrado, e disponibilizá-las novamente para o uso humano.

Seguindo na perspectiva de Agamben (2009), a separação que ocorre entre sagrado e profano é realizada por um dispositivo que o autor denomina de sacrifício. A forma de restituir o que foi separado é a profanação, nas palavras de Agamben (2009) “ a profanação é o contra dispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (p.45). Mas não apenas isso, Agamben (2007) explica que a profanação é uma ação política, que desativa os dispositivos de poder, que neutraliza seus alvos e o que estava indisponível torna-se disponível. Novamente podemos estabelecer aqui uma ligação entre este pensamento de Agamben e o tema meio ambiente. Poderíamos afirmar que muitos recursos naturais (a água, por exemplo), através da apropriação, estão sendo “consagrados” e colocados numa esfera distante das pessoas, principalmente daquelas que não possuem dinheiro. Essa esfera, representada pelas grandes empresas, deve ser profanada para que os recursos naturais possam ser usados por todas as pessoas.

Contudo, uma pergunta permeou esse aspecto que se acaba de ressaltar: os recursos naturais estão sendo consagrados? Para respondermos a essa questão iremos recorrer a outra ideia explicitada por Agamben, o capitalismo como religião.



Ao apresentar o capitalismo como religião, Agamben (2007) baseia-se nas ideias de Benjamin, que diz que o capital como uma religião é a religião mais implacável que já existiu: essa religião visa à destruição do mundo, e tem como templo não alguma igreja, mas sim o banco. Então, se o capitalismo é uma religião, e procura de todas as formas potencializar o sacrifício e tornar-se improfanável, essa religião terá por finalidade consagrar os diversos recursos naturais existentes para separá-los em uma esfera religiosa e permitir o uso dos mesmos para poucos “sagrados”, ou seja, as grandes empresas, ou então só para um certo número de seres humanos. Nesse sentido o conceito de profanável ganha ainda mais importância para que os recursos sejam profanados e possam ser usados por qualquer pessoa, e não apenas pelos representantes do “capitalismo sagrado”.

Agamben (2007) explica que profanação não significa apenas ignorar e superar a separação, mas também aprender a usar estas divisões de uma nova maneira. Nas palavras de Agamben:

Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros (AGAMBEN, 2007,p.67).

Sob essa ótica pode-se ressaltar que a separação existente entre o homem e a natureza (essa separação no qual nos reportamos é de forma empírica, ou seja, a maioria dos seres humanos, com exceção de algumas culturas, não vivem mais em meio as florestas) possa continuar, pois dificilmente o ser humano conseguirá se adaptar e residir no meio das matas como seus antepassados; entretanto essa separação deveria ser usada de forma distinta, uma forma na qual a natureza e as mais diversas formas de vida sejam respeitadas (tornando-se sagradas) e não apenas usadas e dilapidadas para o bem-estar humano. Em outras palavras, existe uma dicotomia entre a maioria das sociedades humanas e a natureza, isto é, os seres humanos “criaram”seu próprio local para viver, sendo esse local longe da natureza. De um lado, existe os ambientalistas que procuram consagrar a natureza, do outro, os empresários que procuram consagrar o capitalismo. Com isso, a profanação não precisa necessariamente superar esta dicotomia, apenas pode auxiliar em usarmos essa dicotomia de uma nova forma, uma



maneira no qual tente diminuir os danos socioambientais causados por essa divisão entre homem e natureza.

O autor também esclarece que a tarefa de profanar o improfanável (o capitalismo) é algo que deverá ser realizado pela geração que vem. No entanto, podemos afirmar que é importante que essa profanação estabeleça uma aliança com a sustentabilidade. Pois, se os recursos naturais não forem preservados para que as futuras gerações possam usufruir dos mesmos (principal objetivo da sustentabilidade), não haverá uma geração que vem para profanar o improfanável.

A seguir, refletir-se-á sobre outras ideias desse pensador, encontradas em diversas publicações e entrevistas do mesmo.

1.2 OUTRAS PERGUNTAS POSSÍVEIS A PARTIR DE AGAMBEN

Como foi visto anteriormente, Agamben ressalta que o capitalismo é uma religião. Segundo Agamben (2012), muitos indivíduos da sociedade se consideram laicos, entretanto ainda não perceberam que estão presos à religião mais irracional de todas, na qual a fé dos mesmos se encontra no dinheiro enquanto o templo frequentado são os bancos. Ele ainda destaca que o ator que governa o crédito governa o futuro dos homens. Com essa opinião de Agamben fica nítido que o dinheiro é um fim em si mesmo, e que a religião que o cultua irá fazer o necessário para que esse modelo seja perpetuado. Entende-se que essa visão não vale apenas para a esfera social, mas também para a esfera ambiental, pois as questões ecológicas, geralmente, são deixadas de lado em prol do interesse financeiro. Muitas ações que podem ser realizadas para que os impactos ambientais derivados das diversas atividades econômicas sejam minimizados, não chegam a ser concretizadas, pois prejudicam as atividades econômicas ou têm um alto custo financeiro para as empresas capitalistas. Compreende-se, então, que quem governa o crédito não comanda apenas o futuro dos homens, mas sim o futuro da maioria dos tipos de vida do planeta.

Em uma entrevista com Giorgio Agamben realizada em 2012, o autor explica que o termo crise tem por significado “você deve obedecer”. É interessante notar que as crises econômicas que sempre existiram no capitalismo mexem extremamente com a sociedade, já à crise ambiental que há muito tempo foi denunciada por cientistas do mundo inteiro, é dada pouca importância. Não podemos deixar de constatar frente a isso que se deve ao fato de termos



transformado a forma de vida capitalista em religião, e assim, em algo sagrado e crido por todos, enquanto o que chamamos de meio ambiente não merece esta crença e respeito.

Nesta mesma entrevista, Agamben enfatiza que as estruturas políticas (o estado, os partidos políticos) são coisas vazias, e que a política na atualidade foi subsumida na economia, ou seja, é a economia que comanda a política. A partir daí é possível fazer uma conexão com o conceito de secularização, discutido por Agamben (2007): com que já dissemos, tem-se que a secularização, como sinônimo da modernidade, não pode ser lida como processo de gradativo fim do sagrado, mas sim como maneira de reformatar as estruturas históricas existentes, equivalendo a uma imanentização do que antes era considerado transcendente e que agora passa a ser interno ao mundo. O sagrado, o divino agora é mundano. Deixa-se assim seu poder intacto, ou seja, o poder é passado de uma dimensão para outra mas continua o mesmo. No que concerne à problemática ambiental também acontece o mesmo, pois em seu início continha propostas totalmente críticas ao capitalismo, mas aos poucos foi sendo “engolida” pelo capital.

Um exemplo a ser salientado é com o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito, que foi difundido pelo Relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), continha propostas inovadoras, mas foi englobado pelo capitalismo que na atualidade o usa de maneira equivocada e errônea; suas pautas antigas que visavam principalmente conservar os recursos naturais para que as futuras gerações pudessem usufruir dos mesmos foram praticamente esquecidas, ou pelo menos não são colocadas em prática. O que acontece na atualidade é a conservação dos bens naturais em benefício do capitalismo. Podemos até destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável se modificou, e agora se transformou em “desenvolvimento capitalista sustentável”. Em suma, as estruturas foram mantidas, mas o poder do ambientalismo foi subsumido pelo capitalismo.

Em outra entrevista concedida por Agamben, no ano de 2014, ele deixa claro que não adianta nos atermos às antigas ideias políticas, mas temos que ser corajosos e propor uma nova política. Poderíamos aqui estabelecer uma ponte teórica com o pensamento de Leis (2004), o qual explica que as problemáticas socioambientais obrigam a repensar o cenário político atual. Nota-se que ambos enfatizam que é necessário mudar a base política, e novamente ressalta-se a importância das ciências humanas e ambientais trabalharem juntas e proporem nova compreensão e novos modelos de sociedade.

Na sociedade atual, o capitalismo fez com que o comportamento das pessoas perdesse qualquer finalidade; os dispositivos capitalistas agem principalmente nesse sentido, sobre



comportamentos que perderam a relatividade entre meio e fim; modos comportamentais que tiveram a emancipação da natureza do meio com relação ao seu fim e se tornaram comportamentos sem objetivos (AGAMBEN, 2007). Um exemplo disso acontece com relação ao consumismo. Para que as pessoas comprem tanto? Apenas por comprar. Para que ter muito dinheiro? Apenas para ter mais. Qual o sentido de ter um guarda-roupa lotado de roupas e não usar nem a metade disso? A resposta é apenas para ter. Então fica evidente que o meio se tornou a própria finalidade, não existe um propósito claro nas ações antes citadas, as pessoas o fazem apenas por fazerem. Fica nítido que os padrões de comportamentos sem finalidades adotados pela maioria dos atores sociais têm como uma de suas consequências os impactos ambientais ocasionados pelo intenso consumo da sociedade.

Outro aspecto salientado por Agamben (2011) é relativo aos meios de comunicação. Segundo ele, a comunicação na sociedade atual permite o controle e governo de opiniões, propicia manipular a percepção coletiva das comunidades atuais, o que se pode constatar quando o tema é agronegócio. O agronegócio, uma das principais atividades econômicas do Brasil, é tão propagandada como saída para os problemas nacionais, gera impactos altamente destrutivos na natureza. Segundo Caporal (2011), os vários impactos provenientes deste modelo agrário são: destruições de distintos ambientes naturais, desertificações, erosão e perda da fertilidade dos solos, uso excessivo de água, contaminação dos aquíferos, dos rios e dos alimentos. É importante ressaltar que todas estas consequências negativas não são contabilizadas nos custos de produção. Contudo, estes aspectos são completamente ignorados pela grande mídia, que procura retratar apenas os lucros advindos dessa atividade. E a mídia, juntamente com um suporte da ciência, é tão eficaz em manipular as concepções dos cidadãos, que muitos consumidores e agricultores acreditam que não há outro modo de produção agrícola que não seja o agronegócio, esquecendo das agriculturas alternativas (agroecologia, agricultura natural, agricultura orgânica, etc.) que podem substituir esse modelo agrícola que é totalmente prejudicial ao meio ambiente.

Agamben (1993) alerta sobre o que a política contemporânea faz com as culturas tradicionais. Para ele, o sistema político atual “desarticula e esvazia tradições e crenças, ideologias e religiões, identidade e comunidade” (AGAMBEN, 1993, p. 65). Ainda para ele, toda a condição de pertencimento, de identidade local, de ligação com determinada cultura é o principal inimigo do Estado. Essa opinião de Agamben reflete o que acontece principalmente com os povos indígenas do Brasil. Esses povos são muitas vezes esquecidos pelo Estado, são



expulsos de seus territórios por causa de questões políticas e econômicas, e são constantemente atacados pela mídia com nomes pejorativos e colocando a sociedade contra eles com argumentos inválidos. Esses povos detêm conhecimentos sobre a natureza importantíssimos para que possa se iniciar uma maior interação entre homem e natureza, ou seja, têm-se muito a aprender com esses povos sobre questões ambientais, contudo, se eles não conseguirem perpetuar a sua cultura, muitos destes saberes se perderão.

Outra opinião de Agamben (2014) sobre o Estado, é que esse visa apenas a gerir as consequências e não as causas de determinados problemas, ou seja, no momento em que o Estado procura administrar apenas as consequências e não as causas, tem-se mais simplicidade e rentabilidade nas resoluções de problemas. Essa atitude do Estado se reflete também na temática ambiental: o Estado pouco se preocupa em priorizar projetos que visem à sustentabilidade ambiental, mas apenas procura gerir (de forma bem precária) os impactos ambientais derivados das atividades humanas.

Para finalizar o pensamento de Agamben, lembremos brevemente um dos seus livros mais instigantes “O Aberto, o homem e o animal”. Para Agamben (2002), é de urgência que se volte a questionar o que é o ser humano, a partir da relação entre o ser humano e o animal. Como o ser humano foi separado do não humano? Debater esta e outras questões é para o autor tão importante quanto discutir temas como direitos humanos. Entender esse vazio que se encontra entre humanos e não humanos é de vital importância também para a natureza, pois da maneira que se reflete sobre estas temáticas, percebe-se que os seres humanos não estão tão distantes da natureza quanto a cultura ocidental nos instiga e pensar que somos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apresentar algumas possíveis problematizações e pistas de solução para o problema ambiental a partir da leitura de alguns textos do filósofo italiano Agamben. Sabemos que precisaríamos aprofundar cada um dos aspectos sugeridos para debate. Mas cremos que pelo menos se pode perceber quanto pode ser interessante a contribuição trazida por Agamben ao debate ambientalista, o que é feito muito raramente. Acreditamos inclusive que esta contribuição pode trazer bons frutos para uma problematização mais radical do ambientalismo, mesmo que se trate de um pensador que nunca se propôs explicitamente participar do mesmo.



Também ressaltamos que não apenas o Filósofo Agamben pode ser estudado sob a ótica da temática ambiental, mas também outros filósofos que estudam ética, moral, política, religião e vários outros assuntos no qual a filosofia se ocupa, podem auxiliar a pensar o tema meio ambiente de forma mais crítica e reflexiva, pois a problemática ambiental não é apenas uma questão empírica, mas algo que envolve as diversas questões humanas desde política até moral, e para discutir o meio ambiente juntamente com essas perspectivas, nada melhor do que a filosofia para auxiliar nestes debates.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o Contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó. 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Editora Boitempo. São Paulo. 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **O futuro e a Crise**. 2012. Entrevista.
- AGAMBEN, Giorgio. **A democracia é um conceito ambíguo**. Atenas. Grécia. 2014. Entrevista.
- AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Gloria**. Editora Boitempo. São Paulo. 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **A Comunidade que vem**. Editora Presença. Lisboa. 1993. 86 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **O aberto, o homem e o animal**. 2002.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 2º edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In. **Princípios e Perspectivas da agroecologia**. Paraná. Instituto Federal do Paraná. 2011, p.83-119.
- FELIPE, Sônia. **Por uma questão de Justiça Ambiental**. Florianópolis. 2006.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5º ed. São Paulo. Editora Cortez. 2010.
- LEIS, Hector. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo. Centro Latino Americano de Ecologia Social. 2004.
- SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos, Esferas de ação e Educação ambiental**. São Paulo: Editora Atlas, 2007. 310 p.



A BAÍA DE GUANABARA E A ESPÉCIE BANDEIRA HIPPOCAMPUS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO

FERREIRA, Cesar Bernardo

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)*

*Coordenador FAETEC-RJ
cesarbiologo@hotmail.com*

MANOEL, Bianca Corrêa Lessa

*Mestre em Letras e Ciências Humanas/ UNIGRANRIO
Membro do Grupo de Pesquisa GEPP/UNIG.*

*Professora Auxiliar da Universidade Estácio de Sá.
Professora de Língua Portuguesa do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
bia.lessa@gmail.com*

50

RESUMO

A maioria das espécies de cavalos-marinhos encontra-se ameaçada de extinção. A escolha dos cavalos-marinhos como espécie-bandeira para a conservação da Baía de Guanabara justifica-se devido a estes peixes pertencerem a um gênero vulnerável à exploração e aos danos que o Homem causa no seu habitat. Neste trabalho, foi utilizado como instrumento de recolhimento de dados, um questionário semiestruturado para proceder à medição da visão dos alunos dos cursos de ciências Biológicas sobre a importância de perceber os cavalos-marinhos como espécie Bandeira para a preservação da Baía de Guanabara. Foi utilizada a técnica de investigação científica, empregando o uso de questionários. O histórico de poluição da Baía de Guanabara data da vinda da família real e da abertura dos portos para as nações amigas, em 1808, quando foram construídas fábricas, indústrias e oficinas no Brasil.

Palavras-chave: Baía de Guanabara; Espécie Bandeira; Educação Ambiental

ABSTRACT

Most species of seahorses is endangered. The choice of seahorses as flagship species for the conservation of Guanabara Bay, is justified because of these fish belong to a genre vulnerable to exploitation and harm, that man because in its habitat. In this paper, was used as data collection instrument, a semi-structured questionnaire to carry out the measurement of the vision of the students of Biological science courses on the importance of understanding the seahorses, as flag species for the preservation of Guanabara Bay. It used the scientific research technique, employing the use of questionnaires. The history of pollution of Guanabara Bay date from the arrival of the royal family and opening of the ports to friendly nations in 1808 when factories were built, industries and workshops in Brazil.

Keywords: Guanabara Bay; Species Flag; Environmental Education



1 - INTRODUÇÃO

Os cavalos-marinhos estão ameaçados de extinção, em escala global, devido à exploração antrópica e seus efeitos devastadores para a biota marinha, que leva a degradação de seus habitats. A pesca indiscriminada que, junto à espécie alvo coleta, como fauna acompanhante, não só os animais com idade de comercialização, mas todas as espécies, independente de tamanho ou idade é um grande fator depressor das populações (*bycatch*¹).

Essas espécies apresentam fundamental importância ecológica, auxiliando no controle de populações de espécies zooplânctônicas e zoobentônicas, além de alevinos e larvas presentes no ictioplâncton (HORA *et al.*, 2010; VINCENT *et al.*, 2011). Os habitats destes animais são caracterizados por serem locais de fácil acesso às populações humanas, como águas costeiras, ambientes estuarinos, recifes, baías e manguezais. E como a grande maioria das espécies de cavalos-marinhos encontra-se na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN (IUCN, 2011) e todas as espécies de cavalos-marinhos (*Hippocampus*) estão no Apêndice II da Convenção Internacional Sobre o Comércio das Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestre – CITES (CITES, 2012), percebeu-se então a necessidade de proteção dos seus ambientes e de planos urgentes para gestão e conservação das espécies (VINCENT, 2011).

Neste trabalho, foi utilizado como instrumento de recolhimento de dados, um questionário semiestruturado para proceder à medição da visão dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em ciências Biológicas, da Universidade Iguazu, sobre a importância de perceber os cavalos marinhos, como espécie bandeira para a preservação da Baía de Guanabara. A técnica de investigação científica, empregando o uso de questionários é uma técnica de observação direta extensiva especialmente adequada para conhecer determinadas características de uma população ou estudar os fenômenos sociais (LAKATOS, 1996; GATTI, 2009).

A escolha dos cavalos-marinhos como espécie-bandeira para a conservação da Baía de Guanabara justifica-se, devido a estes peixes pertencerem a um gênero vulnerável à exploração e aos danos, que o Homem causa no seu habitat, e possuem um importante apelo como espécie-bandeira para promover a conservação de ecossistemas (ROSA *et al.*, 2007). Assim como outros singnatídeos, os *Hippocampus* proporcionam um foco para os esforços

¹ *bycatch* - Pesca não seletiva que consiste na captura de uma espécie quando se tenta apanhar



voltados ao uso sustentável dos recursos marinhos, no nosso caso, a Baía de Guanabara, onde os impactos negativos de sua degradação são vistos a “olhos nus”. Recuperá-la e preservá-la em termos ambientais é uma necessidade que ultrapassa até a sua própria importância enquanto ecossistema, pois representa a interação harmoniosa entre homem e natureza, apontando os problemas das questões ambientais da região, tendo o potencial de agregar amplo apoio público (ERVIN, 2003; GIRAUDO; POVEDANO, 2005).

Este trabalho está assim estruturado: fundamentação teórica, onde veremos a revisão da literatura, que trata dos principais aspectos dos *Hippocampus* sp, iniciado através de uma discussão sobre a taxonomia, morfologia corporal e distribuição geográfica no Brasil e no mundo. O estado de conservação da espécie, outro parâmetro a ser discutido neste capítulo, devido a constante devastação dos ecossistemas. Os resultados alcançados, onde serão descritos os procedimentos metodológicos percorrendo uma trajetória investigativa, definindo o tipo de pesquisa qualitativa exploratória e descritiva através de questões investigativas, contextualizando e inserindo a pesquisa no momento histórico, político, educacional e social da Baía de Guanabara e a importância da sua preservação. E por último, as considerações finais, mediante a análise e discussão dos resultados.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo foi definida em duas partes, que convergem de maneira interdisciplinar, ao dialogarem pelas diferentes perspectivas do estudo proposto. Em um primeiro momento, discutiu-se sobre os cavalos-marinhos da Baía de Guanabara, apresentando suas características principais, além de explicações sobre as principais espécies-bandeira do mundo. Após, foram apresentados os construtos teóricos, empregados neste trabalho sobre a pesquisa e a fundamentação da análise dos dados.

2.1 – Os Cavalos-marinhos

Os cavalos-marinhos se encontram ameaçados de extinção devido às práticas destrutivas, não só de seu habitat, como também pela poluição, que altera as condições químicas da água e pela coleta indiscriminada, acarretando declínio da sua população no decorrer das décadas. Estas ameaças diretas também atingem outros organismos, que fazem parte dos habitats, onde vivem estes animais, seja na Baía de Guanabara, seja em todos os



locais de ocorrência destes peixes. São animais que despertam o interesse público pela sua beleza, comportamento e biologia uma vez que os *singnatídeos* são os únicos representantes do Reino Animalia, em que o macho engravida e dá à luz, ao invés da fêmea. Tais características físicas e comportamentais fazem dos *Hippocampus*, animais carismáticos, capazes de despertar, não só a curiosidade das pessoas, mas também, certo afeto. Logo, chamamos estes animais de “espécies-bandeira” pela reação que causam nas pessoas que se interessam pela sua conservação.

2.2 – A Baía de Guanabara

A Baía de Guanabara é um importante espaço geográfico do Estado do Rio de Janeiro por abrigar uma enorme quantidade de ecossistemas, porém as práticas degradantes que ocorrem no seu entorno, devido à concentração populacional, resulta no derramamento de milhões de litros cúbicos de esgotos domésticos não tratados, todos os dias em suas águas. Há também o problema das grandes indústrias que lançam sobre ela grandes quantidades de resíduos químicos. Os esgotos pluviais, cuja função é a de colher as águas proveniente das chuvas e evitar o alagamento das cidades, carrega todo tipo de poluição e sedimentos para o interior da Baía (PARANHOS *et al.*, 2001; MAIA *et al.*, 2006). Por estas características, a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RHBG) abriga o maior parque industrial do Estado do Rio de Janeiro, apresentando um alto grau de complexidade devido a sua dinâmica ecológica (PDRH-BG, 2005).

O histórico de poluição da Baía de Guanabara data, desde a vinda da família real e abertura dos portos para as nações amigas, em 1808, quando foram construídas fábricas, indústrias e oficinas no Brasil. Em meados do século XIX, com a chegada da máquina a vapor, logo depois da Guerra do Paraguai (1865-1874), aconteceu a impulsão da industrialização. Isto gerou construções para a captação de todo tipo de refugo industrial, que viria a ser lançado diretamente nas águas de nossa Baía (AMADOR, 1997). A história de ocupação do entorno da Baía de Guanabara nos revela o quão impactado foi este ecossistema, durante os consecutivos ciclos econômicos ao qual o Brasil passou, até chegar ao modelo urbano atual em que empresas, indústrias e moradias, na sua maioria, lançam seus esgotos sem nenhum tratamento em suas águas (COELHO, 2007).

Dentre os principais problemas ambientais de origem antrópica, que aflige esta Baía, estão o lançamento de esgotos, poluição industrial, poluição por óleo, lixo, desmatamento e aterros. Segundo o último censo realizado pelo IBGE, em 2010, a cidade do Rio de Janeiro



Podemos definir espécie bandeira como aquela que se faz presente em manifestações de campanhas ambientais, com fins de conservação de, não só a espécie em si, mas toda a biodiversidade de um local. São animais carismáticos que se destacam por se tornar o pilar de campanhas de conservação, ao reunir o interesse e a preocupação de determinado grupo de pessoas, com a finalidade de promover a preservação do meio ambiente:

Os cavalos-marinhos apresentam formato incomum, o que os deu lugar na arte, na poesia e na literatura. Devido a essa natureza mística, estes animais podem atuar como espécie bandeira para os ecossistemas ameaçados em que vivem, contribuindo para a conservação de comunidades marinhas (MARTIN-SMITH & VINCENT, 2006). Tais ecossistemas, como os recifes de coral, bancos de fanerógamas e manguezais são de grande relevância ecológica e sócio-econômica (OSÓRIO, 2008, p. 6).

Estas espécies são escolhidas pelo seu carisma, sua aceitação pela comunidade. Este carisma ajuda na conscientização da comunidade sobre a importância dos problemas e questões ambientais de determinada região, favorecendo o apoio público (ERVIN, 2003; GIRAUDE; POVEDANO, 2005).

As espécies-bandeira possuem um apelo carismático, despertando um sentimento de acolhimento por parte de quem o observa, o estuda, convive com ele ou depende dele “são aquelas carismáticas para o público, usadas como propaganda para proteger determinada área, que protegerá outras espécies menos conhecidas e/ou carismáticas e seus habitats” (MEDINA, 2008). É uma espécie que pode contribuir com a conservação de diversos biomas, sendo assim um ícone para a conservação do meio ambiente. Decerto, a escolha por uma espécie-bandeira se faz por uma que seja ícone, capaz de influenciar e aumentar a consciência social sobre os aspectos ambientais dos problemas existentes em determinada área, tendo o potencial de agregar amplo apoio público (COELHO, 2009).

Em nosso trabalho *Hippocampus* spp foi o grupo escolhido para representar a causa ambiental que aflige a Baía de Guanabara, com o propósito de conservar, não só o cavalo-marinho, mas também outras espécies presentes em sua área de distribuição, e a própria Baía. O objetivo desta escolha é chamar a atenção da sociedade, envolvendo também a classe política, sobre o risco eminente de extinção ou perda de um ecossistema (VILAS BOAS; DIAS, 2010).



Os animais, classificados como espécies-bandeira, são escolhidos para representar uma causa, a luta pela conservação de algum habitat, ou o salvamento de uma ou mais espécies. No mundo inteiro, temos exemplos de animais, que representam a luta pela defesa do meio ambiente. Estes animais, geralmente estão de alguma forma, ameaçados de extinção, seja pela sua caça ou pela destruição de seus habitats.

RESULTADOS ALCANÇADOS

56

Acredita-se que os questionários semiestruturados, próprios da pesquisa qualitativa com critérios de intenção vinculados ao delineamento da situação-problema, apesar de não serem formatados em dados quantitativos, permitem a integração entre dados quantitativos e qualitativos. O questionário proposto teve como objetivo coletar informações acerca das percepções dos moradores da Ilha do Governador, frequentadores do Jequiá Iate Clube, acerca dos cavalos marinhos, como ícone ambiental em prol da Baía de Guanabara.

Em síntese, as respostas dadas pelos participantes, se deram por meio das experiências vividas na universidade e no cotidiano, sobre meio ambiente, registrado nos instrumentos de coleta de dados, que houve a possibilidade de investigar se a teoria aprendida na universidade era ou não compatível, com a realidade ambiental da Baía de Guanabara e o quanto os cavalos-marinhos seriam úteis como espécie bandeira para a conservação deste ecossistema.

A primeira parte deu-se pela caracterização dos sujeitos, em que os questionários foram entregues a 78 voluntários, porém, somente 65 entrevistados responderam. Os participantes eram de ambos os sexos, com faixa etária entre 19 e 30 anos ou mais e que obtivemos os seguintes resultados, quanto aos dados sócio-profissionais, foi respondido pelos participantes com relação a Natureza da Instituição de Ensino (Tabela 1):

Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Natureza da Instituição de Ensino		Ensino Médio		Nível Superior		Sexo		Idade	
Rede Pública Estadual	22.3%	Curso normal	27.3%	Licenciando Bacharel	44%	Masculino	30 %	17/2021/3030<	24.5% 29,5% 46 %
Rede Pública Federal	44.3%	Formação geral	49.3%	Licenciando Licenciatura	56%	Feminino	70 %	17/2021/3030<	22% 11% 67%
Rede Privada	33.3%	Profissionalizante	23.3%	-	-	-	-	-	-



Percebemos que, quanto à instituição de ensino dos participantes, 44,3% frequentaram instituição federal, a grande maioria, concluiu o ensino médio, na modalidade formação geral. Dos participantes, 8,5% não possuem nível superior e 44% possuem graduação (licenciatura ou bacharelado) em alguma área do conhecimento. Com relação ao gênero, 70% são do sexo feminino e a maioria possui idade entre 30 anos ou mais. A segunda parte se divide em três tópicos, relativas à conservação do meio ambiente, sendo que a primeira se dá pelas indagações em relação aos cavalos marinhos.

Com o propósito de conhecer como os discentes percebem a problemática ambiental que os envolvem e o grau de importância que conferem a ela, inserimos a seguinte pergunta no questionário: *Para você, o cavalo-marinho é um símbolo ambiental (Espécie-Bandeira)? Ele pode ajudar na conservação da Baía de Guanabara?* 59 participantes responderam que os *Hippocampus* são um símbolo ambiental e 6 disseram que não seriam considerados como ícones ambientais. Ao serem indagados se os cavalos-marinhos podem ajudar (enquanto espécie bandeira) a conservação da Baía de Guanabara, responderam que sim, 100% dos voluntários: *“Cavalos-marinhos são carismáticos o bastante para serem aceitos como causa entre a população”* (P. 08). Para a indagação: *Você já tinha ouvido falar em cavalos-marinhos na Baía de Guanabara, antes de participar desta pesquisa?* 37 participantes disseram que nunca ouviram falar em cavalos marinhos na Baía de Guanabara e apenas 28 já tinham ouvido falar nestes peixes, aqui no local desta pesquisa. Segue abaixo as falas dos alunos participantes, que não tinham ouvido falar da presença destes peixes na Baía de Guanabara. *“Acreditava que cavalos-marinhos eram encontrados apenas em ambientes de reserva.”* (P. 22). Mesmo os participantes que tiveram alguma informação da presença destes peixes na Baía de Guanabara, afirmaram que só havia visto os cavalos-marinhos pelos meios de comunicação, como telejornais e jornais impressos. *“Entretanto nunca vi um na Baía de Guanabara, somente através do jornal da noite.”* (P. 33). A respeito das percepções dos problemas ambientais da Baía de Guanabara, com a pergunta: *Os problemas ambientais, que atingem diretamente o mar (Baía de Guanabara), estão cada vez mais sendo discutidos na mídia, nas escolas e na sociedade: o que você acha em relação a estes assuntos?* 25% dos participantes ressaltaram a necessidade de mais campanhas sobre o tema. *“Fundamental para a preservação desta e de outras espécies, porém, ainda falta divulgação.”* (P.12).

E na opinião dos participantes sobre a discussão destes assuntos nas mídias serem uma boa ferramenta para a disseminação dos bons costumes em Educação Ambiental para a Baía



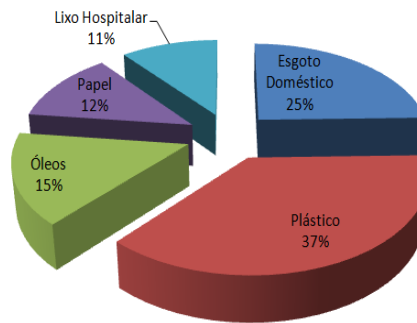
de Guanabara, 56% acredita que seja de extrema importância tais veículos de comunicação por terem um maior alcance entre o público em geral: *“Acho muito importante que haja esta discussão, pois primeiro identifica-se o problema para depois resolvê-lo, sendo assim, não só as autoridades, mas também a população volte a preservar o ambiente.”* (P 15). Para a última pergunta sobre conservação do meio ambiente: *“Que assuntos, sobre Educação Ambiental, você gostaria de estudar mais na sua escola/universidade?”* Pode-se observar, pela análises dos depoimentos, que os alunos afirmam que gostariam de ter mais conteúdos práticos em Educação Ambiental nas universidades e que estas aulas estivessem mais engajadas em atividades práticas. Também ressaltaram que o tema é abordado apenas na forma de assunto, mas não de disciplina obrigatória, pois se fosse, teria uma melhor compreensão e ressignificação junto ao corpo discente: *“Gostaria que Educação Ambiental não fosse um assunto e sim uma matéria curricular. É importante saber sobre as causas e consequências, a respeito dos problemas ambientais para saber como evitá-los e como e de quem cobrar soluções.”* (P 15).

- Em Relação aos Problemas Ambientais da Baía de Guanabara

A primeira pergunta: *A seu ver, quais os principais impactos ambientais da Baía de Guanabara e o que poderia ser feito para diminuí-los?* Percebemos através das falas, que a maior parte dos informantes, percebe relação entre os chamados “problemas sociais” e os “problemas ambientais”, uma vez que a interligação entre homem e ambiente são fatores interligados pelos processos de metropolização e industrialização, sendo a população, a maior responsável pelos impactos causados por este processo. *“Excesso de lixo sólido. Limpeza dos rios e conscientização da população.”* (P 03). Para a redução dos impactos sofridos pelo processo de degradação, que geram os impactos ambientais na Baía de Guanabara, foi apontado pelos participantes, o lixo doméstico, esgoto doméstico e industrial e a proposta de uma mitigação, seria a redução de emissão destes poluentes, através de uma educação ambiental mais ativa: *“O lixo doméstico, sem dúvida, é o maior problema, podemos reduzi-lo com educação ambiental, nas comunidades que cercam a Baía de Guanabara.”* (P 61) (Gráfico 1).

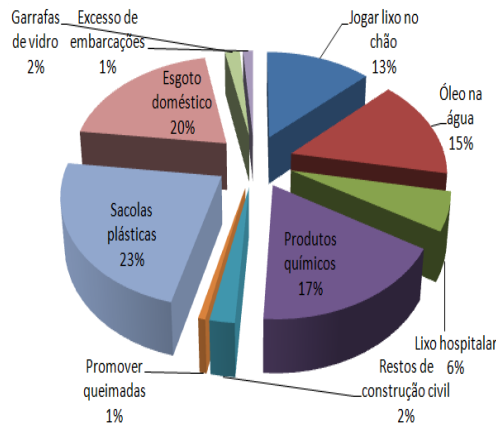


Gráfico 1 – Percentual dos tipos de poluição mais percebidos na Baía de Guanabara pelos participantes da pesquisa.



Dos participantes, 24% acreditam que a poluição industrial é a maior responsável pelos danos ambientais, 36% acham que o esgoto doméstico sem tratamento é o culpado pela poluição nas águas da Baía de Guanabara e 40% afirmam ser o lixo doméstico, lançado nos rios, ou diretamente ao mar, os maiores vilões da poluição nesse ecossistema (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Demonstração do percentual de contaminantes, com maior poder impactante para a Baía de Guanabara, percebidos em ordem de importância pelos participantes da pesquisa.



O item mais percebido, de acordo com o seu potencial impactante, na Baía de Guanabara, pelos participantes da pesquisa, foram as sacolas plásticas, com um percentual de 23% das escolhas, sendo seguido bem de perto, pelo esgoto doméstico, com 20% das indicações e, não tão distante, os produtos químicos, com um percentual de 17%, dentre as escolhas. Por último, foi apontado como o menos prejudicial, dentre as questões ambientais, as queimadas, com apenas 1% das escolhas.

Também percebemos indignação nas narrativas dos participantes, que demonstraram, enquanto estudante de Ciências Biológicas, terem uma boa visão das questões ambientais da



Baía de Guanabara e a importância de sua preservação: *“Achei um absurdo e pedi para recolher. Quando a pessoa não recolheu, eu mesma recolhi e joguei no lixo.” (P 13)*

Para a questão 3.1 que visa averiguar se as responsabilidades ambientais sobre a Baía de Guanabara se devem exclusivamente ao governo, enquanto órgão fiscalizador, ou se, os deveres de manutenção do ecossistema saudável, cabe a toda a sociedade, ou a ambos, obtivemos os seguintes resultados: 69% dos participantes acreditam que a preservação da Baía de Guanabara é dever de toda a sociedade, *“Da sociedade em geral, pois a natureza é um bem de todos.” (P 14).*

Um total de 19% acredita que a responsabilidade é do governo, e que a responsabilidade deveria ser de ambos, apenas 12%.

Ao analisar o discurso dos participantes, chegamos ao resultado do processo de educação ambiental realizado para conservação da Baía de Guanabara, que nos revelou as seguintes conclusões: As ações de Educação Ambiental, envolvendo espécies-bandeira, possibilitaram aos estudantes aumento no conhecimento sobre o atual estado de conservação deste ecossistema, maior valorização do Hippocampus, pois alguns participantes, sequer sabiam de sua existência nas águas da Baía de Guanabara e maior indicação de posturas positivas para a sua conservação; As estratégias educativas aplicadas nas palestras conseguiram proporcionar um “efeito multiplicador” nos alunos participantes, através das ações desenvolvidas em Educação Ambiental, assim como, posturas positivas dos alunos de preservação e conservação da Baía de Guanabara, pela sua importância ecológica e pelos *Hippocampus* sp no seu ecossistema. Como utilização de “espécie-bandeira”, os cavalos-marinhos geraram discussão interdisciplinar e abrangente sobre o seu ambiente, assim como, um maior interesse pelos alunos, não só pela biologia do animal, mas por toda a vida existente nas águas desta baía, que serviu de base para associar um tema específico com uma realidade ambiental mais ampla e contextualizada localmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Baía de Guanabara possui uma enorme importância histórica, cultural, científica, econômica e sócio-ambiental, além de ser um dos ambientes costeiros mais degradados do Brasil, devido a diversos fatores como o desmatamento de suas encostas proporcionando a lixiviação de diversas substâncias presentes no solo, que vão parar nas suas águas, causando



diversos problemas ambientais, como por exemplo, o chumbo (Pb), cádmio (Cd) e outros compostos químicos, capazes de causar danos na fauna e flora do local.

Outro ponto a ser levado em consideração, devido ao desmatamento, é com relação ao assoreamento da Baía, que sofre com uma perda progressiva de sua profundidade, cujos valores médios, segundo Amador (1997), passaram de 18 cm/século, no final do século XIX, saltando para 24 cm/séculos no início do século XX e atualmente conta com 81 cm/século. O nível de assoreamento da Baía de Guanabara pode chegar a alcançar números em torno de 500 cm/século em alguns pontos, haja vista, que a própria Ilha do Governador é fruto de uma sequência de aterros de seus manguezais realizados para dar lugar as casas e indústrias da região. Até mesmo alguns pontos de análise desta pesquisa são formados por aterros, como é o caso da praia da Engenhoca, formada por diversos materiais como argila, silte e quartzo, assim como diversos outros materiais e restos de obras.

As ações desenvolvidas com a participação da comunidade local, pescadores e alunos dos cursos de graduação em ciências biológicas, se propôs a formulação de uma nova percepção metodológica para a preservação da Baía de Guanabara, através de noções em ecologia, educação ambiental e cidadania, além de promover a interdisciplinaridade, uma vez que, questões relativas a história, geografia, política e ciências biológicas são postas lado a lado, nos movimentos ambientais realizados. Os participantes apresentaram não ter muito conhecimento sobre ações de mutirão e outras formas de contribuição para preservação do meio ambiente, porém se mostraram muito receptivos ao trabalho em grupo e ao tomarem conhecimento dos benefícios ambientais, trazidos pelos trabalhos coletivos, para a melhoria das condições ambientais da Baía de Guanabara.

Mesmo não possuindo muitas informações sobre a biologia e estado de conservação, para a Baía de Guanabara, sobre os cavalos-marinhos, deve-se considerar o animal, como um importante símbolo ambiental, haja vista que sua imagem tem grande potencial na educação ambiental efetiva, por serem animais carismáticos e com capacidade de influenciar positivamente as campanhas educacionais e de conservação do meio ambiente. Colaboram ainda, com a proteção do ecossistema marinho, para que seja mais bem conhecido e consequentemente melhor protegido.

Pelas ações sócio ambientais realizadas em que os cavalos-marinhos foram utilizados como ícones ambientais e através dos questionários respondidos pelos participantes desta pesquisa, ressaltamos que, estes peixes são importantes elementos para a conservação da



biodiversidade marinha da Baía de Guanabara sendo capazes de atrair a atenção para a necessidade de proteção deste ambiente e das espécies que lá se encontram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, E. S. 1997. **Baía da Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza.** Rio de Janeiro. 539 p.

COELHO, A. L. S. **Análise dos enclaves de tartarugas-marinhas (Reptilia: Testudines), ocorridos no litoral sul da Bahia, Brasil.** 2009. 70 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Zoologia, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2009.

COELHO, V. M. B. 2007. **Baía de Guanabara: Uma História de Agressão Ambiental.** Ed. Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 277 p.

ERVIN, J. **Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM).** Gland, Suíça: WWF, 2003. 70p.

ERVIN, J. **Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM).** Gland, Suíça: WWF, 2003. 70p.

GATTI, B. A., BARRETTO, E.S.S. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Relatório de Pesquisa, DF:UNESCO, 2009.

GIRAUDO, A. R.; POVEDANO, H. Ameaças de Extinção das Espécies-bandeira na Mata Atlântica e Interior. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. (Ed.). **Mata Atlântica: Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas.** Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005. Cap.16.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRH-BG).** Rio de Janeiro, 2005.

HORA, M.; JOYEUX, J. C.; LIMA E CARLOS, M. T. **Cultivo de cavalo-marinho (*Hippocampus reidi*).** In: BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C (Orgs.). *Espécies nativas para piscicultura no Brasil.* 2ª ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. 608 p. Cap. 15, p. 401-428.

Kjerfve, B., Ribeiro, C.H.A., Dias, G.T.M., Filippo, A.M. & Quaresma, V. S. (1997). **Oceanographic characteristics of an impacted coastal bay: Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brazil.** Continental Shelf Research, 17(13): 1609-1643.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MAIA, C. B; ALMEIDA, A. C. M; MOREIRA, F. R.; Avaliação do teor de chumbo em mexilhões da espécie *Perna perna* na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. **J. Braz. Soc. Ecotoxicol.**, v. 1, n. 2, p. 195-198, 2006.



OSÓRIO, F. M. **Estudo populacional do cavalo-marinho *Hippocampus reidi* Ginsburg, 1933 (teleostei: syngnathidae) em dois estuários cearenses/Frederico Moreira Osório – Fortaleza, 2008.** 62f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar.

PARANHOS, R.; ANDRADE, L.; MENDONÇA-HAGLER, L. C. S.; PFEIFFER, W. C. 2001. **Coupling bacterial abundance with production in a polluted tropical coast bay.** *Oecol. Brasiliensis*, 9: 117-132.

PEREIRA, C, S, **A Cultura de Mexilhões na Baía de Guanabara e suas Implicações para a Saúde Pública – Contexto Político-Social e Microbiológico.** Tese de Doutorado. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003.

ROSA, I. M. L.; OLIVEIRA, T. P. R.; CASTRO, A. L. C.; MORAES, L. E. S.; XAVIER, J. H. A.; NOTTINGHAM, M. C.; DIAS, T. L. P.; BRUTO-COSTA, L. V.; ARAÚJO, M. E.; BIROLO, A. B.; MAI, A. C. G. & MONTEIRO-NETO, C. **Population characteristics, space use and habitats associations of the seahorse *Hippocampus reidi* (Teleostei: Syngnathidae).** *Neotropical Ichthyology* 5: 405-414, doi: 10.1590/S1679-62252007000300020. 2007.

IUCN The IUCN Red List of Threatened Species. Versão 2008.1. Disponível em: www.IUCNredlist.org Acesso em 10 de outubro de 2014.

VILAS BOAS, M. H. A.; DIAS, R. Biodiversidade e turismo: o significado e importância das espécies-bandeira. **Turismo & Sociedade, Curitiba**, v. 3, n.1, p. 91-114, 2010.

VINCENT, A. C. J.; FOSTER, S. J.; KOLDEWEY, H. J. **Conservation and management of seahorses and other Syngnathidae.** *Journal of Fish Biology* 78, 1681–1724. 2011.



ÁGUA FONTE DE VIDA: BLITZ EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA

RODRIGUES, Alda dos Santos

Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo-ES

rodriguesbio@bol.com.br

SILVA, Marilene Dilem

Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo-ES

Coordenadora de Gestão em Processos Educacionais do PIBID – 2014-2018

mdilem @saocamilo-es.br

MEDEIROS, PatriciaJabour de

Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo-ES

pati-jabour@hotmail.com

RESUMO

A água é uma fonte de vida de extrema relevância para a manutenção da vida na Terra e para ser consumida faz-se necessário seguir um padrão de captação, tratamento e distribuição para seus usuários. No entanto, nas últimas décadas aumentou muito o consumo de água pela população e com a seca dos mananciais gerou uma crise hídrica nas cidades e no campo por não haver recarga de água. Essa pesquisa foi desenvolvida por alunos bolsistas do PIBID do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo-ES, como forma de sensibilizar escolares quanto à necessidade de economizar água. Foram planejadas estratégias para os usuários de escolas públicas da região sul do Estado do Espírito Santo com observações do comportamento dos usuários e das instalações sanitárias das escolas. Foi aplicado um questionário para escolares e funcionários das escolas para observar o nível de conhecimento dos mesmos e disponibilizada uma página no Facebook sob o nome “Blitz da Água”.

Palavras-chave: Blitz da Água; Economia; Escolares.

ABSTRACT

The water and a source of life extremely important for sustaining life on earth and to be consumed is necessary to follow a pattern of collection, treatment and distribution to its members. However, in recent decades has greatly increased water consumption by the population and the drying up of water sources led to a water crisis in cities and the countryside because there is no water recharge. This research was developed by PIBID the scholarship students of the course of Biological Sciences of the University Center São Camilo-ES, in order to sensitize students about the need to save water. Strategies for public schools in the State users southern region of the Holy Spirit with observations of the behavior of users and sanitation facilities in schools were planned. A questionnaire with eight questions for school and school officials to observe the level of knowledge of these users and a Facebook page was applied under the name "Water Blitz".

Key-words: Blitz Water ; Economy; School



INTRODUÇÃO

A água como fonte e propulsora de vida é um tema de extrema relevância para a sociedade e atualmente, vê-se o desperdício na forma do mal uso e nas instalações das residências e nos espaços públicos. Constantes investidas educacionais têm sido usadas para que se utilize tal bem de forma racional, com máxima eficiência e sem desperdício, principalmente após a crise hídrica ocorrida no Brasil em 2015, que chegou a proporções nunca imagináveis, em um país que apresenta grandes reservas hídricas ocasionando conflitos em diversas regiões, com conseqüências ao racionamento da água na população em geral.

Tendo em vista essa problemática, um grupo de discentes do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo-ES, bolsistas do PIBID - Programa do Governo Federal de Iniciação à Docência, desenvolveu uma pesquisa em escolas da rede pública de ensino, no Sul do Estado do Espírito Santo para observar as instalações sanitárias e o comportamento dos usuários em relação ao consumo e economia da água.

Durante a pesquisa utilizou-se metodologias alternativas para verificar o processo de utilização e reutilização da água em escolas parceiras do PIBID por meio de um questionário de observação, onde os alunos puderam marcar a opção que se enquadrasse a realidade da escola. Concomitante a isso, foi criada uma página no Facebook sob o nome “Blitz da Água”, onde foram postadas informações sobre uso racional da água com destaque a métodos de se evitar o desperdício em diferentes espaços de convivência.

Loureiro (2005), afirma que construir conhecimentos que sirvam para a emancipação e para a transformação da sociedade é imprescindível na promoção de mudanças e a escola é o local onde a discussão e intervenção se faz necessário visando formar pessoas críticas, reflexivas e envolvidas com as questões ambientais. Paulo Freire (1996) fala sobre a necessidade da busca do novo, onde afirma que “sem a curiosidade que me move e que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino” devendo buscar alternativas viáveis para um perfeito equilíbrio, alcançando a sustentabilidade.

Por meio dessa pesquisa buscou-se desenvolver metodologias para sensibilizar os alunos quanto a importância de ter conhecimento integral de forma inter e transdisciplinar. De forma interativa os alunos das escolas parceiras foram sensibilizados a participar de uma enquete on-line, com perguntas às quais o internauta pudesse participar - estudam/estudaram em seu ensino básico, perguntas estas semelhantes ao questionário da pesquisa observacional.



Por fim, foi realizado o “Concurso Cultural Blitz da Água”, com perguntas para serem analisadas e respondidas, por meio de frases ou desenhos, tais como, “O que você faz para evitar o desperdício de água na sua escola?” As respostas foram publicadas na página do Facebook do projeto e, as 3 melhores foram premiadas como forma de incentivar a cooperação e o trabalho em equipe na divulgação do concurso e sensibilização ao adotar medidas que estimulassem a economizar e aperfeiçoar o uso racional da água no espaço escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma das instâncias que possibilita e prepara o ser para viver em sociedade é a educação e, tendo em vista que, de acordo com World Health Organization (1997) *apud* Tomasi; Spazziani (2008), é no espaço escolar que muitas pessoas convivem, aprendem e passam a maior parte de seu tempo, medidas que visem a colaborar para a melhoria na qualidade de vida e entendimento do mundo por parte dos alunos são muito válidas no que diz respeito ao desenvolvimento pleno do ser humano.

Atualmente, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2008), o processo de ensino vai além da transmissão metódica de conteúdo, exigindo participação e criação por parte do aluno, tornando-o um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Para isso, os saberes prévios dos alunos passam a ser considerados e incorporados no fazer docente, instigando a aprimorá-los ou modificá-los ao longo do processo de ensino-aprendizagem, além de buscar encontrar sentido naquilo que lhe é novo. Para isso, o aluno precisa estar motivado, estimulado a aprender e a compreender aquilo que ouve em sala de aula e exteriorizar tal conteúdo para seu cotidiano.

A educação deve ser um fator de promoção e proteção à saúde, bem como estimular a criação de estratégias para a conquista dos direitos de cidadania. Assim, não deve se limitar a apenas informar, pois somente se tornará efetiva quando promover mudanças de comportamentos. (FARIA; MONLEVADE, 2008.)

Segundo Grassi (2001), a água é a espécie química mais abundante na Terra, a qual toda a biota necessita para sua sobrevivência – em se tratando da água doce. Entretanto, ainda que sua essencialidade para a vida seja amplamente divulgada e conhecida, assim como o fato de consistir-se um bem finito, a população em sua maioria não dispensa tanta atenção e preocupação com a utilização correta deste recurso como se deve. Ressalta ainda, que quando



se fala de água é essencial que se pense não apenas na quantidade disponível, mas também com a qualidade, sendo que esta tem se deteriorado com o passar dos anos, pois a urbanização dissemina a poluição de forma rápida.

A escassez de água é um resultado do consumo cada vez maior dos recursos hídricos, do mau uso que se faz destes, da poluição, do desperdício e, sobretudo, da falta de políticas públicas que estimulem o uso sustentável da água. A essencialidade desse recurso natural é indiscutível, sendo altamente necessário para a manutenção da vida no planeta. (ANNECCHIN, 2005.)

A educação deve ser um fator de promoção e proteção à saúde, bem como estimular a criação de estratégias para a conquista dos direitos de cidadania. Assim, não deve se limitar a apenas informar, pois somente se tornará efetiva quando promover mudanças de comportamentos. (FARIA; MONLEVADE, 2008.)

O Artigo 1º da lei Nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, traz que a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado. Entretanto, ainda que tal recurso encontre-se constitucionalizado, a escassez de água é um resultado de seu consumo cada vez mais exacerbado, da poluição, e, sobretudo, da falta de políticas públicas que estimulem o uso sustentável da água. A essencialidade desse recurso natural é indiscutível, sendo altamente necessário para a manutenção da vida no planeta. (ANNECCHIN, 2005.)

Na lei Nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 no art. 1º nos trás que a água é um bem de domínio público; recurso natural limitado... Bem de todos e que pode vir a acabar e este ano de 2015 uma crise hídrica abateu o Brasil em várias regiões, racionamentos começaram a ser feito e a água que jorrava nas torneiras em abundância desapareceu, a fonte secou? Realmente muitas nascentes, córregos, rios secaram. O ciclo da água está se alterando. Assim sugere Maturana (1995) *apud* Tristão (2008)

Quero um mundo no qual seja abolida a expressão “recurso natural”, no qual reconheçamos que todo processo natural é cíclico e que, se interrompermos seu ciclo, se acaba. Na história da humanidade, os povos que não viram isso se destruíram no esgotamento de seus chamados recursos naturais. O progresso não está na contínua complicação ou mudança tecnológica, mas na compreensão do mundo natural, que permite recuperar a harmonia e a beleza da existência nele, com base no seu conhecimento e no respeito por ele. Mas para ver o mundo natural e aceitá-lo sem pretender dominá-lo ou negá-lo devemos apreender a aceitar-nos e a respeitar-nos como indivíduos [...].



Nas últimas décadas percebe-se um ritmo acelerado da produção tecnológica e esse avanço não é acompanhado pela transformação social e política e muito menos pelo tempo necessário para a natureza processar os fenômenos naturais. (TRISTÃO, 2008)

Como diz Tristão (2008), o consumo sustentável refere-se à consolidação de uma nova ética dos movimentos ambientais. É preciso estimular os indivíduos e organizações a adotarem práticas sociais ambientalmente responsáveis nos seus atos de consumo e para isso ocorrer é fundamental um processo educativo que invista na promoção de valores de justiça social e sustentabilidade na economia.

Sensibilizar tocar no íntimo e fazer com que os maiores causadores de tantas alterações climáticas, reflitam e mudem suas atitudes, torna-se primordial.

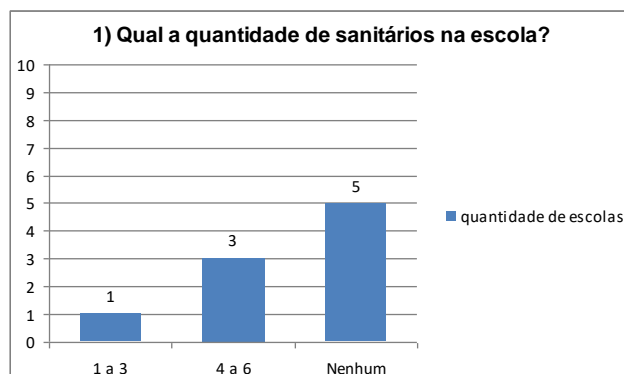
3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A “Blitz da Água” consistiu em conhecer o ambiente escolar a partir das observações das instalações sanitárias por meio de observação direta por parte dos bolsistas do PIBID e, em casos de alguma situação fora do esperado, por meio de imagens do banheiro, cozinha e áreas externas. Para o diagnóstico das instalações e condutas escolares foi elaborado um questionário com oito perguntas para serem aplicados por meio de observação nos espaços escolares pelos alunos bolsistas Pibidianos do Curso de Ciências Biológicas nas escolas parceiras. Tal questionário foi aplicado em nove escolas, do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e EJA, em turnos variando do matutino ao noturno, com total aproximado 7.545 alunos e idades variando de 6 a 67 anos.

Após análise obtida, destaca-se que de um modo geral, as escolas demonstraram ter uma boa conduta no que tange ao uso da água. Em observação feita em áreas internas das escolas, na maioria delas a quantidade de sanitários corresponde a mais de 6 (5 escolas), com uma escola apresentando de 1 a 3 sanitários e 3 apresentando de 4 a 6 (Figura 1).



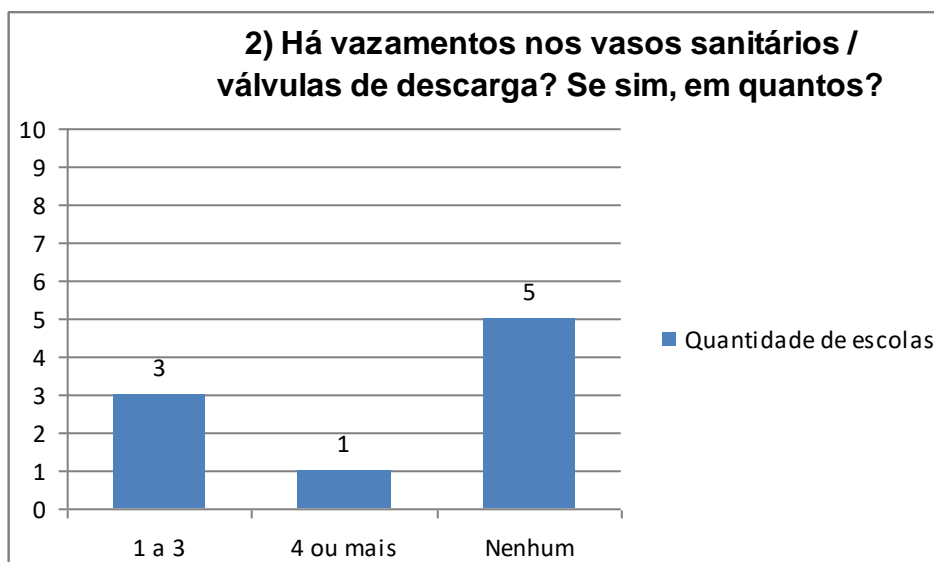
Figura 1 – Gráfico representando a primeira pergunta do questionário.



Fonte: As autoras (2015).

Cinco escolas não apresentaram vazamentos nos vasos sanitários e/ou válvulas de descarga, enquanto 3 apresentaram vazamentos em 1 a 3 estruturas vaso sanitário ou válvula e outras, 1 apresentou vazamento em 4 a 6 estruturas, evidenciando grande desperdício e necessidade de manutenção(Figura 2).

Figura 2 – Gráfico representando a segunda pergunta do questionário.



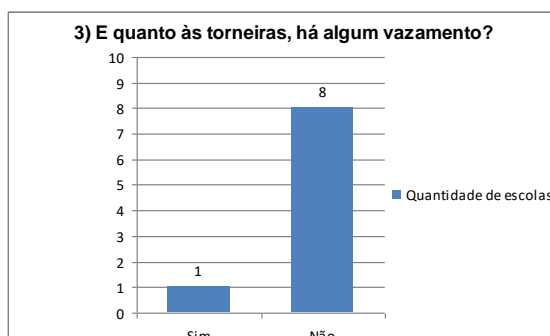
Fonte: As autoras (2015).

No que tange às torneiras, 8 escolas não apresentaram vazamentos, enquanto 1 apresentou. Nesta questão os pesquisadores poderiam usar um campo do questionário para fazer as observações. Assim, eles destacaram que em uma escola, observou-se em caso de vazamento, que quando os gestores são comunicados, logo o problema é resolvido, em outros



vazamentos eram constantes e nenhuma providência era tomada para consertar os bebedouros e, ou as torneiras e um terceiro observou que visualmente não havia vazamentos, porém, as serventes haviam dito que, por vezes, eles ocorrem, em especial quando os alunos não as fecham corretamente.

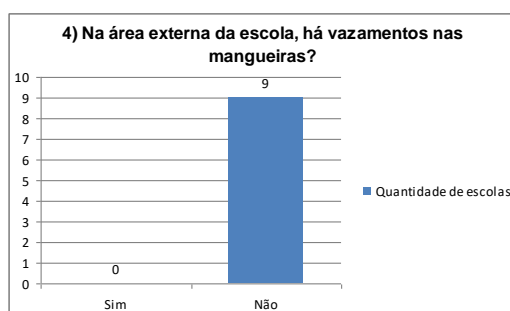
Figura 3 – Gráfico representando a terceira pergunta do questionário.



Fonte: As autoras (2015).

Com relação às áreas externas das escolas, todas mostraram não apresentar vazamentos nas mangueiras, além da maioria (8) possuir esgoto instalado na rede. No tocante aos bebedouros, a maioria das escolas (8) mostrou tê-los instalados corretamente, ao passo que 1 não. Nesta questão, um Pibidiano disse que, ainda que o bebedouro estivesse instalado corretamente, havia vazamento em um deles, e ainda outro disse que alguns bebedouros estão instalados corretamente, enquanto outros se encontram desligados e, ainda outros, gotejam às vezes (Figura 4).

Figura 4 – Gráfico representando a quarta pergunta do questionário.



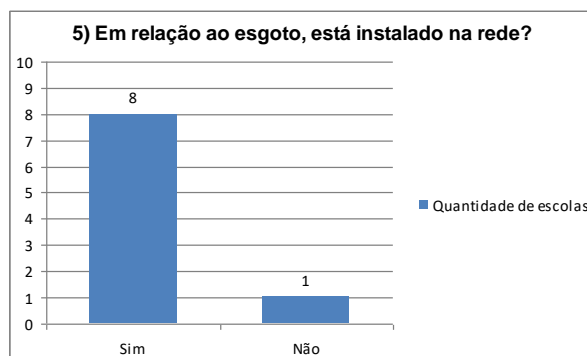
Fonte: As autoras (2015).

A adequada instalação da rede de esgoto (Figura 5) é primordial para evitar doenças e contaminação do solo, neste quesito observou-se que em uma escola foi detectada esta inobservância e falta de zelo pelas autoridades públicas que constroem uma escola de forma



irregular quanto à destinação do esgoto ou permite seu funcionamento sem observância dos problemas e as possíveis consequências aos escolares.

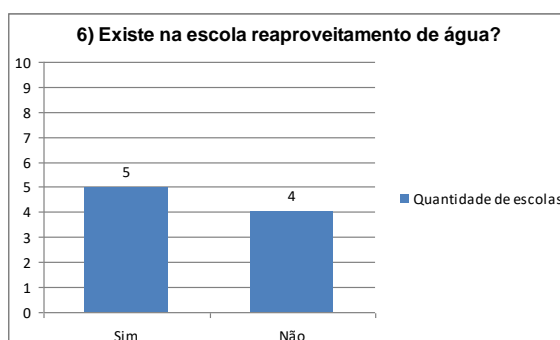
Figura 5 – Gráfico representando a quinta pergunta do questionário.



Fonte: As autoras (2015).

No que tange ao reaproveitamento da água, 5 escolas mostraram apresentar projetos de reaproveitamento, ao passo que 3 não – 1 Pibidiano não respondeu a esta questão, sendo inferido que em sua escola também não há programas de reaproveitamento. Um dos comentários feitos por um aluno que respondeu “Não” é que, ainda que a escola tenha tal iniciativa, ainda encontra-se em fase inicial (Figura 6).

Figura 6 – Gráfico representando a sexta pergunta do questionário.



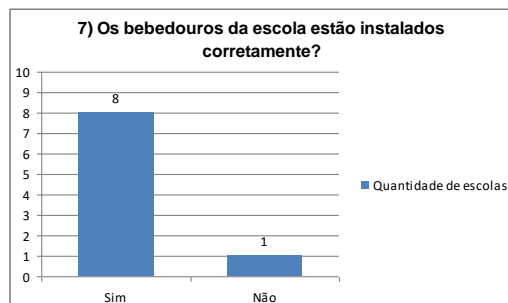
Fonte: As autoras (2015).

No tocante aos bebedouros, a maioria das escolas (8) mostrou tê-los instalados corretamente, ao passo que 1 não – nesta questão, um Pibidiano disse que, ainda que o bebedouro esteja instalado corretamente, há vazamento em um deles, e ainda outro disse que alguns bebedouros estão instalados corretamente, enquanto outros encontram-se desligados e, ainda outros, gotejam às vezes (Figura 7). A correta instalação dos bebedouros, bem como a



utilização de recipientes no momento de tomar água, são ações essenciais para se economizar água nas escolas.

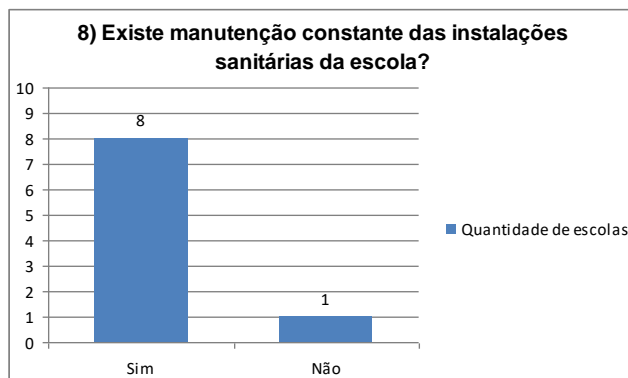
Figura 7 – Gráfico representando a sétima pergunta do questionário.



Fonte: As autoras (2015).

Quanto à manutenção das instalações sanitárias das escolas, foi observado que na maioria delas (8) há esta preocupação, enquanto em 1 não. A não-manutenção destas pode culminar em um grande desperdício de água, uma vez que podem haver focos de vazamentos, como encanações velhas, enferrujadas, canos quebrados, entre outros (Figura 8).

Figura 8 – Gráfico representando a oitava pergunta do questionário.



Fonte: As autoras (2015).

Figura 9 – Oficinas sobre Água no espaço escolar.



Fonte: As autoras (2015).



Posterior à observação inicial foram realizadas palestras em 3 escolas, nas quais foram destacados problemas como vazamentos, instalações inadequadas próximo ao esgoto, instalações incorretas (“gatos”) e umidade na parede, sendo estes apresentados aos gestores e pais dos alunos (Figuras 10, 11 e 12). A seguir os pais participaram de oficinas referentes à atual situação hídrica brasileira (Figura 9).

Figura10 – Realização de palestras nas escolas com gestores e comunidade escolar



Fonte: As autoras (2015).

Figuras 11 e 12 – Realização de palestras nas escolas com gestores e comunidade escolar.





Fonte: As autoras (2015).

Figura 13 – Participantes escrevendo no mural ações visando à economia da água



Fonte: As autoras (2015).

Os participantes da palestra, professores, pais e alunos deixaram mensagens em um quadro da escola como forma de integração dos saberes sobre economia da água (Figura 13)

Durante palestradialogada foi apresentado um quadro geral da água no mundo, o uso exacerbado na agricultura e os mananciais de água potável no planeta. Assim, os participantes puderam compreender um pouco do ciclo da água e ter consciência que as florestas que são as áreas de recarga da nascente, estão sendo desmatadas.

Na escola os alunos foram sensibilizados a trazer garrafas ou copos para beberem água e todos os problemas detectados durante a pesquisa, como vazamentos, desperdícios nos bebedouros, desgastes das torneiras, entre outros foram sinalizados para os gestores das escolas.

Concomitantemente às etapas descritas acima, foi mantida atualizada a página na rede social Facebook, com postagens de informações sobre uso racional da água e métodos de evitar o desperdício e reutilizações da mesma. Tal página alcançou um público de quase 100 pessoas.

Em relação ao “Concurso Cultural Blitz da Água”, por meio de frases ou desenhos, “*O que você faz para evitar o desperdício da água em sua escola?*” 41 alunos participaram. As respostas foram escaneadas e divulgadas na página do Facebook (Figura 14), onde os três trabalhos mais curtidos foram os vencedores e receberam premiações.



Figura 14 – Alguns dos trabalhos dos alunos para o “Concurso Cultural Blitz da Água”



Fonte: As autoras (2015).

Como estratégia complementar foi realizado no mês de novembro de 2011, uma enquete online acerca da temática abordada no trabalho, em que os internautas também contribuiriam ao respondê-la, abrindo um canal de comunicação onde se trabalha o ponto que o mesmo precisa repensar (feedback). Foram 53 pessoas participantes de diversas partes do país. Destacam 3 do Norte, 8 do Nordeste, 3 do Centro-Oeste, 29 do Sudeste e 10 do Sul, com faixas etárias variando entre 11 – 20 anos (28 pessoas), passando por 21 – 30 anos (21 pessoas) e mais de 30 anos (4 pessoas). Destas, 43 estudam ou estudaram em escolas públicas e 10 em escolas privadas.

No que tange a programas de reutilização de água, 43 pessoas responderam não haver isto onde estudam/estudaram, enquanto 10 responderam “Sim” a tal questionamento. Os sistemas de água respondidos por 51 pessoas mostraram estar instalados de maneira correta, enquanto apenas 2 não. Com relação aos vazamentos em bebedouros houve quase empate nas respostas: 26 disseram haver tais problemas, enquanto 27 disseram não observá-los. Por fim, 17



peças disseram não haver vazamentos nas torneiras dos sanitários, ao passo que 36 disseram haver.

Dos participantes ao “Concurso Cultural Blitz da Água”, também foi significativa as respostas dos internautas, havendo reincidência de pessoas que diziam que passaram a ter atitudes diferenciadas após participar do concurso, com destaque à mudanças em relação: torneiras abertas - as fechavam; lavar as mãos com torneiras entreabertas, para evitar o desperdício; escovar os dentes com a torneira fechada; usar uma mesma garrafa ou copo durante o dia; alerta aqueles que deixavam torneiras abertas; outros disseram não fazer nada, com justificativas de ser novo ou não possuir consciência para tal; outros disseram que, ainda que visse tal situação de desperdício, não procurava ajudar a evitar ou mitigar tão prejuízo ambiental.

Segue um comentário pertinente e que verte sobre todo o objetivo do trabalho - *“Infelizmente nada! São poucos os alunos em fase escolar que tem o entendimento e a maturidade par entender que todos devem cuidar da água. Para melhorar esse quadro triste, precisamos de programas visando a informação dos alunos de um modo interessante, que chame a atenção dos mesmos, para que assim seja feita a fiscalização estudantil por parte dos discentes”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos mostra o quanto é primordial reforçar e sensibilizar sobre o quão vital é a água, e que os educadores precisam se despertar e rever suas rotinas no espaço escolar, desenvolvendo estudos dessa natureza em todos os dias letivos e não apenas no “Dia da Água”.

Sendo assim, de certa forma gradual contribuimos para sensibilizar os participantes (pais, alunos, gestores, entre outros) que a mudança de comportamento dos usuários da água é de responsabilidade de todos.

O olhar ético sobre a questão proposta exige ações conservacionistas e conscientes do que está ao alcance do cidadão e o que compete às autoridades referentes às medidas necessárias para intervir junto à população de forma dinâmica e concisa. É imperativo que se busque reeducar quanto ao entendimento ambiental de diferentes parcelas da sociedade e a sua



percepção como co-autores de mudanças urgentes e necessárias.

Assim, ao propor debates sobre a bioética ambiental, os educadores estão refletindo e fazendo refletir sobre o sentido da retomada dos valores ambientais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Vigilância Sanitária e Escola: parceiros na construção da cidadania**. Brasília: Anvisa, 2008. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/manual_visaescola_profissionais.pdf>. Acesso em 25 abr 2015.

ANNECCHIN, Karla Ponzó Vaccari. **Aproveitamento da Água da Chuva Para Fins Não Potáveis na Cidade de Vitória (ES)**. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Tecnológico, Vitória – ES, 2005. Disponível em <http://www.ct.ufes.br/ppgea/files/VERS%C3%83O%20final%20-%20Karla%20Ponzó.PRN_.pdf>. Acesso em 15 abr 2015.

CAMARGO, Ângelo Paes de; CAMARGO, Marcelo Bento Paes de. **UMA REVISÃO ANALÍTICA DA EVAPOTRANSPIRAÇÃO POTENCIAL** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/brag/v59n2/a02v59n2.pdf> Acesso em: 09/04/2015

CORRÊA, Sônia de Oliveira Martins. **Publicidade, Ensino e Transdisciplinaridade**. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/files/mestrado/Dissertacoes/TURMA2/DissertacaoSoniaOMCorrea.pdf>. Acesso em: 29/04/2015.

22 de março dia mundial da água. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-nacional-da-agua.htm>. Acesso: 22/04/15.

Dicionário Ambiental. Disponível em:

<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28768-o-que-e-evapotranspiracao> Acesso: 9/04/2015.

Dicionário. Disponível em: Dicionário <http://www.dicio.com.br>. Acesso: 22/04/15.



FARIA, Ivan Dutra; MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Higiene e segurança nas escolas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf/>>. Acesso em 20 abr 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. p. 85. 1996.

GRASSI, Marco Tadeu. **As águas do planeta Terra**. Disponível em <<http://qnesc.s bq.org.br/online/cadernos/01/aguas.pdf/>>. Acesso em 18 abr 2015.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria Crítica. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio(Coord.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental. p. 325-332. 2005.

Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso: 22/04/15

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Projeto Político Pedagógico, governo do estado do Paraná. Disponível em: <http://www.qtpquatropontes.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/2104/52/arquivos/File/PPP2011.pdf>. Acesso em: 29/04/2015.

SARTORI, J. **Formação de Professores: Conexões entre Saberes da Universidade e Fazeres Na Educação Básica**. In: Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão, 2011, Universidade Federal de Pampa.

TOMASI, Loreta Casquel de; SPAZZIANI, Maria de Lourdes. **CONSTRUINDO ATITUDES PARA UMA VIDA SAUDÁVEL: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. **Rev. Simbio-Logias**. Botucatu. v. 1, n. 2, nov. 2008. Disponível em <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/ARTIGO_EDU_construindo_atitudes_para_vida_saudavel.pdf>. Acesso em 22 maio 2015.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. 2ª edição. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.



OS EFEITOS DAS “VERDADES” JURÍDICAS CRIADAS PELO ESTADO SOBRE OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS¹

ROCHA, Leticia Aparecida

*Mestranda em Desenvolvimento Social - Unimontes
leticiarocheidp@gmail.com*

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha

*Professora Programa de Desenvolvimento Social - Unimontes
andreapirapora@yahoo.com.br*

THÉ, Ana Paula Glinfskoi

*Professora do Programa de Desenvolvimento Social - Unimontes
anathecomanej@yahoo.com.br*

79

RESUMO

Em tempo de retração, principalmente econômica, na falta de discussões mais profundas, o ajuste fiscal aparece como caminho de solução para alcançar-se o aumento da receita do Estado. Neste contexto, a lume Foucaultiana, procura-se analisar o jogo de poder entre Estado e as comunidades pesqueiras – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, buscando compreender os eventos e os discursos que revelam pressupostos e preconceitos na gestão das águas dos rios e mares brasileiros.

Palavras-Chave: Pescadores Artesanais; Poder; Tradicionalidade.

ABSTRACT

In times of downturn, mainly economic, in the absence of deeper discussions, fiscal adjustment appears as a solution path of for achieving the increase of revenue of the State. In this context, al to light foucaultian, seeks to analyze the game of power between the State and fishing communities - Movement of Fishermen and Fisherwomen Handcrafted in Brazil seeking to understand the events and speeches that reveal assumptions and prejudices in the management of the water Brazilian of rivers and seas.

Keywords: Artisanal Fishermen; Power; Traditionality.

INTRODUÇÃO

O cenário de crise política e econômica do Brasil, tem como antecedente, a associação da falta de um projeto nacional a uma reprimarização da economia. O governo FHC (Fernando

¹ Agradecemos o apoio a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais).



Henrique Cardoso (1998-2002) foi decisivo para recolocar o Brasil numa posição de primário-exportador. E a prosperidade gerada nos governos Lula e Dilma (2003-2013), embora tenha garantido uma melhora na vida social brasileira, não criou lastros estruturantes para manutenção de tais conquistas. Em tempo de retração, principalmente econômica, na falta de discussões mais profundas, o ajuste fiscal aparece como caminho vago de solução, que tende a ludibriar a soberania de sujeitos brasileiros. E nessa trama as relações de poder se avultam.

O esforço para equilibrar as contas do Estado brasileiro, passa por um plano de austeridade do Governo: receita menos despesa, exceto o gasto do Governo com o pagamento de juros da dívida pública. A conta da austeridade recaiu sob várias frentes: alta de tributos, cortes de benefícios, congelamento de gastos não obrigatórios do Governo - as chamadas despesas discricionárias (piso de gastos para saúde e educação, etc.).

As Medidas Provisórias nº 664 e 665, a austeridade do ajuste fiscal, atingiu milhares de famílias pesqueiras brasileiras, implicando no corte de direitos previdenciários, trabalhista e sociais como o direito da autoidentificação garantida às comunidades tradicionais, na qual se encontra a categoria dos pescadores artesanais.

O Movimento dos Pescadores Artesanais (MPP), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e outros tentam incidir sobre os decretos a regulamentar as leis aludidas, principalmente o decreto 8.425 que implica diretamente no direito de auto identificação dos pescadores. Atualmente, as medida provisórias nº 664 e 665 evoluíram respectivamente para as leis: nº 13.135/2015 e nº 13.134/2015.

Em relação aos decretos 8.425 e 8.424, muitos debates ocorrem entre instituições e movimentos ligados a categoria da pesca artesanal, propostas de alterações foram sugeridas. Esperava-se que a publicação do decreto no Diário Oficial da União incluiria as propostas de alterações sugeridas nos diálogos de negociação feitos com a participação dos movimentos da pesca artesanal, no entanto, findando-se o prazo, a categoria foi surpreendida com a vigência dos decretos na forma original.

No presente artigo pretendemos analisar as “verdades jurídicas” criadas pelo Estado, as quais visam à garantia da redução de gastos orçamentários através da recategorização do “pescador artesanal” sujeitando a identidade dos pescadores artesanais a uma lógica distinta e excludente das relações sociais tradicionais do mundo do trabalho da pesca. Não se tem a pretensão de alcançar o pensamento de Michel Foucault. Contudo, a proposta calcada neste



lapso temporal, de regulamentação das leis, vislumbra apenas jogar algumas luzes “foucaultiana” sobre a realidade aqui tratada.

1. OS PESCADORES ARTESANAIS E DIREITOS CONQUISTADOS

A presença das populações tradicionais, enquanto grupo com modos de vida peculiares no território brasileiro, considerando os povos indígenas como nativos, é anterior a chegada dos europeus.

O caminho do desenvolvimento econômico, pelo qual, foram conduzidos os rumos do território brasileiro ao longo do seu processo de formação política - colonial, imperial e republicano (BRANDÃO, 2007), teve como característica a exclusão de grandes massas populacionais que resultaram na formação das populações tradicionais.

Além dos povos nativos, entende-se por populações tradicionais grupos sociais, os quais, a seu modo ocuparam os espaços, deram um nome a esses, estabeleceram suas políticas de relações, criaram seus sistemas de produção a partir do espaço ocupado, gestaram identidades e peculiaridades culturais.

Essa relação de pertencimento, de autoidentificação com o lugar, com o produto que se extrai do espaço ocupado, imprimem territorialidades que são evocadas na manutenção da posse do território e apresenta-se como diferencial para a dual visão fundiária do Brasil: pública e privada (LITTLE, 2002). Destarte, o conceito de povos tradicionais se “insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo o Brasil”.

Almeida (2004) constata que “dos 850 milhões de hectares no Brasil, cerca de um quarto estão ocupados por essas populações” autoidentificados em suas múltiplas identidades: povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, geraizeiros, vazanteiros, catadores de flores, etc.

O mesmo autor ainda afirma que por trás das denominações há uma expressão indenitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento. A relação com o espaço ocupado é propulsora de identidades e consolidação do território, compreendendo que o “espaço é anterior ao território, sendo esse uma produção do espaço” (RAFFESTIN 1993, p. 143). Nessa linha de pensamento, Perico (2009) afirma que nos processos de ideação sócio identitárias encontram-se diferentes mecanismos de construção territorial ou de territorialização, o qual, segundo Haesbaert (2006), cria-se mediações espaciais que se



traduzem em efetivas relações de poder sobre a reprodução dos grupos sociais. E a variedade geográfica é uma mediação influenciada por aspectos culturais e de identidades historicamente construídos que consolidam o sentimento do saber-se pertencente ao lugar que permite assumirem autoidentificações a partir de territorialidades.

Os elementos identidade, territorialidade e poder, são incorporados nos processos de luta pela resistência e permanência nos territórios, estratégias que parecem amalgamadas no modo tradicional das comunidades. Cordell (1982 *apud* DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 25), afirma que “para as sociedades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres, e sua ‘posse’ é muito fluída”.

A territorialidade é descrita por Santos e Silveira (2003), Dumith (2011) como resultado da relação objetiva e subjetiva com o espaço ocupado e nomeado. Tais relações para Santos (2009) e Raffestin (1993) imprimem sentimento de pertencimento, que constitui estratégias humanas para afetar, influenciar, controlar ou manter a posse do uso social do espaço e desencadeiam relações de poder suscetíveis a mudanças.

Para Maldonado (1993, p.34), a territorialidade “corresponde aos processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes”. As comunidades tradicionais, na maioria das vezes, grupos sociais mais vulneráveis, exercem seu poder a partir de mecanismos resultantes de sua territorialidade, pois...

O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; [...] onde há poder, há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT, 1976 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Maldonado (2000), em seus estudos etnográficos junto a sociedades pesqueiras marítimas aponta o fenômeno da indivisibilidade, a não apropriação formal, a mobilidade marítima e a imprevisibilidade da produção, descreve uma delimitação do território restrito ao espaço das águas. Diferentemente, para o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, a definição de território vai além do espaço das águas, compreende também a terra – as margens, vazantes dos rios, pois seu modo de vida se caracteriza pelo consorcio entre pesca para manutenção familiar e a comercialização e agricultura em pequena escala; para acessar as matérias primas para fazer os apetrechos da pesca (MPP, 2013).



No ano de 2009 diversos representantes de comunidades pesqueiras dos rios e dos mares do Brasil, reunidos em Brasília, na Conferência Artesanal da Pesca², consolidaram a organização política do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). A categoria da pesca artesanal, ao se reconhecer como homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribuem para a soberania alimentar do país, afirmam-se como sujeitos de direitos, os quais, tendo seu modo de vida imbricado nas dinâmicas fluviais e marítimas, reivindicam a regularização dos territórios pesqueiros tradicionais³.

Há uma emergência de identidades coletivas, que conduzem sujeitos a mobilizarem-se e a agirem no campo das lutas simbólicas para legitimarem suas práticas sociais e garantirem suas existências coletivas. Deste modo, aponta as comunidades tradicionais como sujeitos do novo modo de fazer política, pela “identidade redefine a ação política” (SOUZA, 2007, p. 588). E não se trata de forjar identidades, para acessar direitos, uma vez que essas se consolidam no processo histórico das representações da relação que estes sujeitos têm com o território, atualmente em disputa. Mas se refere ao sentido de dar visibilidade à diversidade identitária, em tempos favoráveis a disputa política através de mecanismos jurídicos⁴.

² Como resultado da experiência de formação de uma rede de solidariedade, pessoas comprometidas com os problemas socioambientais dos pescadores artesanais do País geraram, de modo maduro, a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009, em Brasília. O primeiro passo de relevância e maturidade esteve no reconhecimento da necessidade de reunir forças de outras demandas sociais que contemplam os movimentos em favor dos contextos de produção da agricultura familiar. Reunir-se a outros grupos sociais organizados fortaleceu e gerou novas habilidades e formas de organização politicamente mais contundentes. O movimento dos pescadores, cristalizado por limites simbólicos claros, abriu as portas para o diálogo e crescimento político frente aos considerados inimigos comuns do discurso agroecológico e em favor das culturas humanas tradicionais (STADTLER, 2009).

³ A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília/DF, em Junho/2012 e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Disponível em: <http://campanhaterritorio.blogspot.com.br>> Acesso: 21 jul. 2015.

⁴ Há um ordenamento jurídico que empodera a luta por direitos das Comunidades Tradicionais, os quais vão desde artigos da Constituição da República a Convenções Internacionais assinadas pelo Brasil. E uma série de decretos, resoluções, portarias, instruções normativas que regulamentam os direitos de povos e comunidades tradicionais. Artigos da Constituição Federal 215 e 216, Conv. n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho de 2004, Conv. Da Diversidade Biológica de 1998, Conv. Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2007, Lei n.º 10.678 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288 de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, Lei n.º 21.147 de 2014 que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de MG (MPMG, S/D).



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As verdades jurídicas em Foucault

Foucault (1999, p. 8), na obra a verdade e as formas jurídicas, afirma que as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber, que não somente fazem aparecer novos objetivos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e sujeitos de conhecimento.

Nesta perspectiva, a partir de Nietzsche, propõe diferenciar “invenção e origem”. Isto, para afirmar que não existe uma teoria geral do conhecimento e sim, um certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade. “O conhecimento foi inventado, não tem origem, ele é simplesmente o resultado do jogo”, produto de relações estratégicas e polêmicas de poder das particularidades de cada relação desenvolvida, ainda que utilize no jogo dessas relações, estruturas universalizantes. Nesta lógica, o autor convida a considerar nos fatos do discurso, não apenas o aspecto linguístico, mas como jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivia, como também de luta (p. 9).

Tudo o que foi inventado pelo homem tem como objetivo alguma relação de poder. Portanto, é naquilo que se revelar mais nitidamente as relações de poder é o que tende a estar mais próximo das razões da invenção de uma verdade.

Para Michel Foucault, aquilo que denominamos "verdade" não possui um significado unívoco sendo, antes, um jogo histórico, uma enunciação dramática: ela pode ser o mecanismo do qual dispomos para preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou a justificação racional que elaboramos para compreender nossas práticas cotidianas, ou ainda o escudo protetor que adquirimos diante das vicissitudes que nos ameaçam (CANDIOTTO, 2006 p. 73).

Para Foucault mais do que instituições estatais ou não estatais, existe uma rede institucional de sequestro, através das quais, a existência humana se encontra aprisionada (p.116), por meio destas, nas relações de poder, há um controle - dos que estão no poder sobre a força produtiva do indivíduo. “O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (p.51). Nesta lógica, submetem-se o tempo, a vida, os bens produzidos fetichizado no valor simbólico do dinheiro – o qual é controlado – ainda que “parcialmente pelas caixas econômicas e planos de previdência obrigatórios”, e os direitos que são retirados pelo poder de legislar que o Estado tem sobre os cidadãos.



Foucault entende a análise do discurso como jogo estratégico, pelo qual o ser humano busca mecanismos que transformam os instintos em conhecimento. O sujeito de conhecimento se constitui através de um discurso que é um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Ações do ajuste fiscal e as “verdades” que pesam sob os pescadores e pescadoras artesanais

As mudanças legislativas impactam a vida das famílias pesqueiras no país. Com a Lei nº 13.134/2015, e o decreto nº 8425⁵, que passou por forte pressão dos movimentos da pesca artesanal para ser alterado, e agora cancelado⁶, o Estado impõe uma carência de três anos para o pescador acessar o direito ao seguro-desemprego e, podendo acessá-lo por um período de no máximo cinco meses (observa-se que o defeso em algumas regiões é de seis meses). Tal imposição, implica em que durante o período de defeso, o Estado eximir-se-á dos custos da preservação ambiental, e os custos necessários do tempo de defeso passará a ser custeado apenas pelos pescadores.

Mediante o esfacelamento da condição de vida das famílias pesqueiras, imposta pela lei, a situação de marginalidade, sob processos de criminalização conseqüentemente, poderá vir a ser a possibilidade de sobrevivência dos sujeitos da pesca artesanal no Brasil.

A Lei nº 13.134, ao considerar a incompatibilidade entre o seguro-desemprego e o acesso às políticas de renda mínima, aos programas sociais do Governo a que essa categoria tem direito, desconsidera que o seguro-defeso não é se não a própria renda mínima a substituir a renda proveniente da atividade pesqueira por ocasião do defeso.

⁵ A Lei nº 13.134, é a conversão da Medida Provisória nº 665. Essa altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis no 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.

O Decreto nº 8.425, de 31 de Março de 2015, regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>> Acesso: 20 jul. 2015.

Ambos, lei e decreto, se ajustam de tal forma, a ignorar o direito de autoidentificação das comunidades pesqueiras e retirando direitos conquistados pela categoria da pesca artesanal.



Outra questão crucial, para os pescadores artesanais é o critério de atividade exclusiva e ininterrupta para o acesso ao seguro-desemprego. Este critério desconsidera as peculiaridades da atividade da pesca tradicional, a qual é exercida em regime familiar junto a outras atividades como a confecção de petrechos de pesca, artesanato e os plantios em vazante que possibilitam o complemento para o alcance da renda mínima das famílias pesqueiras⁷.

A lei também insufla questões caras ao MPP, que é a invisibilidade das mulheres na pesca. A mulher, considerando algumas situações, na atividade pesqueira – regime familiar – não está diretamente envolvida na captura do peixe, mas em atividades que estão no entorno da atividade da pesca (a descamação, o congelamento, a comercialização, a filetagem, etc.) que caracterizam a economia familiar. Através da normalização do decreto, aquelas que na dinâmica da economia familiar não estão diretamente ligadas à captura do peixe, passam a pertencer a subcategoria de apoiadores da pesca.

O decreto 8.425, ignora o exercício da atividade pesqueira, enquanto uma atividade que tem um conjunto de outras atividades complementares, e que não necessariamente né? Uma descaracteriza a outra, todos são pescadores e pescadoras artesanais. Eu não existo em uma comunidade tradicional pesqueira, enquanto jangadeiro se não tiver o mestre com a sua jangada, se não tiver a mulher que limpa o meu pescado, para agente poder comercializar [...] a atividade pesqueira não existe sem a atividade da mulher pescadora (Carlos Alberto Pinto -pescador, 2015)⁸.

Segundo análise do movimento, o decreto 8425, ao considerar como pescador artesanal também aqueles com embarcação de arqueação bruta até 20 AB (grandes embarcações) – aqueles que estão no mundo empresarial da pesca, são colocados dentro dos direitos da pesca artesanal (os barcos de armadores, empresários da pesca). Nesta lógica, apontam que por traz da flexibilização da pesca para o empresariado, está o artifício, da omissão de pagamento de salários e encargos. Pois, este contexto possibilita, que empresários mantenham atividades não registradas, praticando assim, formas de trabalho precários e similares ao trabalho escravo.

No cenário de crise econômica e política o Estado escolhe como solução o ajuste fiscal, o qual, através de leis, incide diretamente no modo de vida dos pescadores e pescadoras

⁷ C.f- 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Audiência pública para debater sobre seguro-defeso do pescador: política pública trabalhista e controle social do meio ambiente (a perda dos direitos dos pescadores com a Medida Provisória nº 665/2014). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>> Acesso em 15 jul. 2015.

⁸ Carlos Alberto Pinto é pescador, pertence à COFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas). Audiência pública para discutir decreto 8425, 09 de julho 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com>> Acesso em: 20 jul. 2015.



artesanais. Ao observar a trama de poder entre o Estado e a categoria da pesca artesanal, a lume Foucaultiana, desvela-se a construção de verdade através do poder de legislar do Estado.

Em tempos de austeridade, através do mecanismo jurídico (medida provisória, leis, decretos, etc.) o Estado busca aumentar a sua receita: através da oneração financeira à categoria dos pescadores, ao deixar que a mesma arque financeiramente, com a ação de preservação, regulamentada pela legislação ambiental - que garante o tempo do defeso; retira direitos já conquistados (seguro-defeso durante o tempo de paralisação da pesca necessário conforme espécies) e interfere na autoidentificação dos pescadores artesanais - de forma a reduzir as condições legais do acesso a direitos.

Nas análises das tramas, por onde perpassam o poder, para Foucault, as formas de produção da verdade mudam nos diferentes momentos da história, mas os discursos que possibilitam sua produção são sempre considerados como práticas, em muitas situações funcionam como ferramenta, as quais, fazem o sujeito tornar-se outro. Este contexto, possibilita compreender-se a resistência da categoria da pesca artesanal, que ver na fragmentação, a descaracterização identitária, a ação de os transformarem em outro sujeitos.

Foucault (1988, p.249) define o conceito biopoder como um poder assertivamente desempenhado sobre a vida, o qual, empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, exercitando sobre ela controles precisos e regulações de conjunto. O Estado, através do biopoder, normatiza a vida da categoria dos pescadores estabelecendo à subcategoria de apoio a pesca.

No ato fracionário do grupo social da pesca artesanal engendra-se o enfraquecimento do “capital político” da autoidentificação, garantida por lei as comunidades e povos tradicionais, o qual tem sido acionado, pelos grupos sociais como mecanismo de disputa política no processo de desenvolvimento territorial brasileiro, o qual se dar entre diferentes sujeitos com projetos distintos.

Para Foucault (1999, p. 125) “é preciso uma síntese de operação por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho, [...] trama de poder que fixa o homem ao aparelho de produção”. Nesta lógica, percebe-se na fragmentação identitária da categoria dos pescadores artesanais, está em curso um projeto de sequestro do modo de ser dos homens e mulheres das águas, de modo a discipliná-los enquanto indivíduos e regulá-los, enquanto categoria, ao tempo do mercado.



Em o nascimento da biopolítica, curso de 1979, Foucault já indicava que o mercado competitivo tornar-se-ia a instância da produção de uma nova figura subjetiva, aquela que procura responder da melhor maneira possível às exigências e demandas variadas do próprio mercado econômico, tornando-se, para tanto, um empreendedor de si mesmo. Com muita perspicácia, Foucault compreendeu que o mercado das sociedades empresariais seria o lugar privilegiado ao qual nos reportaríamos a fim de nos tornarmos agentes econômicos competitivos. A profecia parece ter se cumprido, pois cada vez mais tornamo-nos presas voluntárias de processos de individuação e subjetivação controlados flexivelmente pelo mercado e seus ideais normativos (DUARTE, 2010).

Na trama do jogo de construção de verdades, que implica na inviabilidade do modo de vida dos sujeitos da pesca artesanal, através dos poderes “disciplinar”⁹ e “biopolítico”, é que se pode compreender a séries de eventos que consolidam uma episteme da época¹⁰, na qual vai avolumando um solo factível de “verdades” que visam a construção da inexistência dos sujeitos da pesca artesanal no país.

Esse decreto¹¹ não condiz com a diversidade, peculiaridades e realidade da pesca artesanal no Brasil. Tenta homogeneizar os pescadores numa lógica urbana e capitalista. Interfere no direito de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais e fere um direito internacional de interferência do Estado na divisão da categoria, coisa que o Estado é proibido de fazer. Este decreto faz parte de uma engrenagem de racismo institucional que objetiva visibilizar e eliminar os pescadores e as pescadoras artesanais, pois estes são entraves para o desenvolvimentismo degradador, excludente e concentrador ao estar perto e viver em íntima relação com a natureza tão cobiçada pelo capital e que conta com a anuência e conivência do Estado (MPP, 2015)¹².

Valêncio (2010, p. 205), ao analisar o cenário da pesca artesanal no rio São Francisco, aponta o Estado e o Mercado como agentes da Modernidade e descreve as ações do Estado que “formatam as leis e decretos que relativizam paulatinamente os direitos dos pescadores artesanais, subordinando-os ao ambiente de negócio que as políticas e os programas ambientais e de desenvolvimento oportunizam” e do Mercado, personificado nas instituições financeiras, “transfiguram os fixos e fluxos do território via controle dos recursos materiais e humanos”.

⁹ Foucault (2008) utiliza o termo Biopolítica para designar a forma, na qual, o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo – “poder disciplinar”. Na relação de poder a biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos - a população.

¹⁰ Episteme da época é a busca de eventos que torna factíveis as verdades construídas, que legitima ao saber de cada época.

¹¹ Decreto nº 8.425.

¹² Carta de repúdio assinada por mais de 100 organizações, associações e entidades contrárias às Medidas Provisórias 665 e 664 e ao Decreto 8425. Disponível em < <http://www.cptnacional.org.br/>> Acesso em: 24 jul. 2015.



Nesta perspectiva, percebe-se tais instituições como rede “institucional de sequestro”. O Estado com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹³ - sob aparente forma de proteção e segurança, engendram em parceria com o Mercado a apropriação territorial dos sujeitos das águas, bem como, o sequestro do tempo dos homens e mulheres das águas, sujeitando-os, cada vez mais a se colocarem a disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho no sistema vigente.

Cunha (2000) afirma que o modo de vida dos pescadores artesanais, é empecilho para o processo de proletarianização da pesca artesanal, pois a sua sobrevivência é impulsionada pelo tempo natural, ainda que se configure como uma recusa relativa e contraditória, que se encontra envoltas nas redes capitalistas.

Os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, por sua vez, também detentores de poder, acionam sua territorialidade, a qual pode ser analisada como “capital cultural”, entendendo que para Bourdieu esse termo é também, “uma forma de poder que se manifesta em uma atividade social”. Acionam o ordenamento jurídico existente, “capital político” como mecanismos que somam no empoderamento das lutas das comunidades tradicionais para resistirem ao processo de desterritorialização territorial e fragmentação identitária deflagrada pelo Estado¹⁴.

Foram diversos os espaços políticos para debater as leis e os decretos que interferem no modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Estes aconteceram via reivindicação do MPP e outros com a participação de instâncias do governo (MPA, Casa Civil, 6ª Câmara, etc.). No decorrer do tempo que antecedeu a vigência dos decretos, do debate político entre Estado e Movimentos da pesca artesanal, algumas mudanças, principalmente no que diz respeito à autoidentificação, foram aceitas sem perder a característica de fragmentação da categoria, pois se manteve a divisão da mesma¹⁵, e para fins previdenciários, foi publicado o Decreto nº 8.499,

¹³ Por meio das Portarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) 444 e 445, os custos e esforços para se contornarem as mazelas da política desenvolvimentista recaem sobre os homens e mulheres das águas. A publicação da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas, de dezembro de 2014, que apresenta medidas para a conservação da fauna aquática brasileira, visam apenas o controle da pesca de espécies em perigo de extinção – através da proibição da captura das mesmas, entretanto faltam ações efetivas no controle de outros vetores mais ameaçadores, como hidrelétricas, transposições, desmatamento e degradação de habitat, apontados no processo de avaliação das espécies. Moção do XXI Encontro Brasileiro de Ictiologia (SBI) manifesta seu apoio à manutenção da Portaria 445. Disponível em: < <http://www.sbi.bio.br/> > Acesso em: 22 jul. 2015.

¹⁴ Até o presente momento, o decreto nº 8.425, não foi aprovado devido a constantes embates políticos feitos entre o MPP, o Estado, COFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Marítimas) e as instituições da Sociedade Civil ligadas à pesca artesanal.

¹⁵ Anterior ao decreto a categoria pescador e pescadora profissional da pesca artesanal (incluía as mulheres – que em regime de economia familiar – em muitos casos assumem o serviço de tratamento do pescado), com o decreto



de 12 de agosto de 2015, que assegura à subcategoria de apoio a pesca artesanal os mesmos direitos previdenciários, considerando-a assemelhada ao pescador artesanal para fins previdenciários.

Não obstante, o Estado manteve o conteúdo original de sua autoria, ignorando os debates. As conquistas consideradas mais significativas para o MPP e o CPP foram: a antecedência mínima de um ano de inscrição no RGP para o acesso ao Seguro Defeso; e a suspensão do benefício de programas de renda mínima (Bolsa Família) durante o seguro defeso, ao invés de corte do benefício ou negação do direito ao seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que o modo de vida dos homens e mulheres da pesca artesanal, contrapõe o modelo desenvolvimentista do Estado, o que sinaliza a existência de racionalidades distintas a acionar mecanismos de poder, considerando-se a concepção de Foucault de que o poder não é regido por uma teoria geral, mas deve ser analisado a partir do jogo de forças que define as relações sociais em cada momento histórico, através de práticas e discursos específicos.

O Estado, em uma série de eventos, via seu “poder disciplinar” e “poder biopolítico”, legisla sobre indivíduos e categorias de modo a criar “verdades” identitárias, contrariando o direito vigente de autoidentificação das comunidades e povos tradicionais.

As leis, os decretos supracitados, por ora, em debate, devido à pressão dos movimentos da pesca artesanal sobre o governo, no presente momento da produção deste artigo, para além de uma solução que busca o aumento das receitas do Estado, são enunciados que possibilitam a criação de um discurso que se fundamenta na criação de “verdades” a serem validadas, via aprovação de decretos e leis. Tal processo estrutura uma “base” ou condição de inviabilização da pesca artesanal e conseqüentemente, um cenário propício para o sequestro do tempo dos sujeitos das águas, o que enseja uma adequação dos pescadores artesanais ao tempo do mercado.

elas passam a fazer parte da categoria *pescador e pescadora de apoio a pesca* (o que caracteriza a fragmentação da categoria e perda de direitos), depois do embate político entre os movimentos da pesca e o Estado – tem-se a proposta de incluir a palavra artesanal na categoria *pescador e pescadora de apoio a pesca*, o que em um primeiro olhar parece não interferir na autoidentificação, entretanto mantêm a fragmentação da categoria, o que dispõe também sobre o direito de autoidentificação.



A autoidentificação coletiva e organização dos pescadores e pescadoras artesanais, enquanto Movimento dos Pescadores Artesanais no âmbito nacional, possibilita o empoderar-se com o “capital político”, agrega valor à sua condição de comunidade tradicional pautando no campo discursivo e prático sua visão de mundo.

O MPP aciona o ordenamento jurídico, os quais são mecanismos possíveis nos embates políticos. E através de uma “arqueologia do saber” traz a lume os pressupostos e preconceitos de uma episteme do estágio presente que regula as comunidades pesqueiras, principalmente no contexto de disputa política e econômica das águas dos rios e mares brasileiros.

Neste “jogo”, embora a disputa se dar entre atores políticos que possuem cotas desiguais de poder, um deslocamento das forças sociais, poderá vir a acontecer, pois, como afirma Bourdieu, “as relações de poder não são fixas de modo que as resistências e as mudanças no campo social estejam anuladas”. Processos de empoderamento de comunidades por meio de seus modos de vida, suas leis consuetudinárias e autoidentificações coletivas possibilitam lutas políticas, as quais desestabilizam as posições no campo social e pautam diferentes projetos de desenvolvimento que se fundamentam em racionalidades distintas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo. Wagner Berno. (2004) *Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais*. Em: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* V.6. N. 1/ 9-32. Disponível em: < <http://www.geografia.fflch.usp.br/>> Acesso: 21 jul.2015.

BRASIL, Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. In: *Diário da União*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> > Acesso: 17 nov. 20015.

BRASIL, Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. In: *Diário da União*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> > Acesso: 17 nov. 20015.

BRASIL, Decreto nº 8.499, de 12 de agosto de 2015. Altera o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social. In: *Diário da União*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> > Acesso: 17 nov. 20015.



BRASIL, *Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015*. Altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis no 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. In: *Diário da União*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso: 17 nov. 2015.

BRASIL, *Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015*. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, no 10.876, de 2 de junho de 2004, no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. In: *Diário da União*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso: 17 nov. 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio. (2007) *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp.

BOURDIEU, Pierre. (2007) *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Ed. 10ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANDIOTTO, Cesar. (2006). *Foucault: Uma História Crítica da Verdade*. Em: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29(2): 65-78. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: 21 jul.2015.

CUNHA, Lúcia Helena Oliveira. (2000) Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. Em: DIEGUES A. C. (Org.). *A Imagem das Águas*. São Paulo. Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP. 2000. P.101-110.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. (2001) . *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.

DUARTE, André. (2010). Foucault no século 21. Em: *Revista Cultura*, ed. 134, 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home>> Acesso: 24 jul. 2015.

DUMITH, Raquel de Carvalho. Território, Territorialidade e Identidade dos Pescadores Artesanais: Subsídios Conceituais ao Planejamento e Gestão De Reservas Extrativistas Marinhas(2011). Em: *Revista GEOgraphia – UFF*, 2011, p.59-76.

FOUCAULT, Michael. (1988) *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1999) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

_____. (2008) *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.



_____. (2008) *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Ed.7ª, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HAESBAERT, Rogério. (2006) *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Ed. 2ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LITTLE, Paul. (2002) *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade*. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais. Brasília. Disponível em: < <http://nute.ufsc.br> > Acesso: 24 jul. 2015.

MALDONADO, Simone Carneiro. (1994) *Mestres e Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. Ed.2ª. São Paulo: ANNABLUME.

_____. (2000) A Caminhada das Pedras: Percepção e utilização do Espaço na Pesca Simples. Em: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). *A Imagem das Águas*. São Paulo. Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP.

MINAS GERAIS. Ministério Público. [2014] Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Belo Horizonte, S/D.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. [2013] *Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro*. Olinda: [s.n.].

PERICO, Rafael Echeverry. (2009) *Identidade e Território no Brasil*. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

RAFFESTIN, Claude. (1993) *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

SBI/SOCIEDADE BRASILEIRA DE ICTIOLOGIA. *Moção SBI Portaria 445. 2015*. Disponível em: < <http://www.sbi.bio.br/>> Acesso em: 22 jul. 2015.

SOUZA, Roberto Martins de. (2007) Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. *II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2*, Florianópolis. Disponível em: < <http://www.sociologia.ufsc.br> > Acesso em: 21 jul. 2015.

STADTLER, Hulda Helena Coraciara. (2013) *Primeira Conferência da Pesca Artesanal*. Disponível em: < <http://www.coletiva.org>> Acesso: 21 jul.2015.

VALÊNCIO, Norma Felicidade. Conflitos ambientais no Velho Chico. (2010) O modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. Em: (Org.) ZHOURI, Andréa. LASCHEFKI, Klemens. *Desenvolvimentos e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG.